



**GESTÃO DO
PATRIMÔNIO
CULTURAL:
CAMINHOS
E FRONTEIRAS**

**VANESSA CORRÊA
E SABRINA PAIXÃO
(ORG.)**

ARGO DA BANANA

**...O INICIAL DO SAMBA PAULISTANO, O
...QUE AQUI HAVIA RECEBEU, A PARTIR DO
...O SÉCULO 19, ESTIVADORES NEGROS
...IDOS EM RODA DE SAMBA DURO E
...A, CAPOEIRA PAULISTA SAMBADA**

memória
paulistana

**GESTÃO DO
PATRIMÔNIO
CULTURAL:
CAMINHOS
E FRONTEIRAS**

**VANESSA CORRÊA
E SABRINA PAIXÃO
(ORG.)**



SESC – SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO

Administração Regional no Estado
de São Paulo

PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL

Abram Szajman

DIRETOR DO DEPARTAMENTO REGIONAL

Danilo Santos de Miranda

SUPERINTENDENTES

TÉCNICO-SOCIAL

Rosana Paulo Cunha

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Aurea Leszczynski Vieira Gonçalves

ADMINISTRAÇÃO

Jackson Andrade de Matos

ASSESSORIA TÉCNICA E DE PLANEJAMENTO

Marta Raquel Colabone

GERENTES

ARTES GRÁFICAS

Rogério Ianelli

CENTRO DE PESQUISA E FORMAÇÃO

Andréa de Araújo Nogueira

EQUIPE SESC

Maurício Trindade da Silva, Rafael Peixoto,
Rosana Elisa Catelli, Fernanda Alves Vargas,
Marcos Toyansk e Sabrina da Paixão Brésio

DOSSIÊ GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: CAMINHOS E FRONTEIRAS

ORGANIZAÇÃO GERAL

Vanessa Fernandes Corrêa e
Sabrina da Paixão Brésio

REVISÃO

Gabriel Kolyniak e Raquel Wohnrath

PROJETO GRÁFICO

Danilo de Paulo | mercurio.studio

COMPOSIÇÃO

Raquel Teixeira

CAPA

Foto de Felipe Figueiredo,
gentilmente cedida pelo autor para
composição de capa.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

[Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil]

Gestão do patrimônio cultural [livro eletrônico] :
caminhos e fronteiras / organização Vanessa
Corrêa, Sabrina Paixão. — São Paulo :
Centro de Pesquisa e Formação do Sesc
São Paulo, 2022.
PDF.

Vários autores.

ISBN 978 – 65 – 87592 – 12 – 1

1. Memória cultural 2. Patrimônio cultural
3. Patrimônio histórico – Conservação e restauração
4. Preservação história I. Corrêa, Vanessa.
II. Paixão, Sabrina.

PALESTRANTES CONVIDADOS

Alessandra Ribeiro, Casé Angatu,
Cleiton Ferreira, Deborah Neves,
Dominique Tilkin Gallois, Maria
Regina Weissheimer, Mariana Chiesa
Gouveia Nascimento, Marianna
Boghosian AlAssal, Monica Lima e
Souza, Nadia Somekh, Paula Nishida,
Raquel Schenkman, Regina Bortoto,
Renato Cymbalista, Renato Silva
Mangueira, Simone Scifoni, Vanessa
Gayego Bello Figueiredo.

APRESENTAÇÃO

O Sesc São Paulo, em suas ações educativas, preconiza o diálogo e o olhar atento às questões socioculturais da contemporaneidade. No que diz respeito ao campo do patrimônio cultural e da memória social, incluindo culturas tradicionais e suas articulações com os territórios, atua de modo transdisciplinar e permanece atento às demandas atuais e suas permanentes modificações. Essas mudanças revelam que as pautas e valores são pulsantes e se remodelam de acordo com as implicações políticas, econômicas e culturais de nosso país.

Neste sentido, o campo de Gestão Cultural é um dos que mais diretamente sente o impacto de tais dinâmicas, tanto na área das políticas públicas como no âmbito da organização dos grupos sociais que reivindicam seu direito à memória. Partindo de questões disparadoras como “Quem decide o que é patrimônio?”, “Como preservar as memórias difíceis?”, “Qual é o papel da sociedade na preservação da memória?” dentre outras, o Sesc, por meio de seu Centro de Pesquisa e Formação, realizou o curso Gestão do Patrimônio Cultural: Caminhos e Fronteiras, de setembro a novembro de 2019. Organizado por Vanessa Fernandes Corrêa e Fernanda Vargas, reuniu diversos gestores, pesquisadores e representantes da sociedade civil em nove mesas, nas quais foram apresentados resultados de pesquisas, investigações de campo em distintos territórios da história afro-indígena brasileira, problematizações conceituais acerca do que se entende por patrimônio material e imaterial e sobre as complexidades inerentes à institucionalização da memória.

Em 2022, após dois anos de uma crise sanitária mundial que impactou as maneiras de viver e conviver, este dossiê congrega ensaios derivados das contribuições dos convidados e convidadas do curso, com uma atualização e contextualização pós-pandêmica. Se em 2019 os temas que orientavam as recentes discussões sobre a preservação e o patrimônio cultural indicavam a estreita relação entre os territórios, seus modos de ocupação e conexão com comunidades locais, certamente, após o advento da pandemia, novas e prementes questões serão suscitadas a partir das reflexões que aqui se oferecem.

Uma ótima leitura.

SESC SÃO PAULO

INTRODUÇÃO

Os artigos que compõem este dossiê foram escritos por profissionais que participaram do curso **Gestão do Patrimônio Cultural: Caminhos e Fronteiras**, realizado entre setembro e novembro de 2019 no Centro de Pesquisa e Formação do Sesc São Paulo. O curso foi organizado por Vanessa Fernandes Corrêa, à época coordenadora no DPH (Departamento do Patrimônio Histórico da Prefeitura de São Paulo) e Fernanda Alves Vargas, integrante da equipe de programação do CPF-Sesc e atualmente parte da equipe de referência do Núcleo do Turismo Social do Sesc SP. Ao longo dos encontros os autores foram convidados a compartilhar suas experiências e pesquisas no campo do patrimônio. São gestores responsáveis por dar concretude institucional à mudança de paradigma trazida pela Constituição Federal de 1988, momento em que, no Brasil, ao menos na letra da lei, o patrimônio cultural passou a ser compreendido como uma prática política de atribuição de valor ligada à identidade social daqueles para quem o bem cultural tem valor de uso, e não mais como um conjunto de objetos com valor intrínseco à espera de um saber técnico especializado que o identifique.

Nesses 34 anos que se seguiram ao texto constitucional, as instituições de patrimônio vêm buscando superar a persistência dos antigos critérios de preservação ao adotar novas ferramentas ou mesmo novas abordagens para o tombamento, como no bairro de Santa Ifigênia, no centro de São Paulo, que parte de uma visão de território que considera temporalidades e valores culturais múltiplos. Ou o tombamento do centro histórico da Penha, em que ferramentas como a arqueologia e diretrizes urbanísticas de gabarito foram usadas para preservar a paisagem como totalidade, contemplando tanto práticas sociais e memória quanto visualidade.

O território também é o objeto da Chancela da Paisagem Cultural, criada pelo Iphan em 2000, em que o protagonismo da comunidade começa pela vontade de proteger e vai até a gestão da proteção. No nível da legislação urbana municipal temos o Território de Interesse da Cultura e da Paisagem, ainda em processo de regulamentação. Ele é tanto produto como produtor de práticas culturais no território de Perus-Jaraguá, na cidade de São Paulo.

O território em sua diversidade também é o mote do zoneamento cultural feito de forma pioneira em Paranapiacaba e Campinas, e do zoneamento arqueológico paulistano, que permitiu, por exemplo, localizar e proteger o Sítio dos Aflitos, onde até o século XIX ganhava sepultura a população marginalizada. A proteção do local, com a construção de um memorial, é reivindicada pelo movimento negro e indígena como parte do esforço por maior representatividade política.

O reconhecimento social é contemplado em iniciativas como a do Inventário Memória Paulistana, que visa salvaguardar narrativas territorializadas, tendo placas azuis por suporte, o que permite tornar visíveis os apagamentos resultantes do nosso processo de modernização. Iniciativa próxima da do programa Ruas de Histórias Negras, em que a sinalização informa, no espaço público, quem são as personalidades negras referidas em nomes de ruas, praças e monumentos da cidade de Campinas. Prática pontual, mas significativa por sua institucionalidade, foi a reparação póstuma oferecida à ativista travesti Andrea de Maio, com a instalação de placa com seu nome social na lápide de seu túmulo, em ação conjunta de pesquisadores da FAU-USP com o serviço funerário.

Instrumentos como o Registro do Patrimônio Imaterial, neste dossiê trazendo o caso da pintura indígena Kusiwa, bem como a arqueologia em sítios relacionados com as populações negras e indígenas, vêm fomentando maior representatividade política da memória desses grupos no conjunto do patrimônio cultural brasileiro, constituindo um esforço de leitura contracolonial.

Muito se discutem sobre as convencionais separações entre patrimônio material e patrimônio imaterial ou sobre a divisão da preservação em três instâncias consecutivas: identificação, salvaguarda e valorização. Os inventários participativos de referências culturais, metodologia primeiramente empregada na cidade de Iguape pelo Iphan, poderiam ser enquadrados como política de identificação de forma pouco controvertida, mas sua estrutura conceitual leva a uma dissolução de fronteiras. Neste dossiê, se propõe que a Jornada do Patrimônio, política de valorização, seja compreendida e aplicada sob a mesma luz.

Ao juntar todas essas experiências de fronteira na gestão do patrimônio cultural, o que se procurou foi torná-las acessíveis para um público não só de profissionais da área, mas também de pessoas que trabalham indiretamente com o tema ou apenas se interessam por ele.

Nesse momento, nosso objetivo é publicar esses relatos e reflexões sobre novas práticas da gestão patrimonial em textos concisos que favoreçam um acesso mais amplo para o público-alvo original. Esperamos que esses textos possam traçar caminhos de respostas no dossiê, por meio de perguntas levantadas na criação do curso: “Quem decide o que é patrimônio? O que fazer com as memórias de dor? Proteger objetos ou totalidades? Qual é o papel da sociedade na preservação da memória? Como preservar o patrimônio em um mundo no qual a territorialidade se constrói em deslocamento ou é precária?”

Desejamos uma frutífera leitura, que amplie as fronteiras do pensamento sobre patrimônio e suas implicações.

VANESSA FERNANDES CORRÊA
SABRINA DA PAIXÃO BRÉSIO
[ORG.]

SUMÁRIO

11

TERRITÓRIO: A PROTEÇÃO DE UMA TOTALIDADE SOCIAL

- 12** Chancela da Paisagem Cultural: a comunidade como guardião do patrimônio
- 18** Tombamento de conjuntos urbanos: superando a dominância do monumento e da obra excepcional no bairro Santa Ifigênia
- 26** A proteção da paisagem por meio do tombamento do núcleo histórico da Penha, São Paulo (SP)

33

TERRITÓRIO: O PATRIMÔNIO EM DIÁLOGO COM O DESENVOLVIMENTO URBANO

- 34** Zoneamento cultural como instrumento de preservação e desenvolvimento: o caso de Paranapiacaba
- 43** O sistema de paisagens culturais e o zoneamento em Campinas
- 53** Zoneamento arqueológico da cidade de São Paulo e a definição de Áreas de Interesse Arqueológico

60

HABITAÇÃO: O COTIDIANO DO PATRIMÔNIO URBANO

- 61** A iniciativa do FICA: Fundo Imobiliário Comunitário para Aluguel
- 67** Inovações no patrimônio e a questão habitacional

74

IDENTIFICAÇÃO, VALORIZAÇÃO E EDUCAÇÃO: DISSOLVENDO LIMITES

- 75** Jornada do Patrimônio: ampliando o campo do patrimônio cultural em São Paulo
- 85** Inventário participativo de referências culturais: a construção participativa da leitura do território

91

MOVIMENTOS: O PATRIMÔNIO COMO BUSCA POR RECONHECIMENTO

- 92** Construindo um lugar de memória: o túmulo de Andréa de Maio
- 99** A institucionalização estratégica do Projeto Ruas de Histórias Negras
- 105** A experiência de implantação de um inventário de histórias da cidade de São Paulo
- 116** Perus: defendendo seu patrimônio, construindo um território de interesse da cultura e da paisagem
- 128** Deslocamentos e acomodações do patrimônio municipal paulistano: uma interpretação

142

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL E POVOS INDÍGENAS

- 143** Patrimônio cultural imaterial e povos indígenas: contextos, dilemas, conceitos
- 150** Não temos rancor, mas possuímos memória: memória, identidades, territórios, protagonismo e patrimônios dos povos originários na cidade de São Paulo

159

REINVINDICAÇÕES POR LUGARES DE MEMÓRIAS E ARQUEOLOGIAS URBANAS: VESTÍGIOS DA DIÁSPORA AFRICANA NO BRASIL

160 O Cais do Valongo: lugar de memória e patrimônio mundial

167 Por uma arqueologia da diáspora africana em São Paulo

176

ANEXO

177 Programa do Curso Gestão do Patrimônio Cultural:
Caminhos e Fronteiras – 2019

180 Fotos do Curso Gestão do Patrimônio Cultural: Caminhos e
Fronteiras -2019

**TERRITÓRIO:
A PROTEÇÃO
DE UMA
TOTALIDADE
SOCIAL**

CHANCELA DA PAISAGEM CULTURAL: A COMUNIDADE COMO GUARDIÃ DO PATRIMÔNIO

MARIA REGINA WEISSHEIMER¹

Lastreada pela notável ampliação do conceito de patrimônio cultural dada pela Constituição Federal em 1988, a criação de uma política voltada para o reconhecimento dos bens de natureza imaterial, no ano de 2000, foi a maior atualização conceitual e instrumental realizada desde o Decreto-Lei nº 25/37. Até então, a atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no campo da proteção – seja por meio do tombamento, seja através do cadastro de sítios arqueológicos – atrelava-se, especificamente, aos bens materiais. No quadro nacional, foi a primeira vez que os bens de natureza imaterial apareceram enquadrados como categorias do patrimônio cultural.

Em 2009, o lançamento da Chancela da Paisagem Cultural Brasileira ampliava, mais uma vez, a abordagem conceitual e o rol de procedimentos normativos do Iphan, permitindo atuar com uma nova categoria de bens, as “paisagens culturais brasileiras”. Isso permitiu o reconhecimento da relação íntima e indissociável dos modos de fazer, criar e viver do ser humano com o ambiente natural. O artigo 1º da Portaria Iphan 127/09 deu à Paisagem Cultural Brasileira a seguinte definição:

1 Arquiteta, doutoranda pela FAU-USP. Mestre em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade pela UFSC. Especialista em Políticas Culturais e Valorização do Patrimônio pela ENA-Paris. É servidora efetiva do Iphan desde 2006, onde ocupou o cargo de coordenadora de Paisagem Cultural entre 2009 e 2011.

“[...] é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores.”

O reconhecimento das “porções peculiares do território nacional” não estava amparado por nenhum instrumento de proteção já existente, notadamente o tombamento e o registro. O primeiro é especificamente voltado à proteção da materialidade dos objetos – “Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis” (art. 1º. do Decreto-Lei 25/37). O segundo tem como objeto central as manifestações imateriais, como os modos de fazer, as celebrações, as formas de expressão, além dos lugares que “concentram e reproduzem práticas culturais coletivas”.

Ainda que haja aproximação entre a ideia de lugar, dada pelo Decreto 3.551/00, e o conceito de paisagem cultural, proveniente da geografia, o enfoque da chancela difere daquele do registro – a primeira tem como objetivo a preservação de uma porção do território representativa da interação do homem com o ambiente natural; o segundo, do lugar onde determinadas manifestações acontecem. No primeiro caso, o reconhecimento é dado pelo equilíbrio na relação entre materialidade (o ambiente natural) e a imaterialidade (a interação do ser humano nesse ambiente). No segundo, o enfoque é a imaterialidade, em que a concentração de práticas culturais coletivas justifica o reconhecimento do lugar onde estas ocorrem.

Assim, o estabelecimento da Chancela da Paisagem Cultural Brasileira visou complementar o rol de ferramentas disponíveis para a preservação do patrimônio cultural nacional, podendo ser aplicada separadamente ou em conjunto com os demais instrumentos. Dentro de uma porção territorial

chancelada pode haver bens tombados, registrados ou então cadastrados como sítios arqueológicos, se a especificidade e a natureza dos bens assim recomendar.

Assim como o patrimônio imaterial, cuja conceituação vinha se dando a partir de debates internacionais e, sobretudo, já se encontrava mencionado na Constituição desde 1988, o conceito de paisagem cultural não era novidade. Ele vinha sendo aplicado internacionalmente pela UNESCO como categoria do patrimônio cultural desde 1992.

O conceito, no entanto, havia sido lançado em 1925 pelo geógrafo norte-americano Carl O. Sauer. Em “A morfologia da paisagem”, Sauer distingue a paisagem cultural da paisagem natural, acabando com a dicotomia que até então caracterizava a conceituação dada pelos geógrafos alemães². Para o autor, a paisagem cultural ou geográfica resulta da ação, ao longo do tempo, da cultura sobre a paisagem natural. Dessa forma, “a cultura é o agente, a área natural, o meio e a paisagem cultural, o resultado”.

A criação de um instrumento adaptado ao contexto brasileiro aconteceu, portanto, quase duas décadas após sua aplicação no contexto internacional. Pensada como um novo instrumento de reconhecimento do patrimônio cultural brasileiro, a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira não deve ser confundida com o conceito de paisagem cultural abordado pela geografia – que é muito mais amplo e permite aplicações variadas, inclusive no âmbito do planejamento territorial e urbano – nem com a paisagem cultural conforme definida pela UNESCO – da qual, apesar de espelhar-se, difere.

² SCIFONI, Simone. Cultural Landscape in Brazil: Legal Instruments and the Challenges of Protection. In: CUNHA, Fabiana Lopes da et al. *Latin American Heritage – Interdisciplinary Dialogues on Brazilian and Argentinian Casa Studies*. Cham: Springer Nature, 2018. p. 137-150.

OS AGENTES DA PAISAGEM COMO FOCO DA AÇÃO

A chancela não é um simples ato declaratório, mas parte do entendimento de que as paisagens culturais só têm chance de continuar existindo se forem mantidos os fatores motivacionais dos agentes “criadores da paisagem”, o que só ocorrerá por meio de ações de fomento, monitoramento, valorização e incentivo.

Diferente do tombamento, que é compulsório, a chancela não pode ser um ato impositivo. Um pescador não pode ser obrigado a continuar pescando ou um agricultor não pode ser impelido a cultivar contra sua vontade, por exemplo. Se o pescador for identificado como agente de uma paisagem cultural que se deseja preservar, a continuidade das suas ações e da forma de interação com o ambiente natural só será possível – ainda que não garantida – através de mecanismos de estímulo e proteção que permitam a manutenção do interesse (ou da motivação) do agente na ininterrupção da sua atividade. Além disso, tais mecanismos precisam ser acordados, não impostos, daí a razão do pacto ser considerado a base do processo de gestão da paisagem cultural chancelada e o agente, o foco da ação.

A chancela trouxe, assim, um duplo desafio para a política nacional do patrimônio cultural: a ampliação (e complexificação) dos bens passíveis de reconhecimento e uma mudança completa na forma de gestão. As paisagens culturais não se preservam por imposição, mas por meio de pactos e negociações. Ao órgão de preservação cabe o papel de agente de fomento, conciliador, intermediador, e não o de mero fiscal.

CONTEXTO INSTITUCIONAL

Em 2009, o lançamento da chancela integrava um rol de ações institucionais que tinha como propósito fortalecer e ampliar a atuação do Iphan em todo o país. No mesmo período, foram feitos inventários temáticos em todas as regiões, buscando ampliar o conhecimento sobre o território nacional e, conseqüentemente,

estender as ações de proteção; foi proposta a criação de uma Rede de Patrimônio em todos os estados; realizou-se o 1º Fórum Nacional do Patrimônio, que aconteceria bianualmente para aproximar os órgãos de preservação nos três níveis, aprimorando e ampliando as ações conjuntas, e foi desenvolvido o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG), que visava a criação de uma plataforma única de informações sobre o patrimônio cultural para efetivação das ações de identificação, proteção e gestão, também de forma compartilhada com estados e municípios (Iphan, 2011)³.

Dessa forma, a discussão sobre a preservação das paisagens culturais no Brasil aconteceu em um momento institucional grandemente propício a avanços e atualizações, conceituais e instrumentais dentro do Iphan. A chancela não nasceu, portanto, como ato isolado, apenas acompanhando a tendência global, mas no âmbito de uma política institucional de ampliação e renovação.

Diversos estudos foram iniciados com objetivo de inaugurar a aplicação do instrumento, testar sua aplicabilidade prática e, eventualmente, realizar as complementações e atualizações necessárias. Dentre os processos formalmente abertos, estavam as propostas de chancela da paisagem cultural dos céus de Brasília; da paisagem cultural do Rio de Janeiro; das paisagens culturais do Vale do Ribeira, em São Paulo, e da Foz do Rio São Francisco; da Vila de Elesbão, no Amapá; dos botes bastardos em Camocim, no Ceará; e das jangadas de dois mastros de Pitimbu, na Paraíba.

Apesar dos processos iniciados, alguns em fase avançada de instrução técnica e pactuação local, por razões diversas, mas principalmente em função do redirecionamento das estratégias

3 IPHAN. *Coordenação de Paisagem Cultural. Reflexões sobre a chancela da Paisagem Cultural Brasileira*. Brasília: Iphan, 2011. Disponível em: https://www.academia.edu/37558671/Reflexões_sobre_a_chancela_da_Paisagem_Cultural_Brasileira. Consultado em: 10 jan. 2020.

e prioridades institucionais, nenhum logrou êxito. Em 2013, uma reestruturação interna promoveu a reordenação das Coordenações-Gerais do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização do Iphan e a extinção da recém-criada Coordenação de Paisagem Cultural. Depois disso, todos os processos de chancela foram formalmente suspensos em 2015⁴.

Em 2017, numa tentativa de reavivar a questão, foi criado o Grupo de Trabalho “para atualização da política da paisagem cultural brasileira, a retomada do instrumento da chancela e a reformulação das estratégias institucionais para sua efetiva implementação”, conforme a Portaria Iphan 104/17. O relatório final, com proposta de revisão da Portaria 127/09, visando aperfeiçoamentos e complementações que, do nosso ponto de vista particular, são importantes, mas não indispensáveis para a continuidade das ações interrompidas, foi concluído no início de 2019, e os resultados levados à consulta pública em meados do mesmo ano. Contudo, não há, até o momento, qualquer indício de que a revisão da portaria e os processos de chancela iniciados (que precisariam ser amplamente revistos, possivelmente recomeçados, alguns até abandonados, considerando o tempo transcorrido desde o início dos trabalhos) sejam concluídos. Quem sabe mais duas décadas transcorram até que, finalmente, se coloque os pés no século XXI em termos de atualizações dos conceitos e dos instrumentos de preservação do patrimônio cultural no Brasil. Quem sabe...

⁴ Decisão embasada pelo Memorando no. 384/2015 – DEPAM.

TOMBAMENTO DE CONJUNTOS URBANOS: SUPERANDO A DOMINÂNCIA DO MONUMENTO E DA OBRA EXCEPCIONAL NO BAIRRO SANTA IFIGÊNIA

DEBORAH REGINA LEAL NEVES¹

JOSÉ ANTONIO CHINELATO ZAGATO²

INTRODUÇÃO: ATUAÇÃO DO CONDEPHAAT EM ÁREAS URBANAS

Em outubro de 1968, quando o país passava pelo momento mais duro da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), foi criado o CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo. Em sua atuação inicial, pode ser destacada a preservação dos conjuntos urbanos, conhecidos como “centros históricos”, de Cananeia e São Sebastião (1969), sucedidos por mais de uma dúzia de municípios cujas áreas centrais foram protegidas desde então. Em meados

1. Doutora em História pela Unicamp e Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo. É historiadora da Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico do CONDEPHAAT. Participou da recente reelaboração da minuta de tombamento da região de Santa Ifigênia.

2. Mestre em Políticas Públicas, Especialista em Economia Urbana e Gestão Pública, Arquitete e Urbanista. Desde 2009, servidore da Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico da Secretaria de Estado da Cultura e Economia Criativa, com atuação em tombamentos, gestão de conjuntos urbanos e na capacitação de agentes locais para preservação. Participou da proposta de regulamentação do tombamento do Bairro Santa Ifigênia.

dos anos de 1980, essa prática estendeu-se ao reconhecimento de bairros como patrimônio cultural, especialmente na capital paulista: tombaram-se os Jardins (1985-1986), Pacaembu (1986-1991), Campos Elíseos (1986-2013) e Santa Ifigênia (1986). O tema deste artigo é o processo deste último bairro, que ainda está em curso.

O TOMBAMENTO DO BAIRRO SANTA IFIGÊNIA

Em 1983, a área técnica do CONDEPHAAT iniciou um estudo sobre Santa Ifigênia, com base na lista de imóveis elaborada nos anos de 1970 pela Coordenadoria Geral de Planejamento (Cogep) da Prefeitura de São Paulo (PMSP). A proposta de preservação foi apresentada ao CONDEPHAAT em 1985, com 99 imóveis em perímetro compreendido pela Avenida Duque de Caxias, Alameda Barão de Limeira, Avenida São João, Largo do Paissandu, Avenida Prestes Maia e Rua Mauá. O Conselho deliberou favoravelmente e, em março de 1986, decidiu pelo tombamento definitivo tanto do polígono como de edifícios especificados em seu interior.

O bairro, formado ao lado das principais linhas de trem que cortam a cidade de São Paulo, traz características do passado ao presente: na área que era ocupada historicamente pelos casarões de donos de fazendas de café, na atual Rua Brigadeiro Tobias, essas construções deram lugar a edifícios de características modernas da cidade a partir da década de 1940, justamente porque esses casarões ocupavam grandes terrenos que comportavam prédios com 50 metros de altura. Por outro lado, a área mais no centro do bairro ainda é caracterizada por pequenos edifícios que sempre serviram à função de hotéis e moradias populares, como os cortiços, que um levantamento realizado pela Prefeitura em 1892 indicou serem em grande número.

Trata-se, portanto, de um bairro em que diferentes classes sociais conviviam dentro do mesmo território, que já no século XX se adaptou ao crescimento da cidade como metrópole, dando

lugar a grandes, largas e modernas avenidas, como a Cásper Líbero, Ipiranga, Rio Branco e Duque de Caxias. Essas são as avenidas que compõem o perímetro de tombamento. Este, por sua vez, visava justamente valorizar esta diversidade tipológica e humana do território.

Figura 1: Quatro tempos em uma imagem: da esquerda para a direita, o último casarão da Rua Brigadeiro Tobias, ao lado de edifícios de linguagem "art déco" da década de 1940 e, ao fundo, o moderno Edifício Montreal, de Oscar Niemeyer.



Foto: J. A. C. Zagato, 2017.

Ocorre que o aspecto mais popular do bairro sempre se configurou como um “problema” para a gestão municipal, que em mais de uma oportunidade apresentou reformas urbanísticas como solução para problemas sociais. Dentro do período do estudo de tombamento, por exemplo, a gestão municipal de Jânio Quadros (1986-1989) contestou o tombamento pelo CONDEPHAAT, pois pretendia construir uma avenida diagonal a partir da esquina da avenida Rio Branco com a avenida Ipiranga até a Estação da Luz. Contrariado, o prefeito ordenou ao secretário de Planejamento, Marco Mastrobuonno: “Trace os planos de reurbanização e conserve os imóveis, ocupados por prostitutas, em muitos casos, ou homossexuais, como ilhas, nas avenidas que

devem ser rasgadas”³. Desde o início, o aspecto moral conduziria o debate sobre Santa Ifigênia, sobretudo por parte da imprensa e do governo municipal. Forjava-se uma imagem de “degradação” usada para remover determinadas pessoas: prostitutas, usuários de psicotrópicos, moradores de baixa renda e o intenso comércio popular da rua que leva o nome do bairro. Nascia assim a ideia de “revitalização”, proposta incabível para uma área bastante viva.

A decisão do CONDEPHAAT foi mantida e a avenida não saiu do papel; a preservação se consolidou no imaginário coletivo e nas gestões seguintes. Dificuldades na identificação de proprietários e redução de técnicos no CONDEPHAAT prejudicaram a finalização do tombamento.

Na tentativa de resolver o processo de tombamento, em 2003, o setor técnico apresentou revisão da proposta de 1986, excluindo bens tombados pelo Iphan, imóveis demolidos ou descaracterizados irregularmente no período, e incluindo outros, mas com perda irreversível de alguns. A proposta reiterava o tombamento do bairro como conjunto urbano – categoria consagrada na Constituição Federal de 1988 (Art. 216, V) e na Constituição Estadual de 1989 (Art. 260, IV). Por seus atributos próprios – como o parcelamento do solo, alusivo à formação e consolidação do bairro, e a ocupação dos lotes, sem recuos, com intensa relação com o espaço público –, reconhecia-se a morfologia urbana como motivo de preservação. Isto é, a cidade foi entendida como dinâmica e marcada pela convivência de características de diversos tempos; o uso dos conjuntos urbanos, que configura a organização do território, é o valor a ser destacado pelo tombamento.

Essas características deveriam, portanto, constituir os parâmetros para novas edificações no perímetro, admitidas quando

3. Mastrobuonno quer reforma na Santa Ifigênia. *Folha de São Paulo, Cidades*, 27 mar. 1986, p. 30.

implantadas em harmonia com o conjunto. A proposta de 2003 avançou em três pontos em relação à de 1986: referenciou-se na legislação municipal de Uso e Ocupação do Solo; estabeleceu três graus de proteção para bens; e delimitou três setores em função da paisagem urbana, com alturas máximas de 10, 20 e 50 metros. No entanto, a proposta não foi apreciada pelo CONDEPHAAT.

Em 2007, na gestão municipal de Serra-Kassab, novamente o bairro foi objeto de reestruturação urbana com o Projeto Nova Luz⁴, que almejava demolir 70% dos imóveis do bairro sob alegada “degradação”, transferindo à iniciativa privada a prerrogativa exclusiva do Estado para a desapropriação. A resistência de moradores, comerciantes e proprietários impediu o avanço do plano. Ainda assim, o Nova Luz implicou nova decisão do CONDEPHAAT em 2009, que reduziu o perímetro inicial e excluiu 21 imóveis da listagem para tombamento, sob argumentos como, por exemplo: “equivoco por não haver relação com os demais conjuntos arquitetônicos da época histórica do Bairro” ou “sem importância para preservação”⁵, embora tais avaliações sejam pouco objetivas e técnicas. Por outro lado, essa proposta levou à atualização cadastral e à formulação de critérios de intervenção e de seleção para tombamento, qualificando os edifícios como *lugares*, ou seja, espaços com significação social atribuído pelo uso, em três categorias: a) formas e lugares de morar, trabalhar e de devoção; b) diversidade arquitetônica, que superou a arquitetura eclética e incluiu linguagens como modernismo e *art déco*, além do Viaduto Santa Ifigênia; c) agrupamentos de edifícios (conjuntos contínuos).

4. O adjetivo “novo” é recorrentemente adotado para conferir uma retórica positivadora a projetos de transformação total de áreas urbanas, que são, por sua vez, negativadas como “velhas”, “deterioradas” etc.

5. SÃO PAULO (Estado). Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo. Processo nº 24.507/1986 – Pedido de Tombamento do Bairro de Santa Ifigênia, fls. 792-3.

Embora consolidada, a proposta não foi homologada por necessidade de apresentação de diretrizes específicas que tratassem o bairro como conjunto, não apenas como grupo de bens isolados dentro de um território, além da necessidade de apresentar recursos que resultassem na diminuição de empenas e vazios gerados por demolições ou por distintas alturas de edifícios. Por fim, era preciso tratar grandes avenidas e o “miolo” do bairro de forma distinta quanto à altura máxima de novos prédios.

Com isso, em 2013, o CONDEPHAAT solicitou que a área técnica elaborasse nova proposta dentro desses parâmetros. A partir de então, o Grupo de Estudos de Inventário (GEI) da Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico (UPPH) – criado pelo Decreto 50.941/06, que reestruturou a Secretaria de Cultura – contava com novos servidores concursados que se concentraram em criar e implementar conceitos e metodologias de tombamento mais aprofundados. Para conjuntos urbanos, após interlocução entre técnicos e conselheiros, constituiu-se um método a partir da experiência de revisão de diretrizes do tombamento de Amparo⁶.

Os métodos e conceitos ali desenvolvidos foram a fundamentação para analisar o conjunto de Santa Ifigênia em 2017. No estudo, verificou-se que as estruturas fundiárias (a forma dos terrenos) e urbana, cuja proteção era reivindicada por comerciantes, persistia há 150 anos, diferenciando o bairro dos demais da cidade e do Estado de São Paulo. As diferentes camadas de produção de prédios e ruas que conferem heterogeneidade a essa paisagem, distinguem-se tanto do Centro paulistano quanto do restante do Estado. A Lei Cidade Limpa (14.223/2006) foi fundamental na qualificação da paisagem urbana, pois as novas regras para letreiros revelaram fachadas antigas, que foram então

6. Sobre o tema, ver NEVES, Deborah. R. L.; ZAGATO, José A. Chinelato. (2019). *Os desafios contemporâneos do patrimônio cultural paulista: novas abordagens e perspectivas*. Revista CPC, 13 (26esp), p. 162-190. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v13i26esppl62-190>

recuperadas por seus proprietários de modo a tornar a ambiência do bairro melhor do que aquela existente em 1986. Constatou-se que os problemas do bairro estão ligados essencialmente à zeladoria, cujas deficiências na varrição, limpeza, iluminação e passeios públicos causam a percepção de “degradação”, e não o tecido urbano ou a população ali historicamente instalada.

Assim, foram adotados alguns princípios de análise e proteção como proposta para o tombamento definitivo: a) A adoção do conceito de morfotipo como organizador das análises de preservação, de modo a garantir a qualidade ambiental. O conceito foi formulado por Michael Conzen (1907-2000) para designar segmentos com características diferentes dos vizinhos pela combinação própria de seus elementos constitutivos; b) A leitura de território como portador de múltiplas temporalidades e valores culturais; e c) A identificação dos imóveis de interesse individual e/ou para a paisagem urbana, classificados de acordo com o tipo de intervenção a ser realizada: restauro; recuperação e/ou manutenção; e manutenção e/ou passível de substituição. Também foi proposto o tombamento de mais 33 imóveis no bairro, representativos das décadas de 1930 e 1940 e decorrentes do desenho urbano do Novo Código de Obras e Plano de Avenidas de Prestes Maia (1937). São edifícios comerciais e residenciais de linguagem racionalista ou *art déco*, mais altos, de traços limpos, sem a ornamentação característica dos edifícios do miolo do bairro, por exemplo – exemplares de linguagem eclética.

Talvez a maior inovação em relação aos estudos anteriores tenha sido, no entanto, a pactuação da proposta com seis atores institucionais da Prefeitura de São Paulo e do Governo do Estado. Após Audiência Pública sobre o tombamento, um Grupo de Trabalho foi constituído por representantes da UPPH, da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado (CDHU), da Secretaria de Estado da Habitação, do Departamento do Patrimônio Histórico (DPH), da SP Urbanismo e da Comissão de

Política Urbana da Câmara Municipal. A articulação com o DPH foi fundamental para detalhar diretrizes com objetividade, conferindo segurança jurídica e transparência ao tombamento, mediante parâmetros claros de intervenção a qualquer interessado público ou particular, em harmonia com o Plano Diretor de 2014.

CONCLUSÃO

O tombamento do bairro Santa Ifigênia, se assim finalmente efetivado, poderá constituir paradigma na preservação estadual de áreas urbanas. Reconhece e valoriza os atributos culturais do território, mas delimita esse universo e, mais importante, a forma de atuação do CONDEPHAAT. A partir da articulação entre diferentes agentes, permite-se o adensamento da área que trará novos valores ao bairro. A proposta apresentada ao CONDEPHAAT em 2018 e ainda em análise busca refletir os avanços nas recomendações internacionais de preservação, como a Carta de Veneza, a Declaração de Amsterdam, a Carta de Washington, entre outras.

Trata-se de proteger e preservar o patrimônio cultural de um conjunto urbano complexo como ferramenta aliada no planejamento territorial e não como entrave ao desenvolvimento – que, com regras pouco objetivas e desvinculadas de uma leitura histórico-cultural, pode ter modalidades predatórias. A proposta de 2018 pretende, com isso, que diferentes camadas da sociedade se beneficiem da preservação de Santa Ifigênia, porque as diretrizes preservam as edificações existentes e podem auxiliar na permanência de quem já reside e usufrui desse bairro portador “de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”, como preconiza a Constituição Federal de 1988. Por outro lado, possibilita novas construções, desde que estas respeitem as características positivas consolidadas no bairro. Dessa forma, a dinâmica da paisagem persiste, conciliando novas camadas de história e novos moradores e frequentadores com edificações e população existente.

A PROTEÇÃO DA PAISAGEM POR MEIO DO TOMBAMENTO DO NÚCLEO HISTÓRICO DA PENHA, SÃO PAULO (SP)

RAQUEL SCHENKMAN¹

O tombamento do Centro Histórico da Penha pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP) concretizou-se por meio da Resolução CONPRESP nº 13/2018², a partir de estudos elaborados pelo Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) desde 2005, depois que o pedido de proteção da área foi encaminhado pela população por ocasião da elaboração dos Planos Regionais relacionados ao Plano Diretor e à Lei de Uso e Ocupação do Solo de São Paulo, respectivamente de 2002 e 2004. A área da Penha foi apontada como um Centro Histórico de interesse por sua preservação e passou a constar do zoneamento do município como uma Zona Especial de Preservação Cultural (ZEPEC), sendo aberto um processo de tombamento de toda a listagem das ZEPECS pela Resolução CONPRESP nº 26/2004.

1 Foi presidente do Conpresp e diretora do Departamento do Patrimônio Histórico Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, onde atua desde 2012 como arquiteta; é arquiteta urbanista e mestre pela FAUUSP e docente do Departamento de Arte da PUC-SP desde 2011

2 CONPRESP. Resolução nº 13/2018. Tombamento Centro Histórico da Penha, 2018. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/rel318tombamentocentrohistoricopenhapdf_1543589710.pdf. Consultado em: 10 Fev. 2020.

No âmbito municipal, a instrução final do tombamento tem o papel, sobretudo, de sinalizar para os agentes responsáveis pela gestão e planejamento urbano que aquela área, ora delimitada, é um bem cultural de valor para os grupos locais. O estudo se baseou na metodologia, elaborada pelo DPH nos anos de 1980, dos inventários do Patrimônio Ambiental, Cultural e Urbano (IGEPAC)³, e propôs um olhar para as fases de ocupação e transformação o núcleo central da Penha, para o cotidiano do bairro, como é vivido pelos habitantes, e para sua paisagem como um todo.

O núcleo urbano que cobre um pequeno morro na região leste de São Paulo, distante cerca de 10 km do centro da cidade e situado no encontro do rio Tietê com o córrego Aricanduva, já era habitado no período pré-colonial, como se confirma por achado arqueológico de urna funerária indígena. Foi no século XVII, com a construção de uma pequena igreja no alto do morro onde depois seria construída a matriz, que o bairro começou a ser formado, primeiro como uma ocupação rural, na colina, pouso de viajantes. Em meados do século XVIII, já era considerado parte do perímetro urbano, mas passou por transformações significativas, como toda a cidade, a partir da década de 1870, com a Lei de Terras, o estabelecimento da ferrovia e de pequenas indústrias, como as olarias nas regiões de várzea.

A ferrovia passava pela Penha desde 1875. Quando foi inaugurado o trecho São Paulo-Mogi das Cruzes, o bairro recebeu também um ramal exclusivo que subia a colina, com uma estação em funcionamento até 1907. As atuais ruas Coronel Rodovalho (Ladeira da Penha e seu muro de arrimo), a Avenida Penha de França (caminho para Guarulhos), a Rua General Sócrates (rua da estação velha) e a Rua Dr. João Ribeiro (caminho para o Rio de

3 SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal da Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. *Cadernos do IGEPAC-SP I: Aspectos metodológicos*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1986.

Janeiro) são eixos e traçados que se mantêm em grande parte tal como eram desde o final do século XIX.

Do início do século XX até os anos de 1940, sem grandes alterações, a Penha tornou-se um centro de subúrbio e uma área urbana tradicional, estratégica para capitanear as áreas mais distantes do centro. Nesse período também se intensificaram peregrinações e festividades religiosas, que conviviam com estabelecimentos comerciais, feiras e atividades de lazer, como os cinemas e cassinos, voltados ao público que por lá circulava. No final dos anos 1950 e década de 1960, o bairro, como toda a cidade, foi alvo de melhoramentos viários, canalização e retificação de cursos d'água e saneamento de várzeas, para que pudesse ser habitado. A abertura da Avenida Radial Leste intensificou a ocupação a leste do centro de São Paulo, como alternativa ao eixo das avenidas Rangel Pestana e Celso Garcia, caminho mais antigo que seguia pelo centro da Penha. Assim, o centro do bairro ficou resguardado, não apenas por sua situação geomorfológica, mas pelo contorno dos eixos viários mais novos: a Radial Leste e a Marginal Tietê.

Na Penha, são três as principais construções religiosas no topo da colina central: a Igreja de Nossa Senhora da Penha, mais antiga instalada, hoje Santuário; a capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, datada de 1808, tombada pelo CONDEPHAAT em 1982 e *ex-officio* pelo Conpresp em 1991; e a nova matriz, ou Basílica da Penha, construída entre 1957 e 1968 que, embora mais recente, é a que atualmente mais se destaca na paisagem do bairro, no alto do morro, na área urbanizada em meados do século XX, conhecida como Vila Santo Afonso, antes uma chácara (“chácara dos padres”), que deu também lugar ao antigo Seminário Redentorista (1950-1956) e ao Hospital Nossa Senhora da Penha (1951).

A proteção dessa paisagem atende à demanda de moradores por definir critérios e estabelecer regras para a construção nessas encostas, para a manutenção da imagem e da forma da

topografia do núcleo central da Penha, protegendo-o da verticalização predatória, como ocorreu no caso da conhecida “torre do relógio”⁴. Existem, atualmente, grupos organizados que trabalham com a memória da região leste e a Penha costuma ser pensada nesse contexto. Esses grupos desenvolvem trabalhos ligados à memória, atividades culturais e de economia criativa. São grupos atuantes e que veem no instrumento do tombamento possibilidades de oficializar o reconhecimento do valor cultural e histórico desses territórios.⁵

Durante os estudos realizados entre 2015 e 2018 para a conclusão do processo de tombamento, buscou-se rever e explicar o perímetro da ZEPEC apontado em 2004, compreendendo qual seria de fato a área a ser nomeada Centro Histórico da Penha. Com o aprofundamento da pesquisa, pareceu oportuno tomar como base o limite da freguesia da Penha delimitado na planta da cidade de 1897. Entretanto, as transformações e pontos referenciais desse lugar, que se sucederam ao longo do tempo, foram incorporados. As referências visuais do Centro Histórico da Penha são, hoje, reconhecidas a partir da encosta voltada para a avenida da Marginal do rio Tietê e ferrovia, a partir da subida da Rua Coronel Rodovalho, a partir do pontilhão sobre o córrego Aricanduva e a partir da Estação Penha do metrô. Os limites podem ser indicados como a ferrovia a oeste, o pontilhão a sul, a Rua Betari a leste e o cemitério e o mercado a norte.

4 NASCIMENTO, Douglas. O Monstro da Penha. In: *Blog São Paulo Antiga*. Artigos, 8 set. 2009. Disponível em: <http://www.saopauloantiga.com.br/o-monstro-da-penha/>. Consultado em: 20 jan. 2020.

5 Dentre os grupos, podemos citar o Grupo Ururay, o Movimento Cultural da Penha e o Grupo de Memória da Zona Leste. Além destes, existe na Penha instituído o Memorial Penha de França, casa que reúne depoimentos e acervo ligado ao cotidiano e história do bairro.

Foram também contempladas na definição do tombamento as áreas de interesse arqueológico, tanto o sítio já identificado quanto outros de valor potencial. Essas áreas podem servir como locais relevantes para a arqueologia urbana, por apresentarem indícios dos processos mais recentes de expansão da urbanização, conforme orientação da equipe do Centro de Arqueologia do DPH, que definiu cinco áreas de interesse, das quais uma se refere ao trecho por que passava o antigo ramal ferroviário. Por fim, foram definidos os bens a serem tombados individualmente dentro dessa área, o que incluiu, além de edificações, áreas públicas e logradouros, a partir de uma pesquisa sobre sua significância e representatividade na paisagem local e na história do bairro, em parte já bastante narrada ao longo do processo.

Assim, para a proteção desses bens e do território ora denominado Centro Histórico da Penha, foram definidas diretrizes de altura e ocupação de lotes internos ao perímetro, que permitem reforçar uma paisagem em que se destaca a Igreja Matriz no alto do morro da Penha, buscando valorizar a topografia e a encosta, tão fundamental na caracterização da Penha, desde sua fundação.

Ao retomar os estudos para o tombamento da Penha em 2015, o Plano Diretor já era outro, definido pela Lei nº 10.050/2014, que reformulou o conceito de ZEPEC, introduzindo outros instrumentos no art. 172, tais como o inventário do patrimônio cultural, o registro do patrimônio imaterial, a chancela da paisagem cultural, o levantamento e cadastro arqueológico do município, e registro das áreas de proteção cultural e de interesse da cultura e da paisagem, além do tombamento. Ainda assim, para o caso em questão, prosseguiu-se com o tombamento, instrumento mais consolidado que não excluía a possibilidade de sobreposição futura dos demais instrumentos para a área.

O reconhecimento por meio do instrumento do tombamento é, certamente, uma forma de proteção da área como um núcleo urbano de antiga ocupação, como um pequeno centro

histórico de subúrbio caracterizado por determinados logradouros, espaços públicos, eixos viários, caminhos antigos, geomorfologia, panoramas, em que se considera o morro e a várzea, edificações, festividades, sociabilidades em um cotidiano próprio, ou seja, que se destaca como uma paisagem cultural, entendida a partir de sua geografia e camadas históricas de ocupação, incluídas suas práticas.

A adoção de um partido de preservação do patrimônio cultural aliado à proteção da paisagem urbana, das vistas e panoramas ocasionados e relacionados à topografia, no caso da Penha, é uma situação da qual há exemplos em outros lugares do mundo. Consta do estudo de tombamento o exemplo de Birmingham, na Inglaterra, e cidades norte-americanas em que a delimitação da topografia e de eixos visuais é pautada pela preocupação de destaque, até mesmo cenográfico, a partir da limitação de gabaritos ou de determinadas diretrizes para construções novas. Com uma ocupação e verticalização despreocupada com o desenho urbano, a tendência é um resultado que não preserva e não valoriza características históricas, culturais e ambientais dos bairros e territórios, o que se quer evitar. Nesse caso, o tombamento permite algum controle de parâmetros qualitativos.

Os estudos de desenho urbano para o centro de Birmingham citados⁶ apontam para a preocupação da interação e relação entre as edificações e construções existentes e as construções novas a serem propostas, pensando no desenvolvimento e transformações urbanas, de forma a preservar uma leitura da paisagem urbana que caracteriza certa região. Recomenda-se que a altura das edificações novas seja definida com base nas alturas máximas das edificações existentes. Observar esse critério é um dos modos

⁶ ConForme consta no processo administrativo CONRESP nº 2005-0.059.059-8, fl.50-114.

de manter a imagem da cidade ou do bairro, pois ela também é constituída pela forma como a cidade existente se relaciona com elementos de topografia, como colinas, vales e rios.

No caso da Penha, ressaltar o cume do outeiro e diminuir o gabarito dos edifícios a serem construídos nas encostas e fundo de vale faz com que a Basílica, edificação principal vista de várias perspectivas e ângulos distantes do bairro, permaneça visível, mantendo-se em situação de destaque na paisagem da cidade e, portanto, como referência daquele lugar para quem o vê de pontos distintos e até a certa distância.

Por fim, cabe dizer que a proteção de bens materiais e imateriais na Penha não se esgota com esse tombamento, ainda que seja um passo importante no reconhecimento da área enquanto patrimônio cultural, ambiental e urbano. As ações para preservação da memória local agora têm um instrumento legal que resguarda alguns aspectos do patrimônio daquele lugar e assim consolida a perpetuação de um processo de valorização da cultura desse núcleo urbano e das manifestações culturais de seus habitantes, como as festas no Largo à frente da capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. É necessário ainda fomentar as discussões entre comunidade e poder público quanto ao significado da proteção de características urbanas de determinadas localidades, para que a compreensão da história e da cultura do lugar ganhe novos sentidos e se realize, o que tem sido feito através de algumas iniciativas do DPH e de moradores do bairro, como o evento Patrimônio em Debate – Penha, em dezembro de 2018, logo após a homologação do tombamento, no espaço do Centro Cultural da Penha; a apresentação do estudo de tombamento pelo DPH no auditório da subprefeitura da Penha, a convite do subprefeito em 2019; a iniciativa de grupos locais com o evento Colina Criativa, em novembro de 2019, além dos diversos e constantes engajamentos dos grupos da região nas Jornadas do Patrimônio.

TERRITÓRIO:
O PATRIMÔNIO
EM DIÁLOGO COM O
DESENVOLVIMENTO
URBANO

ZONEAMENTO CULTURAL COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: O CASO DE PARANAPIACABA

VANESSA GAYEGO BELLO FIGUEIREDO¹

A prática da preservação de sítios histórico-culturais vem mostrando que o tombamento, embora cumpra seu papel na outorga de valor, é um instrumento insuficiente diante das necessidades de preservação sustentável do patrimônio compreendido como paisagem cultural. Conceito recentemente adotado pela UNESCO (1992) e pelo IPHAN (2009), as paisagens culturais pedem por uma abordagem integral e integrada dos patrimônios culturais (naturais, materiais e imateriais) no território.

Tal abordagem considera essencial a interdisciplinaridade, bem como a ação integrada do planejamento e gestão territoriais com as políticas ambientais, socioeconômicas e culturais. A preocupação é conjugar a política de preservação ao processo dinâmico de desenvolvimento das cidades, o que implica necessariamente não impedir as mudanças, mas direcioná-las a favor do patrimônio e, portanto, trabalhar na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, a estratégia mais adequada baseou-se na utilização de instrumentos do planejamento urbano. Apresentaremos, brevemente, uma experiência implementada em Paranapiacaba, em Santo André (SP).

¹ Arquiteta e urbanista, doutora em planejamento urbano e regional pela FAUUSP (2014). Docente na FAU PUC-Campinas, Coordenadora do Comitê Científico Nacional do ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Brasil e Conselheira do CAUI/SP.

Figura 1. Foto aérea de Paranapiacaba em 1940



Fonte: Empresa Nacional de Fotos Aéreas (ENFA). Instituto Geográfico e Cartográfico. Governo do Estado de São Paulo.

Paranapiacaba, “local de onde se vê o mar”, em língua indígena, conserva um significativo acervo tecnológico ligado à ferrovia e testemunhos de um padrão arquitetônico e urbanístico bastante avançados para a época. Essa vila ferroviária nasceu e se desenvolveu a partir de 1860 com a implantação da São Paulo Railway. Em 1946, foi incorporada ao Governo Federal e, em 1957, a Rede Ferroviária Federal S.A. passou a administrá-la. A partir dos anos de 1980, Paranapiacaba passou por um intenso período de abandono e degradação. Em 1987, teve seu patrimônio reconhecido pelo CONDEPHAAT e, em 2002, pelo IPHAN. Entre 2001 e 2008, foi criada uma subprefeitura responsável pela implementação do Programa de Desenvolvimento Local Sustentável, integrando territorialmente políticas públicas em sete áreas: turismo, preservação do patrimônio cultural, planejamento urbano, conservação ambiental, desenvolvimento social, participação cidadã e gestão administrativo-financeira dos imóveis públicos².

Em 2007, foi aprovada a Lei nº 9.018/07 da Zona Especial de Interesse do Patrimônio de Paranapiacaba (ZEIP), instrumento considerado inovador pelo Ministério das Cidades e IPHAN. Trata-se de uma simbiose entre um plano diretor local com regramentos de uso e ocupação do solo, diretrizes de preservação cultural, ambiental e turismo sustentável.

Conforme exigência do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/01), sua elaboração ocorreu de forma participativa, por meio da Comissão da ZEIPP, reunindo 34 membros, com 50% da

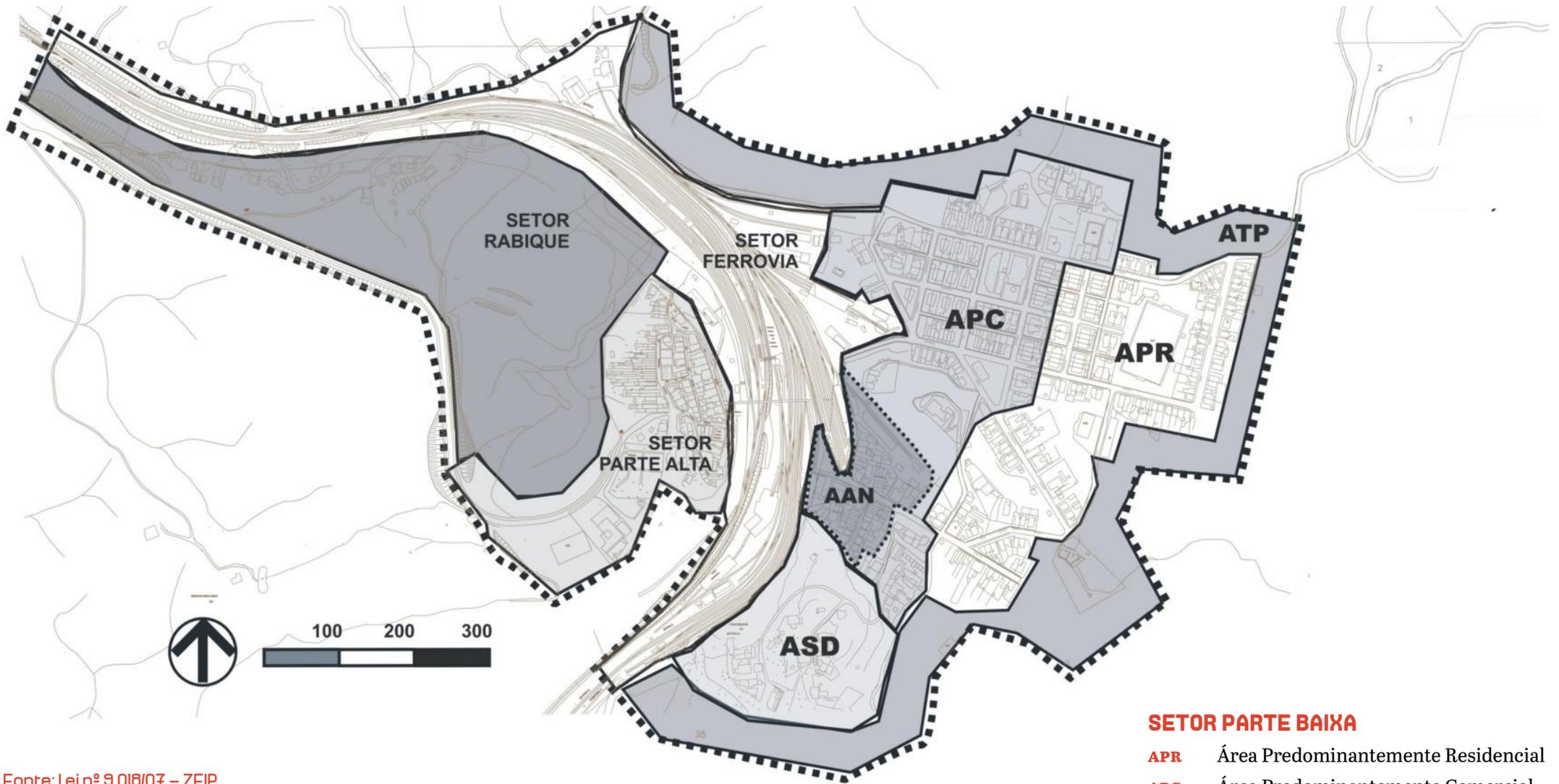
2 Este artigo trata resumidamente da experiência da lei da ZEIPP. Para informações mais detalhadas, ver FIGUEIREDO, Vanessa G. B. *Gestão sustentável da paisagem cultural: legados e lições da experiência de Paranapiacaba*. *Revista CPC*, n. 18, p. 29-55, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i18p29-55>. Consultado em: 10 jan. 2020; e FIGUEIREDO, Vanessa; SILVA, Ronaldo André Rodrigues da. [org.]. *Paranapiacaba, um patrimônio para a humanidade*. São Paulo: Marquise, 2014.

representação para a comunidade local e as outras vagas para os três órgãos de preservação do patrimônio, para o Conselho de Política Urbana, universidades e entidades de classe. Os técnicos da prefeitura não tiveram assento e atuavam como formuladores de estudos técnicos e mediadores.

Inicialmente, a lei pactua conceitos referentes à preservação, conservação, restauração, reparação, manutenção, atualização tecnológica e adaptação (art. 5º), diferenciando-os e propondo uma hierarquização, visando à desburocratização dos processos de aprovação de intervenções e o compartilhamento de papéis entre as instituições gestoras, institucionalizando uma prática já corrente entre a subprefeitura e os três órgãos.

A ZEIPP ratifica a divisão da Vila em quatro setores de planejamento urbano (Parte Alta, Parte Baixa, Ferrovia e Rabique), reconhecendo suas especificidades históricas, urbanas, paisagísticas e legais. Cria um zoneamento priorizando o uso residencial e definindo áreas para o desenvolvimento turístico, diminuindo os conflitos de vizinhança. Também regula as predominâncias de usos, a exemplo da Área Predominantemente Residencial, onde o comércio e a prestação de serviços (apenas os de baixa incomodidade, como pousadas e restaurantes com funcionamento até às 22h) são permitidos até atingir 20% dos lotes. Na Área Predominantemente Comercial, são permitidos os usos não residenciais até 60%. Fixa o estoque habitacional em 50% dos imóveis públicos da Parte Baixa, garantindo em lei a permanência da moradia. Foram redefinidos os parâmetros de ocupação, permeabilidade, incomodidade por emissão sonora (permitindo a mistura de usos) e criaram-se diretrizes para a preservação das edificações, dos espaços livres e da hierarquização viária, visando a salvaguardar as relações urbanas que caracterizam essa paisagem.

Figura 2. Zoneamento de Paranapiacaba, em mapa produzido por Vanessa Figueiredo.



Fonte: Lei nº 9.018/07 – ZEIP

Paranapiacaba conta com um conjunto de 334 casas na Parte Baixa. Foram selecionados imóveis representativos como exemplares de tipologias residenciais. O objetivo foi destacar o valor documental e cognitivo do projeto ou construção original, permitindo que nos demais imóveis fossem realizadas as adaptações necessárias. Esses exemplares foram destinados à visitação pública e, por isso, passaram a abrigar os espaços expositivos que compõem o roteiro do Circuito Museológico. Inspirada na concepção de “museu a céu aberto” ou ecomuseu, a casa de tipologia C, o “Castelinho”, abriga uma exposição sobre a história da vila. O patrimônio natural pode ser visto em um exemplar de Casa de Engenheiro. O patrimônio humano está na Casa da Memória, uma casa Tipo A (para famílias pequenas de operários). Um conjunto de casas Tipo E (para operários menos graduados) abrigou o Centro de Documentação de Arquitetura e Urbanismo (CDARQ). Esse projeto, que articula os espaços expositivos ao percurso que envolve a paisagem cultural, foi premiado em 2007 pelo IPHAN no Concurso de Modernização de Museus.

Aos demais imóveis, as ampliações funcionais são permitidas, mas devem respeitar as relações entre espaços livres e edificados, configuradas pelo padrão urbanístico. Visando a incentivar a conservação, eram concedidos descontos de aluguel aos permissionários que investissem na manutenção ou reforma, desde que fossem autorizadas e supervisionadas pela Prefeitura e órgãos de preservação.

A ZEIPP criou um sistema de fiscalização e penalidades mais rigoroso e garantiu aos empreendedores comerciais a concessão de uso por 20 anos. A lei é, em sua maior parte, autoaplicável. Apenas alguns instrumentos necessitaram de regulamentação posterior, como o Fórum (regulamentado por decreto municipal em 2008), ou instruções normativas e planos, detalhando informações técnicas que não cabem a uma lei urbanística.

Conjuntamente, a subprefeitura promoveu diversos projetos e ações visando à conservação do patrimônio, articulando pesquisa, sistemas de informação e documentação, educação e formação profissional, fiscalização, manutenção, recuperação e restauro.

Entre 2004 e 2008, foi desenvolvida a pesquisa *Diretrizes e Procedimentos para a Recuperação do Patrimônio Habitacional em Madeira na Vila de Paranapiacaba*. Foi criada uma metodologia própria para a inventariação do patrimônio em madeira, houve a reativação da cooperativa de restauradores, bem como a criação do banco de materiais e a elaboração do *Manual de Conservação e Restauração das Edificações em Madeira de Paranapiacaba*. Estes produtos foram incorporados à ZEIPP como diretrizes e manuais. A cooperativa formou-se com moradores capacitados para trabalhar com restauro e conservação em madeira.

A subprefeitura promoveu ainda um curso de educação patrimonial, cujo módulo básico era oferecido a todos os moradores. Os módulos intermediário e avançado visavam a formar monitores culturais. Buscando reverter a degradação sofrida nas décadas de 1980 e 1990, foram retirados os anexos irregulares e precários de 49 casas, 50% da demanda.

Por fim, no período de 2001 a 2008, foram investidos cerca de US\$ 4,5 milhões em 27 obras de restauração do patrimônio edificado e espaços livres, além do investimento anual de US\$ 82 mil na conservação e manutenção contínua de Paranapiacaba.

Figura 3 Cooperativa de Marcenaria, Oficina do Banco de Materiais e Restauro das Casas Tipo E-CDARQ.



Fonte: LIMA, 2008. Fotos: Gilson Lameira de Lima, 2007.

Figura 4 Cooperativa de Marcenaria, Oficina do Banco de Materiais e Restauo das Casas Tipo E-CDARQ.



Fonte: LIMA, 2008. Fotos: Gilson Lameira de Lima, 2007.

O SISTEMA DE PAISAGENS CULTURAIS E O ZONEAMENTO EM CAMPINAS

VANESSA GAYEGO BELLO FIGUEIREDO¹

Entre 2014 e 2015, foi feita uma revisão da legislação urbanística de Campinas, especialmente do Plano Diretor e da Lei de Uso e Ocupação, por uma equipe de consultores da Fundação para a Pesquisa em Arquitetura e Ambiente (FUPAM/FAUUSP) junto à Prefeitura de Campinas.

A análise da configuração territorial da cidade envolveu a elaboração de 200 cartografias georreferenciadas inéditas, a partir dos seguintes condicionantes: a inserção regional na Macrometrópole Paulista; os problemas urbano-ambientais e socioeconômicos; as estruturas de mobilidade; os usos e centralidades; a legislação urbanística vigente e as formas de ocupação; os recursos urbanísticos e vocações; o sistema de espaços livres e as paisagens culturais². Em relação a este último item, é interessante destacar que é inovadora a inserção da cultura e dos

1 Arquiteta e urbanista, doutora em planejamento urbano e regional pela FAUUSP (2014). Docente na FAU PUC-Campinas, Coordenadora do Comitê Científico Nacional do ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Brasil e Conselheira do CAU/SP.

2 Para informações sobre a revisão da legislação de Campinas, ver JORGE, Luís Antônio; QUEIROGA, Eugênio Fernandes; FIGUEIREDO, Vanessa Bello. A legislação urbanística em debate. Parte I: bases conceituais e estratégias metodológicas para subsidiar a revisão do Plano Diretor de Campinas (SP). *Arquitextos*, São Paulo, ano 18, n. 215.02, Vitruvius, abr. 2018. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/18.215/6959>. Acesso em: 10 jan. 2020.

patrimônios como integrantes dos sistemas estruturadores do desenvolvimento territorial por meio do reconhecimento das paisagens culturais, orientando a tomada de decisão sobre onde e como preservar e transformar na cidade.

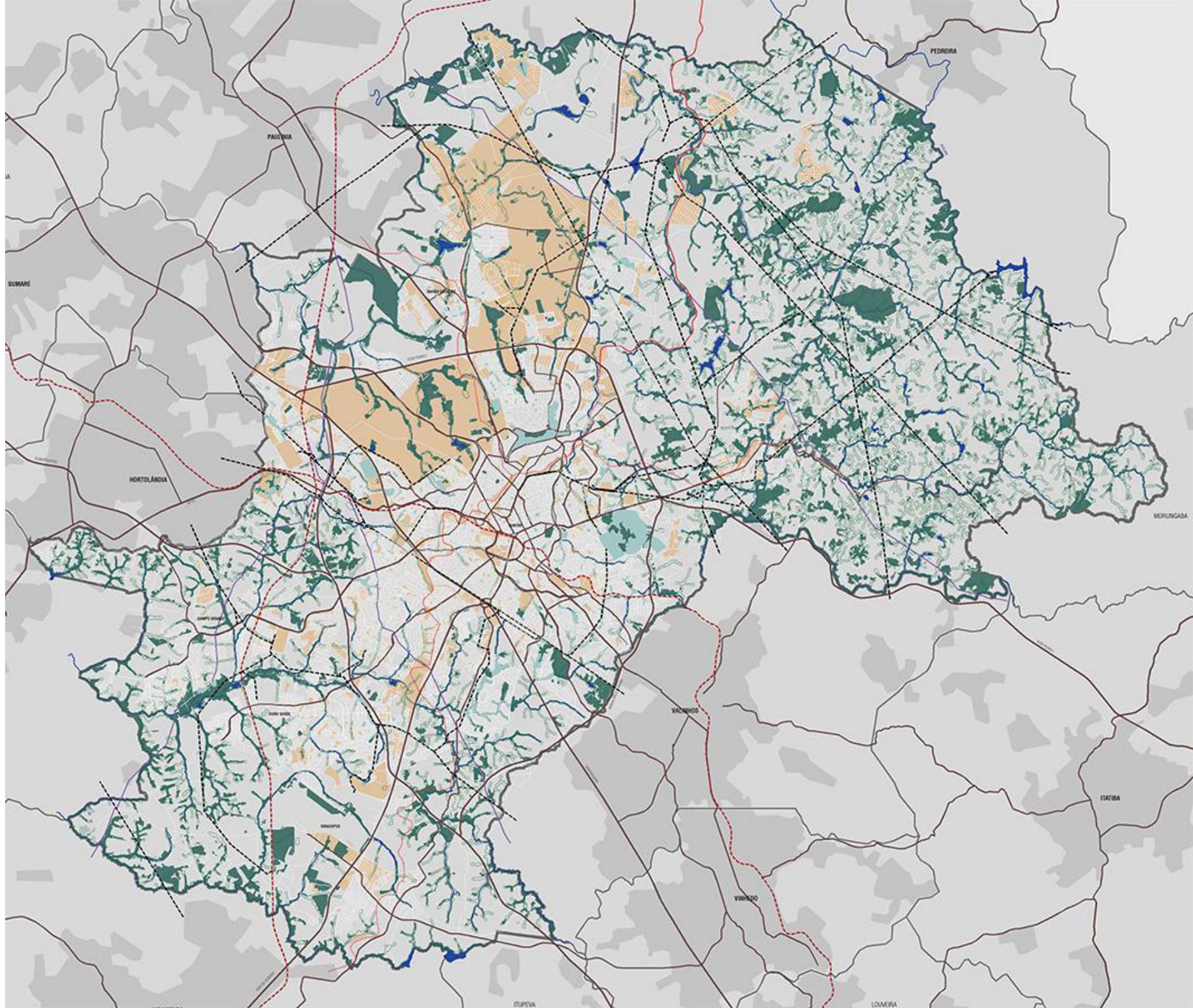
Campinas ganhou um estudo inédito, com metodologia especificamente desenvolvida para tal, que identificou um sistema de quinze paisagens culturais, a partir de leituras de conjunto que compreendam e valorizem de forma articulada os bens naturais, culturais materiais e imateriais, oficialmente reconhecidos ou não. Áreas que expressam as diversas fases da urbanização, o território usado, o caráter multicultural da cidade, a cultura das comunidades, significados, celebrações, apropriações e práticas culturais, nas áreas urbanas, rurais ou de preservação ambiental. Elas constituem um sistema que revela e ressalta a diversidade e singularidades da cultura campineira, suas conexões com a cultura regional e nacional, seus processos e distintos períodos históricos.

Dada a diversidade de paisagens, diferentes métodos de identificação seriam aplicáveis. Entretanto, é imprescindível que os estudos resultem em leituras de conjunto a partir de uma perspectiva pluridimensional, histórica e evolutiva. Para a identificação do conjunto e sistema de paisagens culturais, foram utilizadas diversas fontes de pesquisa e foi desenvolvido um método para constituir um banco de dados georreferenciados e cartografias temáticas com mapeamento e análise: 1) do processo de urbanização; 2) dos bens culturais e naturais tombados, em processo de tombamento e bens imateriais reconhecidos; 3) dos bens materiais e imateriais de interesse cultural ainda não reconhecidos, inclusive aqueles identificados pela população em processo participativo; 4) do Sistema de Espaços Livres, bacias hidrográficas, cursos d'água e fragmentos de mata; 5) da legislação urbanística, ambiental e de preservação cultural vigentes; 6) da sobreposição cartográfica dessas informações em sistema GIS, conforme ilustram as imagens a seguir.

Figura 1

Cartografias para a identificação das paisagens culturais, em sentido horário: sistema de espaços livres e patrimônios naturais; evolução urbana; bacias hidrográficas; hipsometria.

Fonte: FUPAM
FAU-USPIP/PMC, 2015.



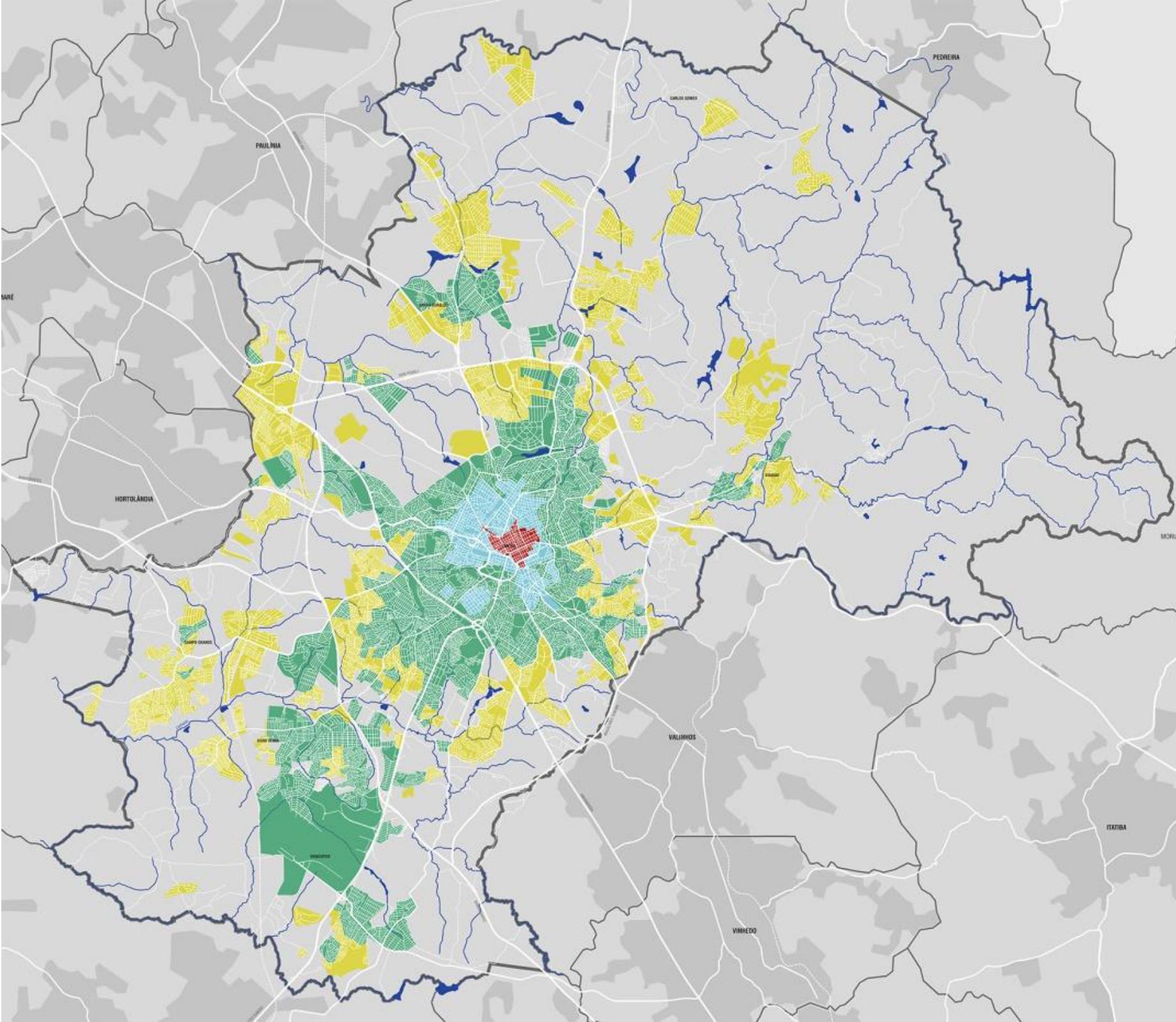


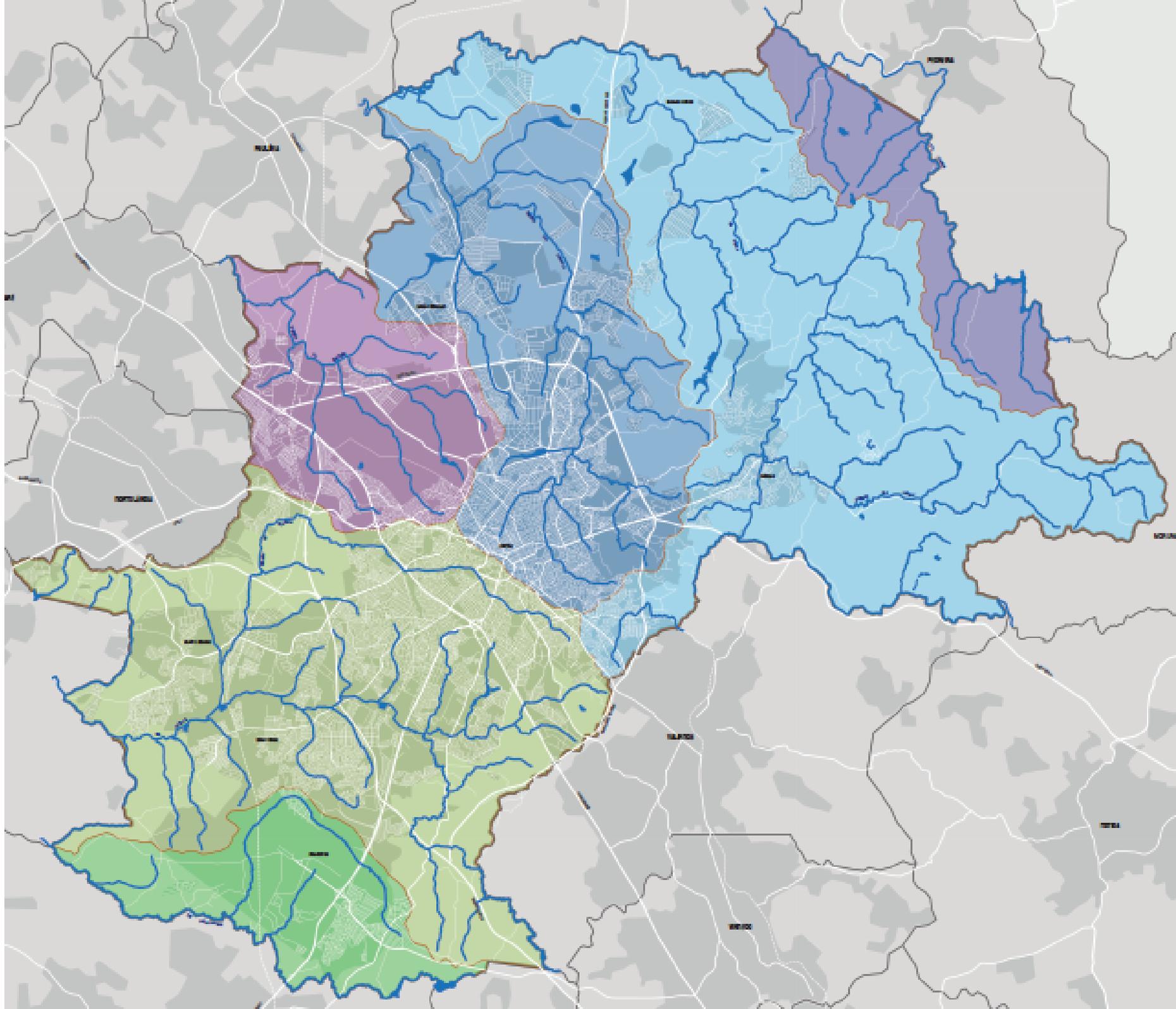
Figura 2
Cartografias para a identificação das paisagens culturais, em sentido horário: sistema de espaços livres e patrimônios naturais; evolução urbana; bacias hidrográficas; hipsometria.

Fonte: FUPAM
FAU-USP/PMC, 2015.

Figura 3

Cartografias para a identificação das paisagens culturais, em sentido horário: sistema de espaços livres e patrimônios naturais; evolução urbana; bacias hidrográficas; hipsometria.

Fonte: FUPAM
FAU-USP/PMC, 2015.



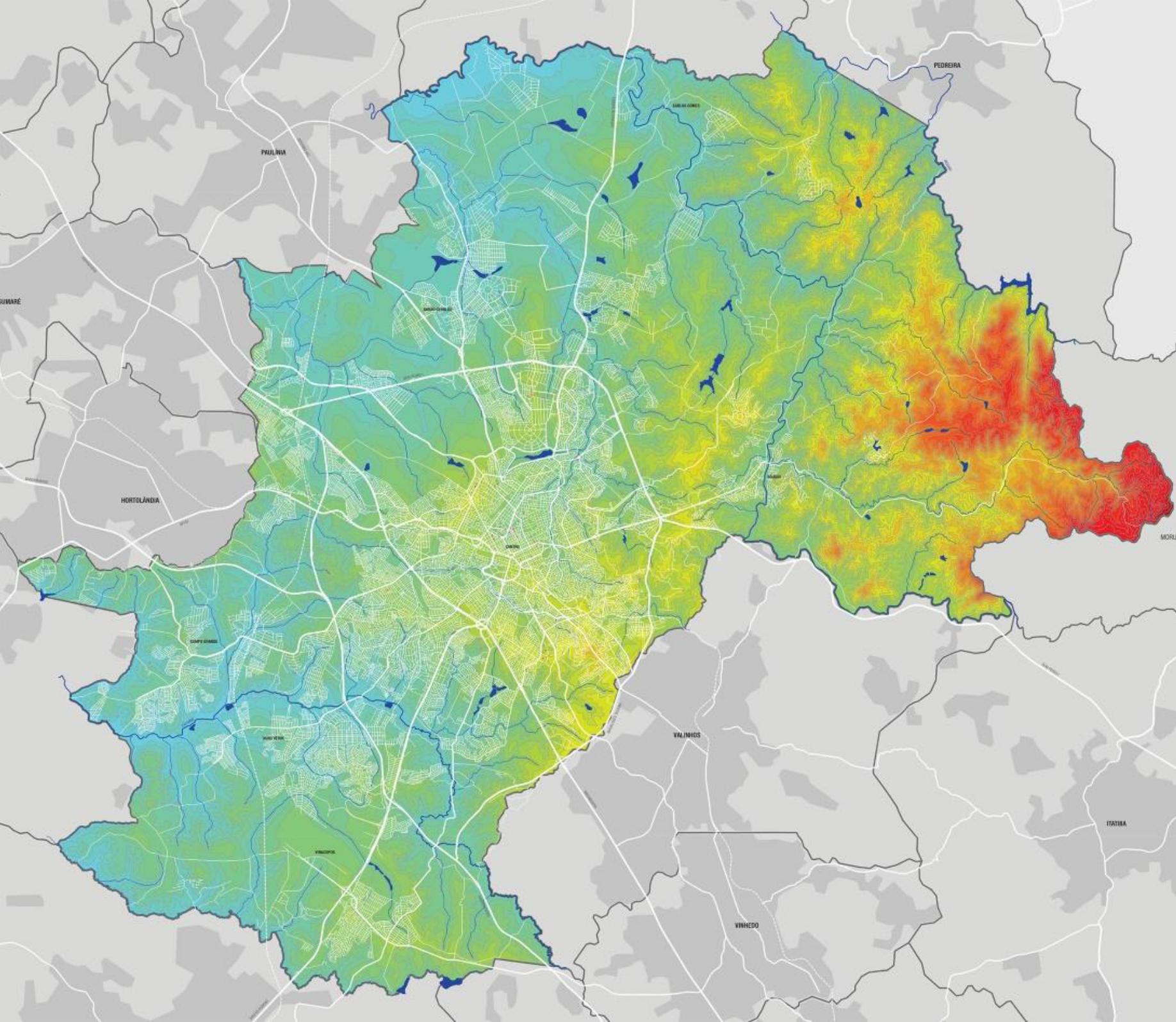


Figura 4. Cartografias para a identificação das paisagens culturais, em sentido horário: sistema de espaços livres e patrimônios naturais; evolução urbana; bacias hidrográficas; hipsometria.

Fonte: FUPAM
FAU-USP/PMC, 2015.

A partir dessas informações, foi possível a sistematização temporal e territorial dos patrimônios e paisagens, compreendendo suas interações no contexto histórico da transformação do território, da urbanização e da apropriação pela população. Campinas ainda mantém paisagens que remontam ao período colonial cafeeiro, paisagens agrícolas ligadas às imigrações, paisagens urbanas e ferroviárias ligadas à primeira industrialização, aquelas com atividade extrativista ou ceramista que transformaram paisagens naturais, bairros com o desenho das cidades-jardins ou onde o casario eclético convive com altos edifícios modernos, paisagens marcadas pela presença dos militares da Escola de Cadetes e aquelas onde as celebrações e as diversidades culturais, étnicas e religiosas convivem harmoniosamente, entre outras. São elas: 1) Paisagem Cultural Rural Colonial do Atibaia-Jaguari; 2) Sousas e Joaquim Egídio; 3) Centro e Gênese Urbana; 4) Ferrovia e 1ª Industrialização; 5) Ferrovia Mogiana-Anhumas; 6) Saudade-Proença-Derbi; 7) Bairro Cambuí; 8) Castelo e Guanabara; 9) Chapadão-Expecex-Santa Elisa; 10) Mineração – Pedreiras; 11) Bairro e Parque Taquaral; 12) Barão Geraldo; 13) Rio Capivari-Cerâmicas; 14) Friburgo e Fogueteiro – Paisagem Rural da Imigração Alemã e Suíça; 15) Pedra Branca – Paisagem Agrícola da Imigração Japonesa e Italiana.

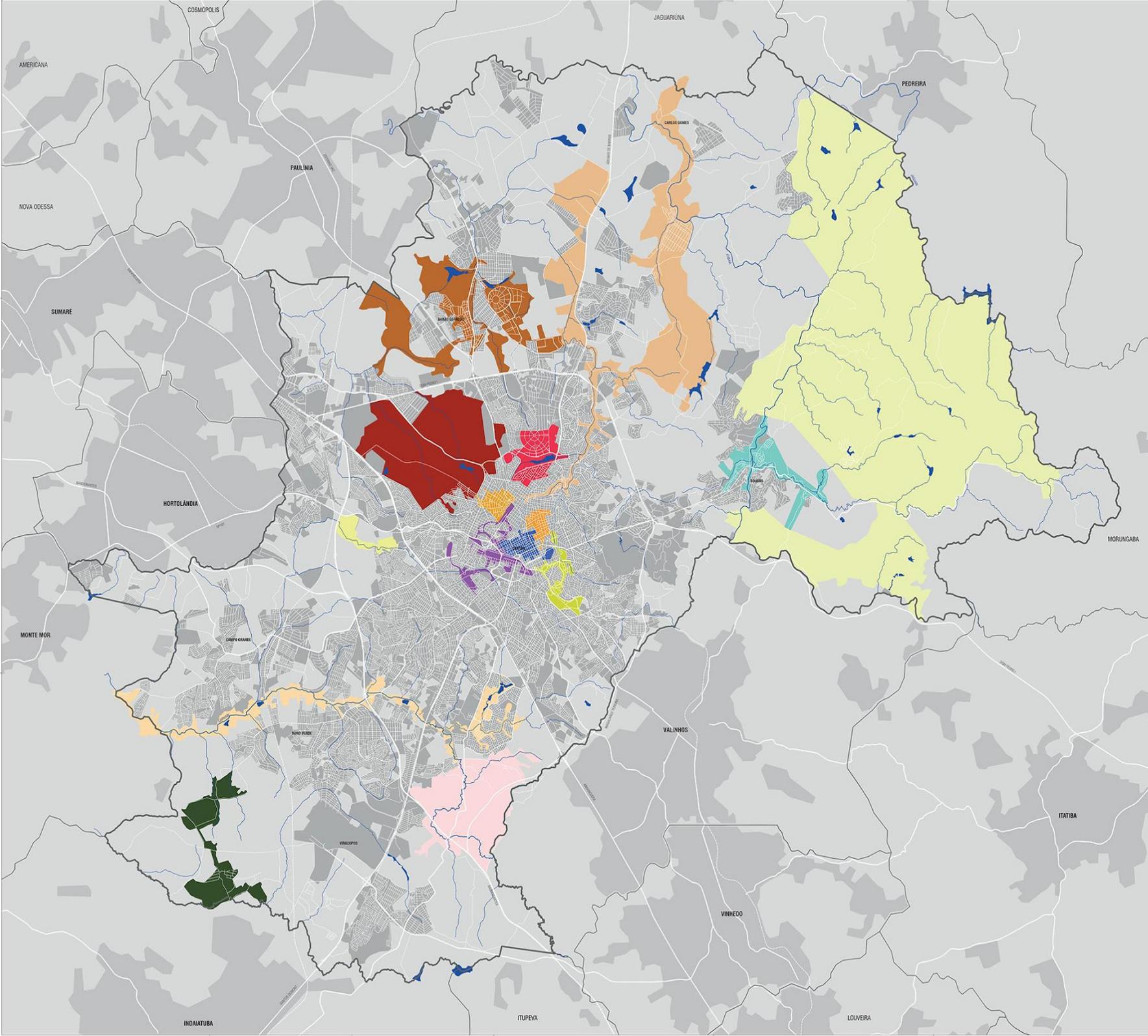


Figura 5. Sistema de paisagens culturais em Campinas.

Fonte: FUPAM FAU-USP/PMC, 2015.

- Paisagem Cultural do Centro
- Paisagem Cultural da Primeira Fase da industrialização
- Paisagem Cultural do Siqueira
- Paisagem Cultural do Central
- Paisagem Cultural do Castelo e Guaranhara
- Paisagem Cultural da Sedeção - Proença - Dielo
- Paisagem Cultural da Mineração - Pedreiras
- Paisagem Cultural das Fazendas do Círculo do Aguiar e Café
- Paisagem Cultural dos Capões - Orlanças
- Paisagem Cultural da Favela Mogiana
- Paisagem Cultural de Barão Geraldo
- Paisagem Cultural do Chapadão - EXPEDIX - Santa Eliza
- Paisagem Cultural de Sousa e Joaquim Egídio
- Paisagem Cultural da Imigração Alemã e Suíça - Friburgo e Foguettero
- Paisagem Cultural da Piedra Branca
- Área elevadamente urbanizada* da Região Metropolitana de Campinas
- Limite Municipal
- Hidrografia
- Rodovias e sistema viário local
- Favelas

0 1 2,5 5 KM

Base cartográfica desenvolvida na projeção UTM/20S. Datum SIRGAS 2000. Elaboração realizada pelo equipe FUPAM a partir de dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Campinas e outros produtores especificamente para este trabalho.

ATUALIZAÇÃO E REGULAÇÃO DA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA DE CAMPINAS
 PRODUTO PSA ANEXO I
 DATA: 09/10/2015

SISTEMAS ESTRUTURADORES
 PAISAGENS CULTURAIS MAPA 3.5



Não é possível, no curto espaço deste artigo, caracterizar cada uma dessas paisagens, tampouco as diretrizes de preservação e gestão desenhadas para cada uma. No entanto, destacaremos algumas diretrizes gerais propostas.

Identificar essas paisagens antes da elaboração da proposta foi importante para orientar a tomada de decisão sobre as áreas a preservar e a transformar, assim como para orientar os vetores de crescimento e a aplicação dos novos parâmetros de desenho urbano. Especialmente, a organização do Macrozoneamento, dos Setores de Preservação e Transformação e do Zoneamento Urbano se deram também em função da identificação dessas paisagens culturais. Posteriormente, essas áreas foram incorporadas ao zoneamento extraordinário como Zonas Especiais de Preservação da Paisagem Cultural (ZEPPACS), para as quais se definem objetivos e diretrizes gerais e específicas, visando à preservação e valorização com desenvolvimento compatível, articulados às demais políticas urbanas e às políticas de preservação cultural, ambiental, de economia criativa e turismo.

Nas ZEPPACS poderão ser demarcados Conjuntos Urbanos de Interesse Arquitetônico e Histórico da Paisagem Cultural, identificados pela relevância de seus atributos e significados arquitetônicos, técnicos e/ou históricos e memoriais. Para estes conjuntos, o proprietário poderá utilizar a Transferência de Potencial Construtivo (TPC), calculada pela diferença entre o coeficiente de aproveitamento (CA) utilizado e o CA máximo permitido. Dentro das ZEPPACS seria permitida a demarcação de ZEIS, assim como a provisão de Habitação de Interesse Social e de Mercado Popular. O Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) seria exigido nas ZEPPACS para construções acima de 2.500 m², enquanto nas demais áreas da cidade apenas acima de 5.000 m².

Distintamente de Paranapiacaba, a prefeitura de Campinas ainda não estava preparada para a gestão mais complexa que exige a abordagem da paisagem cultural. Apesar disso, o estudo logrou

a demarcação de cinco das áreas identificadas nos estudos técnicos que foram demarcadas como Zonas Especiais de Preservação Cultural no Plano Diretor (Lei Complementar nº 189/2018), as chamadas ZEPECS. Essas ZEPECS inspiram-se mais no modelo paulistano, no qual podem ser demarcados bens isolados e lugares do patrimônio imaterial. Funcionam “como instrumento urbanístico que visa identificar e fortalecer tanto as porções do território destinadas à preservação, valorização e salvaguarda dos bens e atividades culturais, quanto os espaços e estruturas que dão suporte a esses bens e ao patrimônio imaterial” (Art. 106, LC 189/18). Foram reconhecidas as ZEPECS Barão Geraldo, Centro, Vila Industrial, Área de Proteção Ambiental de Campinas (APA, onde estão Sousas, Joaquim Egídio, as paisagens culturais das fazendas cafeeiras e parte da ferrovia Mogiana) e a denominada John Boyd Dunlop, onde está a Comunidade Afrodescendente da Fazenda Roseira, identificada nos estudos do patrimônio imaterial.

Em que pesem os percalços das disputas políticas, das trocas de governo e das carências e limitações da gestão pública no Brasil, as experiências aqui apresentadas contribuíram para o debate e para a área de conhecimento da preservação cultural, do planejamento territorial e da administração pública, na medida em que avançaram conceitualmente, metodologicamente e no planejamento e gestão integrada e participativa. O que se espera, como possibilidade de futuro, é que elas sejam capazes de inspirar outras ações que busquem trilhar o caminho da sustentabilidade, tratando a cultura como um dos pilares fundamentais.

ZONEAMENTO ARQUEOLÓGICO DA CIDADE DE SÃO PAULO E A DEFINIÇÃO DE ÁREAS DE INTERESSE ARQUEOLÓGICO

RENATO SILVA MANGUEIRA¹

HISTÓRICO DO DESENVOLVIMENTO DA ARQUEOLOGIA NA CIDADE DE SÃO PAULO

A disciplina arqueológica pode ser entendida como uma ciência social que “infere comportamento humano, e também ideias, a partir de materiais remanescentes do que pessoas fizeram e usaram, e do impacto físico de sua presença no meio ambiente”². Dada a ausência, por vezes, de fontes primárias escritas e a sub-representação de determinados grupos nas narrativas históricas oficiais, a Arqueologia desponta, assim, como significativo meio para o estudo do passado dos grupos humanos.

Devido em grande parte às pesquisas arqueológicas realizadas, reconhece-se que a história da ocupação do território correspondente ao atual estado de São Paulo remonta ao início do Holoceno, entre os 11 e 12 mil anos antes do presente, com a presença de sambaquis fluviais no médio vale do Ribeira de Iguape

¹ Historiador, mestre em arqueologia pelo MAE-USP, trabalhou no Centro de Arqueologia do DPH e hoje é servidor no Centro Nacional de Arqueologia do IPHAN em Brasília.

² TRIGGER, Bruce G. *História do Pensamento Arqueológico*. São Paulo: Odysseus Editora, 2004. p. 19.

e materiais líticos lascados do médio vale do Paraíba do Sul³. Na cidade de São Paulo, o sítio lítico do Morumbi, apesar da ausência de sua datação, apresenta os remanescentes de artefatos lascados com indícios da mais antiga ocupação⁴.

Além da evidência destes recuados contextos de ocupação, por meio das pesquisas arqueológicas desenvolvidas na cidade de São Paulo, a história dos grupos indígenas, das populações negras e da diáspora africana (desde a constituição do sistema colonial mercantil), do operariado, com a Arqueologia Industrial, e dos grupos desaparecidos pela ditadura militar brasileira, com a Arqueologia da Repressão e Resistência, por exemplo, passam a ser acessadas e interpretadas a partir de seus remanescentes arqueológicos.

A evidência desses significativos contextos históricos e arqueológicos e a possibilidade de sua pesquisa refletem, por sua vez, o desenvolvimento da disciplina e das legislações de proteção ao patrimônio, simbolizados, principalmente, pela publicação da Lei nº 3.924/1961, em defesa do Patrimônio Arqueológico brasileiro.

No município de São Paulo, com a constituição do *Projeto de arqueologia histórica*, firmado em 1979 entre o Departamento do Patrimônio Histórico da cidade de São Paulo (DPH) e o Museu Paulista, sob coordenação da arqueóloga Margarida Andreatta, ocorrem as primeiras experiências do desenvolvimento sistemático de pesquisas do patrimônio edificado sob a perspectiva

3 ARAUJO, Astolfo Gomes de Mello. Dez mil anos de convivência: A Arqueologia da Mata Atlântica do Sudeste. In: CABRAL, Diogo de Carvalho; BUSTAMANTE, Ana Goulart (Ed.). *Metamorfoses Florestais: Culturas, ecologias e as transformações históricas da Mata Atlântica*. Curitiba: Prismas, 2016. p. 106-123.

4 ROBRAHN-GONZÁLEZ; Erika Marion; ZANETTINI, Paulo E. *Projeto Rodoanel Mário Covas Trecho Oeste: programa de pesquisa e resgate do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural*. São Paulo, 2001. p. 77.

arqueológica, em acompanhamento, principalmente, às recomendações da Carta de Veneza de 1964.

Com o estabelecimento desse projeto e a formação de uma equipe de arqueólogos no DPH, questões do patrimônio arqueológico e de sua complexa preservação no contexto urbano que passam a fazer parte das discussões e atuações do poder público, de modo que, a partir da publicação Lei Orgânica Municipal de 1990, institui-se (em seu artigo 197) a obrigatoriedade do “acompanhamento arqueológico de obras públicas ou privadas que venham a ocorrer nas áreas de interesse arqueológico”⁵.

No final da década de 1990, em alinhamento à conformação das políticas ambientais brasileiras, o modelo de preservação do patrimônio arqueológico passa a se vincular, predominantemente, aos procedimentos de controle prévio de impactos por meio do licenciamento ambiental. Dessa maneira, especialmente com a publicação da Portaria 230/2002, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), ocorre o significativo aumento da realização de pesquisas, pela arqueologia preventiva, vinculadas às exigências de desenvolvimento de estudos no contexto de empreendimentos de elevado impacto ambiental. Esse cenário atualmente foi alargado, devido à expansão e à qualificação das exigências, por diferentes tipologias de empreendimentos, apresentada pela Instrução Normativa IPHAN 1/2015.

5 ARAUJO, Astolfo Gomes de Mello; CAMPOS, Maryzilda Couto; JULIANI, Lúcia Cardoso Oliveira. O Departamento do Patrimônio Histórico e a Arqueologia no Município de São Paulo: 1973-2005. *Revista do Arquivo Municipal*, v. 204, 2006. p. 134.

CARTAS ARQUEOLÓGICAS PARA E COM A CIDADE DE SÃO PAULO E A DEFINIÇÃO DE ÁREAS DE INTERESSE ARQUEOLÓGICO

Palco da vida cotidiana, a conformação da cidade contemporânea resulta do acúmulo material e histórico dos mais diversos grupos humanos que nela habitaram e habitam. Complexo sistema, constituído pelo equilíbrio dinâmico de intensas e contínuas transformações ambientais, a somatória de todos seus componentes dá forma aos espaços construídos e ocupados. Assim, entendida em sua totalidade, a cidade é reconhecida pela arqueologia urbana como um sítio⁶.

Por essa característica de contínua e dinâmica transformação dos seus espaços, nota-se a incongruência da gestão do patrimônio arqueológico vinculada à exclusiva exigência da realização de pesquisas por tipologia de implantação dos empreendimentos. Os empreendimentos não caracterizados como de alto impacto ambiental, como a construção de edifícios residenciais, oferecem o mesmo risco de dano às áreas caracterizadas como de interesse arqueológico.

Dessa forma, entende-se que as análises de potencial e a produção de cartas com a identificação das áreas de interesse arqueológico da cidade se apresentam como as ferramentas de gestão mais eficientes para a preservação do Patrimônio Arqueológico urbano.

Na cidade de São Paulo, a implantação desse modelo de gestão, como já indicado, foi possibilitada pela publicação da Lei Orgânica Municipal de 1990 e pela constituição do projeto de Levantamento e Cadastramento Arqueológico Municipal (LECAM)

⁶ CRESSEY, Pamela J. *The City as a Site: The Alexandria Model For Urban Archaeology*. *The Conference on Historic Site Archaeology Papers*. Columbia: University of South Carolina, 1978

pelo DPH⁷. Esse projeto veio a instituir, por meio de resoluções do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental (CONPRESP), a proteção arqueológica do perímetro de alguns dos bens edificados tombados e a definição da área de interesse arqueológico de parte do centro urbanizado antigo do município (Resolução CONPRESP nº 7/2007).

A partir de 2015, ocorre a retomada do projeto LECAM pelo Centro de Arqueologia de São Paulo (CASP-DPH) e o amadurecimento dos métodos e das técnicas para desenvolvimento das análises de potencial e definição das áreas de interesse arqueológico da cidade. Com uma perspectiva indutivo-dedutiva, o modelo adotado parte da avaliação do contexto histórico de ocupação e do processo de formação do sítio urbano para o reconhecimento do potencial arqueológico das áreas analisadas⁸.

A execução desse modelo de potencial se dá pela análise dos dados arqueológicos das áreas avaliadas, sua inserção ambiental, o contexto histórico de ocupação e da formação do sítio urbano, com a análise da transformação histórica da morfologia do relevo das áreas avaliadas por meio de fontes documentais e vistorias em campo.

Visto o significativo volume de variáveis trabalhadas e sua natureza espacial para a realização das análises de potencial e definição das áreas de interesse arqueológico, esses dados são organizados em Bancos de Dados Relacionais (SGBD) que, por sua

⁷ ARAUJO, Astolfo Gomes de Mello. Levantamento e Cadastramento Arqueológico do Município de São Paulo - LECAM. In: *A Questão Ambiental Urbana: Cidade de São Paulo*. I. ed. São Paulo: Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente, 1993. p. 399–405/ JULIANI, L. DE J. C. O. *Gestão Arqueológica em Metrôpoles: Uma Proposta Para São Paulo*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996.

⁸ MANGUEIRA, Renato Silva. *Cartas Arqueológicas para a Cidade de São Paulo: estabelecimento de modelo de potencial para a preservação de bens arqueológicos*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Museu da Arqueologia da Universidade de São Paulo, 2018. p. 51.

vez, ganham dimensão e possibilidade de análise geoespacial por meio dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) utilizados.

Com sua aplicação, foi avaliado, por exemplo, que no centro urbanizado antigo (distritos Sé, República, Luz, Mooca e Brás), as áreas de relevo com baixa declividade (menor que 8%) e com presença de edificações de “pequeno” porte, menores que quatro pavimentos, correspondem àquelas com a maior possibilidade de preservação de remanescentes arqueológicos depositos em subsuperfície. E que em relação aos diversos contextos históricos das ocupações, os baixos terraços e os terraços do nível intermediário do interflúvio Anhangabaú-Tamanduateí correspondem aos espaços com a maior quantidade de evidências de ocupações pré-coloniais e do período histórico. Especial destaque é dado às possíveis aldeias de populações indígenas (locais em que foram identificadas urnas funerárias) e da área com maior densidade histórica de ocupação, representada pelos limites da Planta da Cidade de São Paulo em 1850⁹.

Com a adoção do modelo de potencial em questão, entre os anos de 2015 e 2018 foram realizadas análises de potencial e definição das áreas de interesse arqueológico de três regiões da cidade de São Paulo que, por sua vez, passaram a ter restrições específicas para a preservação do patrimônio arqueológico. São elas: a área central do distrito da Penha (Resolução CONPRESP nº 13/2018), o Alto do Morro do Pari (Resolução CONPRESP nº 20/2018) e parte do distrito Liberdade e das ruas da Glória e Lavapés (Resolução CONPRESP nº 25/2018).

Ainda no ano de 2018, durante o desenvolvimento de pesquisa arqueológica em um dos lotes urbanos inseridos na área de interesse da

⁹ MANGUEIRA, Renato Silva. *Cartas Arqueológicas para a Cidade de São Paulo: estabelecimento de modelo de potencial para a preservação de bens arqueológicos*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Museu da Arqueologia da Universidade de São Paulo, 2018. p. 169

Liberdade, foram identificados remanescentes ósseos humanos e nove sepultamentos, alguns deles possivelmente de indivíduos negros escravizados, associados ao antigo Cemitério dos Aflitos¹⁰. Contexto este que não teria ocorrido se não fosse a definição da área de interesse arqueológico do local, dado que o empreendimento ali realizado, um pequeno prédio comercial, estaria desobrigado das restrições de desenvolvimento de pesquisas arqueológicas vinculadas ao licenciamento ambiental.

Mas, para além do desenvolvimento de políticas de gestão do patrimônio arqueológico **para** a cidade¹¹, as mesmas devem ocorrer **com** a cidade¹². De modo que, como apontado por Leone (2010), a avaliação da significância e a definição das áreas de interesse arqueológico possam ocorrer conjuntamente com as comunidades dos territórios trabalhados¹³.

Assim, contrariando o apagamento das populações sub-representadas na “história oficial”, o desenvolvimento de políticas de gestão e a definição de áreas de interesse arqueológico com a cidade representam a possibilidade de constituição de novas memórias, identidades e narrativas históricas a partir das manifestações arqueológicas evidenciadas.

10 JULIANI, Lúcia J. C. O. *Programa de gestão arqueológica no terreno localizado à Rua dos Aflitos, 64 – Liberdade*. São Paulo, 2018.

11 STASHI, Edward. *Living in Cities Today*. *Journal of the Society For Historical Archaeology*, v. 42, n. 1, p. 5–10, 2008

12 SOUZA, Rafael de Abreu e. *Arqueologia na metrópole paulistana*. *Revista Habitus*, v. 12, p. 23–44, 2014/ SOUZA, Rafael de Abreu e; TESSARO, Piero A. B., SOUZA, Rafael. 2011. *Arqueologia com a Cidade de São Paulo*. Comunicação apresentada no Encontro de Arqueologia, Patrimônio e Turismo. Rio Claro: Unesp/ TESSARO, Piero A. Bohn. *Pedaços de uma Paulicéia Espalhados pela Urbe: Musealizando uma Arqueologia com a Cidade*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013;

13 LEONE, M. P. *Critical Historical Archaeology*. 1. ed. Walnut Creek: Left Coast Press, 2010.

HABITAÇÃO:

O COTIDIANO DO

PATRIMÔNIO

URBANO

A INICIATIVA DO FICA: FUNDO IMOBILIÁRIO COMUNITÁRIO PARA ALUGUEL¹

MARIANA CHIESA GOUVEIA NASCIMENTO²

A situação habitacional no Brasil é uma das questões sociais mais delicadas da atualidade. Ao analisarmos o cenário recente das condições de moradia no país, deparamo-nos com um contexto de desigualdades e carências extremas, sendo que, entre 2007 e 2017, verificou-se um crescimento de 7% no déficit habitacional no país, representando uma demanda por 7,78 milhões de habitações. Dados de 2019 revelam que, apenas na cidade de São Paulo, há um déficit de 370 mil unidades habitacionais e 830 mil domicílios em situação de precariedade.

Tais números poderiam levar à conclusão de que não há imóveis suficientes ou adequados para toda a população, fato que implicaria a necessidade de focar na construção de novas unidades. No entanto, a visão de que a produção de novas unidades é a principal estratégia para sanar o déficit habitacional não considera duas situações distintas.

1 Este artigo tem por objetivo apresentar o conteúdo da exposição realizada no CPF-SESC acerca de projetos de locação social como política pública habitacional, em que se destacou a experiência do FICA – Fundo Imobiliário Comunitário para Aluguel. Assim, serão analisadas as potências e limitações do modelo que adota a gestão por meio de entidades sem fins lucrativos.

2 Mestre e doutora em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da USP (2017). Advogada especialista em direito público, vice-presidente da Comissão de Direito Administrativo da OABSP e consultora jurídica do FICA (Fundo Imobiliário Comunitário para Aluguel).

A primeira delas é a exclusão da camada mais vulnerável da população, que não é contemplada pelos programas habitacionais convencionais, como o Minha Casa Minha Vida, por não apresentar condições econômicas suficientes para acessar ou arcar com os programas de financiamento existentes. Em segundo lugar, tais projetos não são combinados com a requalificação do patrimônio urbano edificado deteriorado e subutilizado, que na cidade de São Paulo alcançou o número de 1.985 imóveis abandonados em 2018.

O grande volume de imóveis subutilizados poderia ser aproveitado no âmbito das políticas públicas como forma de equacionar parcela do déficit habitacional da cidade, a partir de sua reabilitação e conservação, garantindo, ao mesmo tempo, a memória da cidade e o direito à moradia digna.

Nos centros históricos das cidades brasileiras, que foram sendo gradualmente esvaziados e abandonados pelos proprietários, já foram realizadas ações bem-sucedidas de projetos para reabilitação do patrimônio urbano voltados para oferecer moradia digna às populações carentes. O projeto Casarões da Rua João Suassuna, por exemplo, foi uma iniciativa que ocorreu em João Pessoa, na Paraíba, por meio da qual o município requalificou imóveis de uma poligonal de tombamento com a finalidade de concedê-los a beneficiários selecionados por meio de edital.

Na mesma direção, o programa Adote um Casarão, desenvolvido em São Luís do Maranhão, concedeu imóveis para pessoas de baixa renda, pelo prazo de 30 anos. Em troca da não cobrança de aluguel, os beneficiados realizavam a manutenção do imóvel e implementavam empreendimentos nas localidades, estimulando o processo de revitalização da região.

Também podem ser observadas experiências internacionais de políticas públicas com enfoque em locação social. Na Inglaterra, os programas de *social housing* promovem a locação de imóveis de propriedade estatal ou privada. As locações são geridas por *housing associations* que avaliam a condição socioeconômica do locatário para realizar uma justa estipulação do aluguel.

Por melhor que possa parecer, um obstáculo enfrentado pelo modelo é o crescente endividamento das *housing associations*, uma vez que o valor auferido não é sempre suficiente para garantir a sustentabilidade financeira do projeto. Diante desse problema, alternativas comerciais de atuação têm sido consideradas para geração de receita, além da opção de venda da unidade – *voluntary right to buy* – ao locatário.

Essa estratégia, apesar de recente, coloca em evidência vantagens e desvantagens da locação social e da transferência de propriedade como política habitacional.

Outro exemplo que merece ser mencionado é o da cidade de Berlim, na Alemanha. Como medida de controle do aumento de preços dos aluguéis, a Prefeitura passou a comprar imóveis para locação, prevendo o congelamento, por cinco anos, dos valores cobrados. Apesar de não ser propriamente um exemplo de locação social, a experiência alemã ilustra uma estratégia de intervenção do poder público para frear a especulação imobiliária, como forma de garantir moradia para as camadas mais vulneráveis da população.

Os casos expostos detalham estratégias que abrangem desde locação social até a intervenção direta no mercado imobiliário, deixando evidente que políticas habitacionais não precisam – nem devem – privilegiar somente medidas de produção de unidades habitacionais.

No município de São Paulo, em 2002, com a edição da Resolução CMH nº 23, foi regulamentada a locação social na cidade. Apesar de prever a possibilidade de requalificação de imóveis já existentes, essa normativa priorizou a produção de novas unidades habitacionais, cabendo a gestão da locação à COHAB ou a terceiros, por meio da autogestão. Relativamente a esta última modalidade, é importante ressaltar que a regulamentação se mostrou pouco densa e insuficiente para que fosse plenamente utilizada pelas entidades interessadas.

Com base na normativa em análise, foram construídos os conjuntos residenciais Parque do Gato, Olarias e Vila dos Idosos, e requalificados os edifícios Senador Feijó e Asdrúbal do Nascimento. Contudo, a realização desses projetos enfrenta diversos problemas, como altos índices de inadimplência de aluguel, uso dos imóveis para fins comerciais irregulares, além de ocupação e comercialização ilegal das unidades.

O novo Plano Municipal de Habitação, em discussão na Câmara dos Vereadores por meio do Projeto de Lei nº 619/2016, propõe um maior detalhamento na regulamentação dos modelos de locação social já previstos na resolução de 2002.

No tocante ao modelo de locação social por autogestão, há o complemento da regulamentação prevista pela referida Resolução CMH nº 23, de modo que esse projeto de lei, se aprovado, deixará mais claro como as organizações da sociedade civil podem realizar parceria com o poder público, por meio de chamamentos públicos, conferindo maior segurança para que esse modelo seja colocado em prática.

Neste sentido, o modelo de autogestão poderá ser implementado por meio dos ajustes previstos pelo Marco das Organizações da Sociedade Civil (MROSC - Lei Federal nº 13.019/2014), como Termo de Colaboração, Termo de Fomento ou Acordo de Cooperação. As parcerias resultantes da celebração desses acordos devem prever metas e resultados, e é possível que um objeto amplo seja definido, bem como um rol extenso de atividades para atingir os resultados pretendidos.

Ainda que a possibilidade de parceria com o poder público represente uma grande oportunidade para projetos de locação social, é possível que a sociedade civil também se articule de forma independente para atender às suas demandas.

A experiência do Fundo Imobiliário Comunitário para o Aluguel (FICA) demonstra esse potencial das organizações sociais. O FICA é uma associação sem fins lucrativos que obtém imóveis

por meio de receitas de seu próprio fundo e de doações privadas, posteriormente disponibilizando-os para locação por preços não especulativos. O primeiro imóvel adquirido pelo Fundo, o Apartamento 1, está localizado na Praça Júlio Mesquita e conta com 40 m². A sua locação se dá por 50% do valor de mercado.

No processo de seleção dos beneficiários, é levado em consideração o perfil dos moradores, como a presença de chefia feminina na família, a existência de criança no núcleo familiar e o local de trabalho dos locatários. Para a locação do Apartamento 1, foram recebidos 12 formulários e 6 candidatas foram selecionadas para entrevista.

Além do Apartamento 1, o Bloco 11 da Vila Itororó, localizada em uma área tombada e restaurada pela Secretaria Municipal de Cultura, foi outro projeto do FICA. O passado da vila como imóvel residencial aponta para a ideia de que o patrimônio cultural lá existente se efetivaria em sua plenitude se fosse, ao menos em parte, ocupado com moradia.

Assim, por meio de Termo de Cooperação, regido pelo Decreto Municipal nº 52.062/2010, que seria firmado com o município de São Paulo, por um prazo de 3 anos, o FICA estaria encarregado da formulação de um projeto de conservação e manutenção participativa com os futuros moradores das unidades, bem como dos demais custos envolvidos na gestão deste patrimônio.

Essas atividades, que são compartilhadas com os moradores selecionados, seriam financiadas pelo valor do aluguel – expressivamente abaixo do preço de mercado –, não havendo qualquer repasse do município para custear as despesas.

Em que pese a potência do modelo – que une a efetivação do direito à moradia, o interesse na preservação do patrimônio edílico e a participação da sociedade civil – o projeto não caminhou internamente na Secretaria de Cultura em razão das mudanças de prioridades do governo.

Ainda pouco explorados no Brasil, os arranjos institucionais possíveis para desenvolver projetos de locação social são extensos e essa forma de prover acesso à moradia mostra-se promissora e apta a construir alternativas de acesso à infraestrutura urbana e de preservação da memória, quando combinada com o patrimônio histórico e cultural já existente nas cidades.

INOVAÇÕES NO PATRIMÔNIO E A QUESTÃO HABITACIONAL

NADIA SOMEKH¹

Preservar o patrimônio cultural é uma questão urbana e ambiental, e o financiamento da recuperação de imóveis tombados pode resultar justamente de transformações urbanas constituídas nos projetos urbanos sustentáveis e inclusivos. A experiência internacional nos aponta algumas soluções, mas no Brasil não temos projetos urbanos, temos empreendimentos imobiliários que não constroem cidades.

Entendemos que projetos urbanos² são transformações de impacto que trazem benefícios e principalmente redução das grandes desigualdades presentes nas nossas cidades, e que a inclusão social pode ser mediada por alguns critérios. O primeiro é produzir habitação de diversas faixas de renda. Habitação entendida também como uma questão urbana sustentável e não como enclave monofuncional. Isto é, a moradia também deve proporcionar as vantagens da urbanidade cidadã, em que há mistura com usos comerciais, de serviços e de lazer em uma mesma área.

1 Presidente do CAU-BR, professora emérita da FAUMackenzie, doutora pela FAUUSP. Foi presidente do Conpresp e diretora do Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo de 2013 a 2016. Professora convidada do IUP (Institut d'Urbanisme de Paris) e da ENSAPUS (École Nationale d'Architecture Paris Val de Seine).

2 SOMEKH, N.; Danielle Klintowicz . *Projetos Urbanos na Cidade Contemporânea: o caso de São Paulo*. In: XIII Encontro Nacional da ANPUR, 2009, Florianópolis. XIV Encontro Nacional da ANPUR. Florianópolis: Lagoa editora, 2009. v. I. p. 1-264.

Um segundo critério é a construção do espaço público constituidor da urbanidade acima mencionada. Espaço público democrático possibilita o encontro, seja ele físico ou virtual, mas com qualidade capaz de conferir dignidade ao cidadão.

Em suma, preservar o patrimônio requer recursos que podem advir das transformações projetadas, requer participação cidadã e perspectivas de construção coletiva da cidade.

A TRAJETÓRIA LIMITADA DA PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO EM SÃO PAULO

Em 1974, a Coordenadoria Geral de Planejamento da Prefeitura de São Paulo (COGEP) encomendou uma série de projetos³ voltados à revitalização do Centro denominados “Projeto Centro: investigações preliminares”, em que habitação, transporte, áreas verdes e bens culturais foram tratados⁴.

Dentro desse quadro, foi feita uma encomenda aos arquitetos Benedito Lima de Toledo e Carlos Lemos, ambos professores do Departamento de História da FAU-USP, de localizar conjuntos urbanos e organizar uma lista de edificações para tombamento. Foi realizado então o primeiro inventário de bens culturais da cidade de São Paulo, que vieram a estabelecer as zonas de uso Z8-200 e o Programa de preservação de bens culturais arquitetônicos da área central de São Paulo. No entanto, a simples identificação e até mesmo o tombamento de imóveis históricos, apesar de constituírem importante instrumento, são primeiros passos que requerem formas posteriores de proteção efetiva.

3 SOMEKH, N.; Danielle Klintowicz. *Projetos Urbanos na Cidade Contemporânea: o caso de São Paulo*. In: XIII Encontro Nacional da ANPUR, 2009, Florianópolis. XIV Encontro Nacional da ANPUR. Florianópolis: Lagoa editora, 2009. v. I. p. 1264.

4 COGEP – Coordenadoria Geral de Planejamento – PR. 025/1 - Projeto Centro – Áreas Verdes. *Análise de Caso: Martinelli*, COGEP, São Paulo, 1975.

A constituição do Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) em 1975, e a criação do Conselho de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental (CONPRESP) em 1985, ambos órgãos da Secretaria Municipal de Cultural, representou uma fragmentação da preservação do patrimônio em relação à questão urbana, uma vez que se baseou unicamente no instituto do tombamento, importante, mas limitado.

Sob a luz de um momento singular para preservação, tanto na cidade de São Paulo como no Brasil, o Inventário Geral do Patrimônio Ambiental (IGEPAC) foi gestado e teve sua metodologia estabelecida entre os anos de 1982 e 1983 no DPH. Esse inventário buscava ir além da preservação pontual do bem, identificando as características urbanas que constituíam o patrimônio ambiental e cultural de cada bairro, registrando-as e elaborando propostas de preservação.

O exemplo paradigmático da conservação integrada na cidade de Bolonha na Itália e o curso Patrimônio Ambiental Urbano, realizado em 1978 na FAU-USP, ampliaram o conceito de patrimônio como sinônimo de monumento, consagrado até então, mas não lograram trazer para São Paulo os elementos voltados para a questão habitacional.

Um balanço da ação do sistema DPH/CONPRESP⁵, apesar de positivo, aponta pouco além da identificação e do tombamento de quase 4.000 imóveis e 10 bairros. Desarticulada da ação de planejamento e da questão habitacional, sua atuação não se preocupou em proteger de fato o inventário que havia sido feito, buscando mecanismos de financiamento e inclusão social.

5 SOMEKH, Nadia. Patrimônio cultural em São Paulo: resgate do contemporâneo? *Arquitextos*, São Paulo, v. 16, n. 185.08, 2015 <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.185/5795>.

INOVAÇÕES NA GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE SÃO PAULO 2013-2016

O processo contínuo de identificação, inventário e tombamento conduziram a uma situação de congestionamento do DPH, não só em termos numéricos, mas de dimensão de objetos tombados, sem contribuir efetivamente para a preservação. A preservação propriamente dita do patrimônio histórico não ocorre vinculada a uma política urbana, não se conhece o patrimônio protegido, que na sua maioria é privado e abriga uma população de baixa renda.

O olhar específico sobre os bens tombados nos conduziu a dois novos instrumentos. O primeiro deles foi a Recaracterização Participativa da Vila Maria Zélia, uma antiga vila operária no bairro do Belenzinho, na Zona Leste de São Paulo. O objetivo principal foi a sensibilização da população moradora para o conjunto tombado por meio da constituição de um centro de memória e da orientação para a recuperação dos imóveis. Já a Fábrica de Restauro do Bixiga, bairro do Centro de São Paulo, constitui-se da mobilização e gestão compartilhada para a recuperação de conjuntos históricos com suas relações sociais.

O BIXIGA E A FÁBRICA DE RESTAURO: UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO

Os levantamentos conduzidos pelo DPH na Bela Vista, nos anos de 1980, consideraram permanências referentes aos elementos estruturadores do ambiente urbano que ainda guardam inalteradas suas características de valor cultural e afetivo, realizando sua proteção pelo tombamento (Resolução CONPRESP nº 22/2002). Entretanto, a proteção enfatiza as características geomorfológicas e edificações tais como a Grota do Bixiga (hoje em meio a uma polêmica sobre sua verticalização), o Morro dos Ingleses e a Vila Itororó. E, embora a “população moradora” esteja presente no texto como constituinte daquela paisagem cultural, a resolução não determina ações efetivas para evitar a gentrificação urbana. Ou seja, a questão habitacional não foi incluída na proteção.

A Fábrica de Restauo, experimentalmente formulada para o Bixiga, constitui-se de uma mobilização social para construir coletivamente a recuperação física e social do bairro, com a perspectiva da não gentrificação. É possível fazê-lo? É possível, também, proteger um bairro tombado com adensamento compatível com o tecido histórico preservado?

Essa mobilização foi iniciada em 2017 no DPH a partir de reuniões com possíveis parceiros. Chamamos os diversos grupos sociais atuantes no Bexiga – Rede Paulista de Educação Patrimonial (REPEP), Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo (CPC-USP, também conhecido como Casa de Dona Yayá), Bexiga Viva e duas associações de proprietários de bens tombados (APITO e APIT), entidades que muitas vezes atuam de forma conflitante e que não apresentaram representatividade consistente.

Além disso, se mobilizaram parceiros como a Associação de Empresas de Restauo (ASSER), consultores envolvidos na Transferência do Direito de Construir (TDC) e ainda a Agência São Paulo de Desenvolvimento (ADESAMPA), voltada para o estímulo de micro e pequenas empresas, *startups* e laboratórios de *coworking*.

Após reuniões parciais, juntamos todos os parceiros em uma oficina de organização. A partir dos debates e das apresentações de experiências como o processo de restauo participativo da Vila Itororó, do Escritório Modelo-Mosaico Mackenzie, das ocupações habitacionais de interesse social e do Plano Regional da Sé, realizado pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento Urbano (SMDU)⁶, se estabeleceram três grandes grupos de trabalho.

⁶ SOMEKH, Nadia; SILVA, Luís Octávio. *A reconstrução coletiva do centro de São Paulo*. Simpósio: A cidade nas Américas. Perspectivas da forma urbanística no século XXI. Santiago de Chile, 51º Congresso Internacional de Americanistas, “Repensando las Américas en los Umbrales del Siglo XXI”, 14-18 jul. 2003.

O primeiro grupo, denominado “Formação/capacitação do pedreiro ao restaurador”, se desdobrou na perspectiva de desenvolver cursos de manutenção e zeladoria especializados em acompanhamento de bens que, quando restaurados, demandam um olhar e saberes específicos. Esse debate foi liderado pelo grupo de pesquisa do professor Júlio Katinsky, que desde 2016 passou a organizar seminários sistemáticos na FAU-USP e que, naquele ano de 2017, passaram a ser documentados para constituir uma produção acumulada de conhecimento.

Voltado para a obtenção de recursos, o grupo 2 se dividiu em dois subgrupos: o denominado “TDC⁷ Coletivo”, onde foram calculadas as transferências previstas para conjunto de propriedades e proprietários com o objetivo de potencializar possíveis recursos advindos do instrumento previsto no Plano Diretor Estratégico de 2014; o segundo, sem nome específico e sem grande adesão, preocupou-se com outras formas de obtenção de recursos por meio de incentivos apoiados em renúncia fiscal, como a Lei Rouanet e leis semelhantes em âmbito estadual e municipal.

O grupo 3, denominado “Participação/Coletivismo”, previa a articulação entre grupos sociais, proprietários e a ASSER para formular projetos coletivos de restauro, com participação da comunidade na recuperação de bens culturais, tombados ou não. As atividades foram paralisadas na mudança de gestão, mas geraram uma mobilização piloto na Vila Maria Zélia, cujo grupo de moradores presente nas oficinas demandava continuidade ao processo, já em andamento, de recharacterização participativa liderado pelo DPH por meio da professora Simone Scifoni, em parceria com o CONDEPHAAT e grupos de moradores.

7 TDC é o acrônimo de Transferência do Direito de Construir, um instrumento de financiamento da preservação de bens tombados que permite ao proprietário transferir, para produtores imobiliários, potencial construtivo equivalente à área do lote em que está o imóvel protegido, a um preço de mercado, mas frequentemente com considerável deságio.

Hoje vinculada a um projeto de extensão no Mackenzie, a Fábrica de Restauro busca trabalhar no desenvolvimento de cursos de formação e capacitação, na construção de canteiros solidários e escritórios de gestão compartilhada de projetos junto à administração municipal e ao DPH. Instituições como a REPEP, CPC, Instituto Bixiga e Museu do Bixiga (MUMBI) são parceiras potenciais para a recuperação do projeto piloto realizado pelo Escritório Mosaico no Museu do Bixiga. Ações fragmentadas podem se constituir em estímulo a um plano de desenvolvimento local para o Bixiga a partir de ações de inclusão social aliada dos exemplos contemporâneos de diretrizes estratégicas.

**IDENTIFICAÇÃO,
VALORIZAÇÃO E
EDUCAÇÃO:
DISSOLVENDO
LIMITES**

JORNADA DO PATRIMÔNIO: AMPLIANDO O CAMPO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM SÃO PAULO

VANESSA FERNANDES CORRÊA¹

Este artigo pretende discutir a Jornada do Patrimônio na cidade de São Paulo como política pública capaz de levar a uma necessária ampliação do campo da memória e do patrimônio na cidade, passível de ser mobilizada para corrigir as distorções geradas pela prática institucional. O texto começa com um breve histórico da implantação dessa política, passa a analisar a centralidade dos percursos urbanos no evento e seus desenvolvimentos temáticos. Por fim, busca compreender o que essas características do evento paulistano (tomadas em contraste com as *journées de Paris*) apontam em termos de oportunidade para maior democratização do campo do patrimônio na cidade.

CONTEXTO DA CRIAÇÃO DA JORNADA DO PATRIMÔNIO EM SÃO PAULO

A Jornada do Patrimônio foi implementada na cidade de São Paulo em 2015 pela então diretora do DPH e presidente do CONPRESP, Nadia Somekh, inspirada na experiência pioneira das *Journées du Patrimoine* francesas, criadas em 1986 e hoje adotadas amplamente nas cidades europeias.

¹ Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pela FAUUSP e coordenadora de gestão do Instituto Tebas. Foi coordenadora no DPH (Departamento do Patrimônio Histórico da Prefeitura de São Paulo), onde fez a gestão da implantação da Jornada do Patrimônio e do Inventário Memória Paulistana. Escreveu por sete anos sobre arquitetura, urbanismo e patrimônio cultural na Folha de São Paulo.

Mais tradicionalmente voltada, no DPH, ao restauro de bens tombados municipais, a Seção de Valorização do Patrimônio foi reformulada para atuar na aproximação do DPH com a sociedade, passando a ter a Jornada do Patrimônio como sua atividade principal².

A primeira edição da Jornada começou a ser pensada em setembro de 2015, e aconteceu em dezembro do mesmo ano. Como não se dispunha de orçamento para divulgação e havia pouco tempo para produzir o evento, o que se buscou foi identificar os grupos, instituições e órgãos públicos que já trabalhavam com patrimônio cultural e chamá-los para conversar, pensar no formato do evento e propor atividades. Assim como ocorre na França, é a sociedade civil que propõe a maior parte da programação paulistana, por meio de um amplo credenciamento de atividades em quatro modalidades principais: passeios pela cidade³, abertura de imóveis⁴, oficinas, apresentações artísticas e palestras.

Naquele momento, se convencionou que as atividades propostas não passariam por nenhum tipo de curadoria. Usando critérios pouco estritos, se avaliaria apenas a pertinência das inscrições ao tema memória e patrimônio, o que foi levado como diretriz para os anos seguintes. Junto a essa programação proposta pela sociedade, além dos imóveis históricos, em sua maioria públicos, o setor de Programação da Secretaria Municipal de Cultura promoveu atrações artísticas em diálogo com o tema Reconheça Seus Bens Culturais e com imóveis abertos na programação⁵, características

2 A seção também passou a editar um blog e a movimentar as redes sociais do órgão, criando conteúdo de educação patrimonial em forma de texto e vídeo.

3 Na Jornada do Patrimônio paulistana são chamados roteiros de memória.

4 É possível propor outros tipos de atividades, como lançamentos de livros e filmes, mas em número elas são pouco significativas para o evento.

5 Os chamados imóveis de portas abertas, em sua maioria institucionais.

que permanecem como marcas da Jornada Paulistana, apoiada na experiência bem sucedida da Virada Cultural.

Entre os imóveis abertos para a primeira edição, a grande maioria pertencia às secretarias municipal e estadual de Cultura, como os imóveis do Museu da Cidade, entre eles as casas rurais do período colonial (conhecidas como casas bandeiristas), a prefeitura (edifício Matarazzo), as casas-museus como a Guilherme de Almeida, a Oficina Cultural Oswald de Andrade (Antiga Sede da Faculdade de Farmácia e Odontologia da USP). Embora muitos desses imóveis possam ser visitados fora da Jornada, apostou-se na ideia de que colocá-los no evento evidenciaria seu caráter de bem cultural. Tomou-se o cuidado de, onde possível, oferecer atrações exclusivas para a Jornada, como a visita, no Teatro Municipal, do túnel que leva ao Vale do Anhangabaú.

A predominância de imóveis públicos permanece no evento, mas uma quantidade considerável de imóveis particulares tem sido, no entanto, abertos especialmente para a Jornada. Entre eles, pode se destacar a abertura de apartamentos nos edifícios modernistas Lausanne e Apracs, ambos em Higienópolis, as visitas guiadas à eclética Casa Ranzini, na Sé, e ao Teatro Oficina, obra de Lina Bo Bardi, no Bixiga, entre outros.

A CENTRALIDADE DOS PERCURSOS PELA CIDADE

O que, no entanto parece ter, desde a primeira edição, trazido mais novidade ao campo do patrimônio municipal são os roteiros de memória, todos propostos pela sociedade civil. Diferente do evento parisiense, paradigmático das *journalées* europeias, onde os roteiros formaram apenas cerca de 5% da programação em 2019, em São Paulo os roteiros são a categoria mais comum: responderam por 40% da programação no mesmo ano, último em que a Jornada foi realizada presencialmente, antes da pandemia de Covid. Quando se trata de visitas a imóveis, a situação se inverte. No mesmo ano, na capital francesa, essa categoria compôs quase

60% das atividades, com grande participação de imóveis de particulares, contra 30% em São Paulo, onde predominam os edifícios públicos ou institucionais⁶. Em ambas as cidades, o restante da programação é composta por oficinas, exposições, shows, performances, palestras, exibições de filmes etc.

Nos roteiros de memória, os guias constroem narrativas e fazem interpretações, incluem nelas a história do desenvolvimento urbano, sua relação com questões identitárias, falam da exclusão de certos grupos por meio de bens culturais que foram demolidos, visitam imóveis que não são tombados, mas que ajudam a traçar e retrazar essas histórias que não fazem parte das narrativas protegidas⁷ pelos órgãos de patrimônio.

O crescimento do número de roteiros que tratam de temas ligados a questões sociais e de representação jogam luz sobre o potencial da jornada na ampliação do campo do patrimônio na esfera municipal. Desde 2015, foi possível perceber, por exemplo, a presença de roteiros tratando do apagamento dos legados da população afro-brasileira no território da cidade. A cada ano, o tema aparece com mais frequência, assim como outros assuntos que dão conta de populações sub-representadas nas políticas de preservação de patrimônio (e que são o reflexo de uma sub-representação mais geral na sociedade):

6 Embora a quantidade de imóveis tombados em Paris (Ile-de-France) e São Paulo (apenas a capital) seja semelhante, cerca de 4.000, lá se trata de uma cidade de 105 km² e dois milhões de habitantes, enquanto aqui são 1.500 km² e doze milhões de habitantes.

7 Laurajane Smith propõe compreender a ação de patrimonialização pelos órgãos públicos como um Discurso Autorizado de Patrimônio. Ver: SMITH, Laurajane. *Uses of Heritage*. London: Routledge, 2006.

Tabela 1. Ampliação da presença de temas sociais e de representatividade na Jornada do Patrimônio

Temalano	2016	2017	2018	2019
Afro-Brasileiros	3	3	7	17
Periferia	3	3	3	23
Gênero	-	4	2	6
Ditadura	1	-	-	5
Indígenas	1	-	-	-
Migrantes	-	-	1	-
Remoções, cortiços, gentrificação	-	-	-	1

Fonte: Cadernos de programação da Jornada do Patrimônio e documentos de trabalho da produção do evento

Até 2016, com a regulamentação da lei que instituiu o Programa Permanente de Proteção e Conservação do Patrimônio Imaterial do Município de São Paulo, a única ferramenta de reconhecimento de bens culturais disponível ao DPH era o tombamento. Apesar dos esforços dos inventários conduzidos nos primeiros anos de suas atividades (o órgão foi fundado em 1975), nos quais se incorporou o conceito do patrimônio ambiental urbano, o foco recaiu sobre a identificação, por meio da materialidade da cidade, das fases de seu desenvolvimento. Naquele momento, a nova abordagem se constituiu em avanço em relação a políticas cujo objetivo é proteger o imóvel entendido como monumento, em diálogo com as recomendações da Carta de Veneza⁸. Mas os

⁸ ICOMOS. *Carta de Veneza*. II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos. Veneza: ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios), 1964.

aspectos simbólicos e as questões de representação e, especialmente sua diversidade, não encontraram forma de salvaguarda.

ATUALIZANDO OS ASPECTOS SIMBÓLICOS DA CIDADE

Entende-se aqui a Jornada do Patrimônio como oportunidade de preservar e, ao mesmo tempo, atualizar, na cidade, seus aspectos simbólicos. É o que Meneses⁹ chamaria de “a prática da cidade” ou “a prática do espaço”. É o habitante como “produtor de experiências estéticas”, não mero espectador. Nas palavras do autor:

“Assim, numa condição excessivamente utilitária do espaço, como a nossa, em prejuízo de conteúdos perceptivos, simbólicos, axiológicos dá-se aquela redução semântica, de que falava Lepeletier, com embaçamento da possibilidade de significar fomentando a alienação ou o estresse.”

Ou, como coloca Argan¹⁰, trata-se de dar à cidade a plasticidade de um sistema linguístico, restituindo ao cidadão a capacidade de “reagir ativamente” ao ambiente urbano, em vez de apenas observar as prescrições implícitas no projeto. Para o

9 MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Repovoar o patrimônio ambiental urbano. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 36, p.39-52, 2017. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revpat_36.pdf. Acesso em: 7 out. 2019.

10 ARGAN, Giulio Carlo. Urbanismo, espaço e ambiente. In: ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 218-220.

autor, sendo o ambiente da cidade composto de coisas, mas coisas que se oferecem como imagens à nossa percepção, é necessário que a cidade moderna faça uma passagem: “da concretização, da dureza das coisas, à mutabilidade das imagens”. Se, como coloca Argan, tudo na cidade é passível de reinterpretação e juízo de valor, pode-se defender o entendimento de que os roteiros da Jornada do Patrimônio propostos pela sociedade civil (pesquisadores, especialistas, movimentos sociais, associações ou mesmo amadores) são meios de promoção da diversidade de interpretações sobre a realidade material da cidade e de praticar a cidade de forma simbólica.

ALGUMAS EXPERIÊNCIAS

Paula Janovich, do Coletivo Pisa, oferece desde 2015, na Jornada, o roteiro A Zona do Meretrício do Bom Retiro. Para a mestre em Ciências Sociais, o evento criou uma nova forma de fruição da cidade. “Antes da Jornada, não existia isso, você ir para a rua. Só guia [fazia percurso], né”. Ela também vê uma mudança de postura nos guias turísticos que operam passeios na cidade: “Alguns guias meus amigos estão propondo alternativas, [a Jornada] está forçando outro jeito de ver”.

Abílio Ferreira¹¹, escritor e jornalista negro que tem a cidade de São Paulo como repertório, participa da Jornada desde a sua primeira edição. Para ele, a política pública do DPH tem sido “uma oportunidade de elaboração e aprimoramento” de seu trabalho. “Minha primeira participação foi uma palestra: O legado de Tebas nas ladeiras dá memória de São Paulo. Então comecei a fazer roteiros na Jornada. Quatro anos depois, Tebas já estava entre os protagonistas do Grande Cortejo da Memória

11 FERREIRA, Abílio. Entrevista concedida a Vanessa Fernandes Corrêa em junho de 2022.

Paulistana¹², interpretado pelo ator Ailton Graça. Nesse ano de 2019, criei e conduzi três roteiros diferentes na região central da cidade, além de participar de uma intervenção artístico-cultural na Vila Itororó”.

Analisando a sinopse de alguns passeios, podemos perceber atribuições de valor que não estão contempladas pela ação dos órgãos de patrimônio. É o caso do roteiro Memórias do Lajeado: Outras Narrativas. O nome é elucidativo: não se tratam de narrativas ingênuas, mas de trabalhos críticos no campo da memória e do patrimônio, feito por agentes locais, como é o caso do CPDOC Guaianás (Centro de Pesquisa e Documentação Histórica Guaianás), que organizou para a Jornada 2019 o roteiro mencionado, com a seguinte sinopse, veiculada à época no site da programação do evento:

“O roteiro Memórias do Lajeado perpassa lugares do bairro observando sua narrativa histórica a partir da estrada dos tropeiros, da antiga pensão que abrigava os viajantes e do atual cemitério do Lajeado. As memórias com a igreja Santa Quitéria, antiga igreja Santa Cruz do Lajeado, onde foi rezada a missa que fundou o bairro. A relação dos trabalhadores com o Vale do Ribeirão e olarias na região. O percurso mostra a dinâmica de transformação do lugar pelo processo de ocupação e urbanização, mas ressalta os movimentos sociais e culturais que trazem outra narrativa de luta e construção social.”

12 O Grande Cortejo da Memória Paulistana Foi organizado pela Secretaria de Cultura como principal atividade artística na Jornada do Patrimônio 2019. Atores que interpretaram personagens como Tebas, Mário de Andrade e Tarsila do Amaral conduziram as centenas de participantes por locais do Centro que se relacionavam com a trajetória dessas personalidades.

No texto, é possível identificar alguns bens culturais materiais e imateriais não inventariados pelo poder público, como a Igreja Santa Quitéria, a antiga igreja Santa Cruz do Lajeado e as olarias da região, que não são bens tombados. Percebe-se, também, a valorização, no discurso, de questões que escapam aos instrumentos tradicionais de proteção, como a “relação dos trabalhadores com o Vale do Ribeirão”. Por fim, a frase “o percurso mostra a dinâmica de transformação do lugar pelo processo de ocupação e urbanização, mas ressalta os movimentos sociais e culturais que trazem outra narrativa de luta e construção social” aponta para lacunas nos temas “percebidos” pelos órgãos de patrimônio, que não têm incluído os processos de lutas por direitos e por reconhecimento. Note-se que essa narrativa alternativa se encontra colocada, no discurso do grupo, em contraposição à história do desenvolvimento urbano, que tem sido no DPH um dos temas mais presentes nos tombamentos.¹³

Outro exemplo de passeio que traz novidades para o campo é o que foi intitulado “Cidade Tiradentes: da fazenda à Cohab”, em cuja sinopse, veiculada à época, vemos esboçada a ideia de que o “maior conjunto habitacional da América Latina” possa ser ele mesmo um bem cultural merecedor de algum tipo de acautelamento:

13 Sobre os temas presentes nos tombamentos do DPH, ver artigo na página 128 deste dossiê.

“O que você conhece da Cidade Tiradentes?
O passeio começa na casa da Fazenda,
atual casa do hip hop, e tem como objetivo
observar as principais formas de ocupação
do bairro que surgiu da antiga Fazenda Santa
Etelvina. A ideia é abordar sua transformação
em uma vila de moradores, suas primeiras
casas do que hoje se tornou o maior conjunto
habitacional da América Latina, trazendo a
história de resistência da região visitando a
Igreja Cruz das Almas, e finalizando no parque
da Consciência Negra, fruto da atual luta dos
moradores por lazer e cultura.”

Buscou-se neste artigo discutir o potencial da Jornada do Patrimônio como meio de identificação de novas demandas sociais pela preservação do patrimônio cultural e, portanto, de identificação de bens culturais. O evento também se tornou uma forma de fomentar os grupos que se dedicam à preservação desses bens, ação importante não só pelo potencial que eles têm de evidenciar lacunas temáticas nos esforços governamentais de proteção do patrimônio, mas também por se constituírem potenciais parceiros dos órgãos de patrimônio em um contexto de redução sistemática e contínua de recursos humanos e orçamentários. Enquanto isso, para os movimentos que buscam hoje o reconhecimento, ainda que tardio, de sua contribuição para a sociedade brasileira, a Jornada do Patrimônio é uma política que pode ser usada para tornar essas demandas visíveis.

INVENTÁRIO PARTICIPATIVO DE REFERÊNCIAS CULTURAIS: A CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DA LEITURA DO TERRITÓRIO

SIMONE SCIFONI¹

APRESENTAÇÃO

O inventário participativo de referências culturais pode ser entendido como uma ferramenta de ação educativa voltada à produção de conhecimento e compreensão do território. Ele também pode ser considerado um instrumento fomentador de diálogo e de escuta sobre o que os grupos sociais consideram seu patrimônio cultural.

A primeira parte deste artigo busca mostrar como o inventário participativo inverteu os termos e os sentidos dados àquela educação patrimonial mais tradicional, o que nos leva à necessária crítica do seu caráter essencialmente conteudista e bancário, para usar os termos de Paulo Freire².

Em contraposição a ela, na segunda parte do artigo, mostraremos no que consiste essa nova ferramenta que se constitui a partir da publicação do *Manual de Aplicação* (IPHAN, 2016) e o seu potencial de renovação para o campo da educação patrimonial.

1 Geógrafa, mestre e doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo. Prêmio Capes de Teses em 2006, com o trabalho "A construção do patrimônio natural". Docente do Departamento de Geografia da FFLCH-USP e vice-diretora do Centro de Preservação Cultural CPC-USP. Fundadora e membro da Repep (Rede Paulista de Educação Patrimonial).

2 FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

DOIS PROJETOS PARA A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

É preciso reconhecer que estamos diante, hoje, de dois modelos ou projetos de educação patrimonial que são distintos e inconciliáveis, já que têm premissas e concepções educativas opostas.

O primeiro deles, chamado aqui de modelo reificador, vê o patrimônio como objeto em si mesmo, explicado a partir de seus próprios atributos. Ao tratar sobre a reificação ou fetichização do patrimônio, Ulpiano Meneses alerta para o fato de que, nesse caso, o valor cultural é identificado “exclusivamente a partir de certos traços intrinsecamente presentes nos bens”³. Nesse sentido, a educação patrimonial tradicional se restringiria a informar e levar conhecimento àqueles que desconhecem esses elementos. O modelo reificador se baseia na máxima do “conhecer para preservar”, já que parte de um objeto instituído e dado pelo poder público – o patrimônio acautelado – ao qual caberia apenas levar informação. Nesse modelo, a atividade educativa é apenas informativa.

Pedagogicamente, esse modelo reforça e reproduz os valores já declarados de forma autoritária pelo Estado, colocando os educandos em situação de meros receptores de conteúdo ou, para usar uma metáfora de Paulo Freire em *Pedagogia do oprimido*, de vasilhas e recipientes a serem enchidos ou onde devem ser depositadas informações, ou seja, uma educação bancária, nos termos do autor.

Conhecer para preservar é uma expressão que precisa urgentemente ser repensada, na medida em que leva à despolitização do debate sobre a ação educativa. Ela naturaliza e, portanto, despolitiza a discussão em torno do fato de que o Estado, a partir das políticas de patrimônio cultural, seleciona o que se chama de

3 MENESES, Ulpiano B. T. Os “usos culturais” da cultura. Contribuição para uma abordagem crítica das políticas culturais. In: YAZIGI, Eduardo Abdo; CARLOS, Ana Fani; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. (Org.) *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 34.

herança coletiva, mas o faz de forma autoritária, sem escuta ou diálogo, impondo determinadas memórias, invisibilizando, dessa forma, outros grupos sociais, na medida em que descarta seus suportes de memória. Assim se entende o caso das classes populares, dos camponeses, operários, ribeirinhos, índios, negros, mulheres e grupos LGBTQ+, que estão muito ausentes na representação desse patrimônio. A expressão “conhecer para preservar” acaba por reforçar, a partir da educação, o poder simbólico daqueles bens já eleitos e vinculados à história das elites econômicas, políticas, religiosas e militares. É uma expressão cujo significado vincula-se à ideia de assimilação e catequese para o patrimônio, entendida como conscientização em seu sentido mais limitado.

Aqui compreende-se conscientização de maneira oposta, ou seja, a partir do que propõe Paulo Freire⁴, como um ato de tomar posse, de apossar-se da realidade a partir do pensamento crítico sobre ela, o que transforma as pessoas em sujeitos do mundo e de sua própria história, portanto, sujeitos do seu patrimônio cultural. A conscientização assim entendida desvela o mundo a partir da *práxis*, como uma ação-reflexão, para usar os termos do autor. Nesse sentido, conscientizar-se do patrimônio significa tomar uma posição crítica em relação ao processo histórico de construção dessa herança, desvelando a forma autoritária e desigual em que se deu. A conscientização, como ação-reflexão, convida à transformação dos indivíduos em sujeitos do patrimônio, capazes de se mobilizar para reivindicar o reconhecimento e proteção daquilo que constitui a memória.

4 FREIRE, Paulo. *Conscientização*. São Paulo: Cortez, 2016.

“Por essa razão mesma, a conscientização é engajamento histórico. Ela é igualmente consciência histórica: por ser inserção na história, ela implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo. Ela exige que os homens criem a própria existência com o material que a vida lhes oferece...”⁵

Dentro dessa perspectiva de conscientização se insere o que apontamos como uma *nova pedagogia do patrimônio*. Ao contrário do modelo reificador, anteriormente exposto, essa nova pedagogia tem como objetivo promover a reflexão e a problematização das políticas públicas e da construção do que é a herança comum. Nesse sentido, não restringe suas ações apenas aos bens tombados ou protegidos, mas busca ampliar a abordagem partindo do que a Constituição Federal de 1988 estabelece: o patrimônio *latu sensu*, aquele que é suporte para ação, memória e identidade dos diferentes grupos sociais que compõem a sociedade brasileira.

O INVENTÁRIO PARTICIPATIVO

O inventário participativo se encaixa nessa perspectiva de uma *nova pedagogia do patrimônio*, pois inverte e subverte os termos da educação patrimonial tradicional, conteudista e bancária. O IPHAN considera “a comunidade como protagonista para inventariar, descrever, classificar e definir o que lhe discerne e lhe afeta como patrimônio, numa construção dialógica do conhecimento acerca do seu patrimônio cultural”⁶.

5 FREIRE, Paulo. *Conscientização*. São Paulo: Cortez, 2016. p. 57.

6 IPHAN (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL). *Educação patrimonial: inventários participativos. Manual de Aplicação*. Brasília: Iphan, 2016.

O IPHAN inverte os termos a começar pela forma como trata a comunidade. Aquilo que no modelo reificador aparece como público-alvo, no inventário participativo se transforma em sujeito-protagonista, aquele que é capaz de anunciar o que é patrimônio e memória de forma autônoma, como um sujeito de direito. Nessa perspectiva, o patrimônio não é exterioridade em relação aos grupos sociais, mas, ao contrário, ele faz parte e compõe a existência e o cotidiano dos diferentes grupos sociais, constituindo um bem cultural no melhor sentido do termo. Conforme lembrou Meneses, “o bem cultural é, antes de mais nada, um *bem*, quer dizer, coisa boa. Boa de se conhecer, de ver, de sentir, de experimentar como vínculo pessoal e comunitário e, finalmente, boa de usar, de praticar”⁷.

O inventário participativo situa-se em um momento de virada da educação patrimonial e, junto com a portaria do IPHAN nº 137/2016, compõe os pilares fundamentais nesse campo. Ambos buscam superar a visão tradicional em que o educando é considerado ser passivo, e o processo educativo se resume à aprendizagem mecânica de conteúdos e informações muitas vezes desconectados da realidade. O inventário participativo aposta no diálogo de saberes e na interlocução, representando um instrumento importante para promover a participação social nas escolhas sobre o que deve ser valorizado e protegido como patrimônio cultural. Ele compõe, assim, um legado de políticas públicas que foram implementadas ao longo das duas primeiras décadas do século XXI, que buscavam fortalecer a participação social no processo de patrimonialização, garantidoras, também, de ampliação da representação social nesse conjunto protegido.

⁷ MENESES, Ulpiano B.T. *O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas*. In: IPHAN. I Fórum Nacional de Patrimônio Cultural. Brasília: Iphan, 2012. Vol.I.

O inventário começa com a definição do território a ser estudado, tarefa nem sempre simples, já que ele é, antes de tudo, uma construção mental que se faz a partir das relações de identidade, memória e ação dos grupos sociais envolvidos, e não o palco onde as coisas acontecem. Assim sendo, é preciso mapear o território, que pode ter tanto uma forma contínua – um espaço delimitável em suas fronteiras – como pode também ter uma característica mais fluída e descontínua, funcionando como uma espécie de rede de espaços articulados.

Do ponto de vista metodológico, o inventário trabalha com a noção de referência cultural, que orienta a produção de conhecimento sobre o território. Referência cultural é tudo aquilo que compõe a cultura de um grupo social, que se encontra enraizado na memória e é fator de identidade do grupo. A partir dessa definição, a ação-reflexão passa por compreender a dinâmica cultural, os modos de ser, de viver, de pensar e de fazer, o que implica em diálogos e escutas no território.

As referências culturais são, de acordo com a metodologia, classificadas em diferentes categorias. As práticas ou manifestações como festas e rituais são consideradas *celebrações*; a forma como o grupo se expressa na dança, no canto ou na linguagem são definidas como *formas de expressão*; os saberes e conhecimentos relacionados ao trabalho, lazer ou à dimensão do sagrado entendidos como *saberes*; os espaços, as construções ou instrumentos de significado simbólico, articulados a essas práticas são respectivamente *lugares, edificações e objetos*. Identificar os detentores, os guardiões e mestres das práticas faz-se necessário para que se possa pensar, também, em medidas de salvaguarda para a sua continuidade.

Para finalizar, é importante destacar que as várias experiências de uso do inventário participativo em diferentes localidades do Brasil têm mostrado a potencialidade dessa ferramenta na construção do patrimônio como um direito social e na promoção da participação social nas políticas de preservação.

**MOVIMENTOS:
O PATRIMÔNIO
COMO BUSCA POR
RECONHECIMENTO**

CONSTRUINDO UM LUGAR DE MEMÓRIA: O TÚMULO DE ANDRÉA DE MAIO¹

RENATO CYMBALISTA²

INTRODUÇÃO

Andréa de Maio foi uma figura controversa, nascida em 1950, em São Paulo. O início de sua trajetória foi o mesmo de muitas outras: saiu de casa antes dos 18 anos, lavou carros, engraxou sapatos, varreu calçadas. Com vinte e poucos anos, assumiu Andréa e passou a se montar. Então ganhou destaque. Foi dona de célebres casas noturnas, como a Val Improviso e a Prohibidu's, foi comprando apartamentos que enchia de beliches para alugar para outras travestis, ajudava doentes de AIDS, entre outras tantas coisas. Conhecia a lei da selva e andava armada com um *nunchaku*, o bastão duplo das artes marciais.

Ela frequentava as profundezas, mas era uma das travestis com maior acesso à sociedade paulistana *mainstream*. Esteve entre as primeiras a explicar o mundo das travestis paulistanas na televisão, no programa *Comando da madrugada*, de Goulart de Andrade, em 1985, e polemizou com o reacionário Afanásio Jazadji no *Programa livre*, de Serginho Groisman, na Globo.

1 Embora a grafia “Andréa de Mayo”, com “y”, seja a mais comumente encontrada na Internet, a forma correta é “Andrea de Maio”, com “i”.

2 Renato Cymbalista é professor livre-docente da FAU-USP e professor do Programa de Mestrado em Cidades Inteligentes e Sustentáveis da UNINOVE. Coordena o grupo de pesquisa Lugares de Memória e Consciência (USP/CNPQ) e integra o Laboratório para Outros Urbanismos da FAU-USP. É presidente do Instituto Pólis e integra o Conselho Diretivo da Casa do Povo.

Em maio de 2000, Andréa se internou para fazer uma cirurgia de retirada de silicone industrial do corpo. Diferente das próteses, o industrial – bem mais barato – é aplicado em clínicas irregulares, às vezes pelas próprias travestis. Gera também mais complicações, e Andréa não resistiu. Morreu com 50 anos, em 16 de maio daquele ano.

A relação de Andréa com a família biológica era péssima, e quem deu sepultamento para ela foi seu pai de santo, Pai Walter de Logun Edé. Em 2000, não existia o direito ao uso do nome social pelos travestis e transexuais, e Andréa foi enterrada com o seu nome de batismo, Ernani dos Santos Moreira Filho.

Em uma de minhas visitas a campo, por volta de 2001, estive no Cemitério da Consolação, em São Paulo, em busca daqueles túmulos especiais de personagens considerados milagrosos. Encontra-se lá, por exemplo, o túmulo de Antoninho da Rocha Marmo, morto em 1930 aos 12 anos, que ainda em vida fazia milagres.

Os funcionários dos cemitérios são os melhores informantes e, naquele dia, conversei com o célebre Popó, que começou como coveiro, passou a administrador do cemitério e, atualmente, guia visitas. Popó me mostrou o túmulo de Andréa, recém-falecida, que naquela época era visitado por travestis da cidade. Não voltei ao local nos quinze anos seguintes.

CONSTRUINDO UM MARCO DE MEMÓRIA TRANS

Em março de 2016, fui convidado a participar de um seminário realizado pela PUC-SP e pelo Serviço Funerário Municipal (SFMSM), cujo tema era o cemitério da Consolação. Nesse seminário, a coordenadora do SFMSM, Lucia Salles, apresentou a pequena revolução que a Prefeitura estava promovendo no órgão. Pela primeira vez na história, o SFMSM saía das sombras e do tabu e reconhecia suas potencialidades e os enormes recursos sob sua gestão – territoriais, de fauna, flora, ambientais, de patrimônio histórico. Em uma

parceria com a PUC-SP, o SFMSP realizava o projeto *Memória e Vida*, dedicado a mapear e explorar as potencialidades do Cemitério da Consolação.

Uma das ações do projeto era aprofundar e diversificar as visitas guiadas, construindo também visitas temáticas. Na ocasião, lembrei que Andréa de Maio se encontrava sepultada na Consolação, e que seu túmulo poderia ajudar a ancorar uma visita guiada com temática LGBT.

Meu encontro seguinte com a diretora do SFMSP foi em julho de 2016, em um congresso internacional no Instituto Goethe, também em São Paulo, sobre a morte e os mortos. Lúcia Salles era uma das palestrantes convidadas e, em sua apresentação, mostrou que não havia perdido tempo: o SFMSP havia localizado o túmulo de Andréa de Maio, entrado em contato com o concessionário do túmulo, Pai Walter, e proposto a ele a realização de uma homenagem a Andréa, atribuindo o nome social ao seu túmulo. Em apenas quatro meses o SFMSP foi ágil, criativo e responsivo.

A partir de então, fizemos uma aliança entre o Laboratório para Outros Urbanismos da FAU-USP e o SFMSP para a realização de uma placa em homenagem a Andréa. A funcionária do SFMSP Khadiga Saleh ficou responsável pelo encaminhamento do projeto, que não era complexo do ponto de vista operacional: já tínhamos a autorização do concessionário do túmulo, do próprio SFMSP e a anuência do administrador do cemitério.

Era necessário projetar a placa. A proposta de dimensionamento era compatível com as demais inscrições do túmulo. Propusemos a manutenção da placa com o nome biológico, para que fosse possível contar toda a história – nem poderia ser diferente: não havia a hipótese da retirada do nome com o qual Andréa foi sepultada, pois ainda não havia sido conquistado o direito *post-mortem* da mudança de nome.

A escolha foi por uma placa austera, em granito preto com inscrições em dourado. Era uma homenagem do poder público, e

a linguagem não deveria ser a da arte, do ativismo ou do protesto, e sim a da política oficial, a mesma com a qual se homenagearia um presidente. Nada de arco-íris ou purpurina, portanto.

A placa de 30 x 26 cm foi executada por um marmorista que trabalha com lápides e foi custeada (apenas R\$ 250,00) por meio de uma doação. O SFMSP estabeleceu a inscrição:

“Andréa de Mayo
Homenagem a uma história de luta
e persistência na garantia de direitos
Celebramos a diversidade, memória e vida
Secretaria Municipal de Serviços
Serviço Funerário do Município de São Paulo
Primavera de 2016”

A instalação da placa foi marcada para o dia 17 de novembro. O diretor teatral Marcelo Soler, especializado em teatro documentário, propôs, em conjunto com o coletivo Viadas, uma performance de *drag queens*, em uma emocionante versão de “Canto de Ossanha”, de Vinícius de Moraes. Várias pessoas discursaram: uma conhecida de Andréa, uma beneficiária do programa Transcidadania e autoridades municipais.

Fui convidado para fazer uma fala, em que deixei claro que não tinha a intenção de falar pelos travestis e transexuais, mas sim pelo Estado – como professor de uma universidade pública sou funcionário público. Coloquei-me como porta-voz de um ato de reparação, reconhecendo a culpa do poder público em violações históricas de direitos e expressando um desejo sincero de mudança:

Andréa de Mayo morreu no ano 2000, e naquele momento não era autorizado aos travestis e transexuais o uso dos nomes sociais em documentos oficiais. Atualmente, isto é permitido, graças à luta dos grupos Trans, e Andréa de Mayo foi sem dúvida uma das primeiras e mais importantes representantes do ativismo Trans no Brasil.

O direito ao nome social foi uma importante conquista. Mas resta uma dívida imensa com esses grupos. Como tratarmos os 500 anos em que isto não foi permitido no país? Esta homenagem é uma resposta: a população Trans não tem apenas o direito ao uso de seu nome social no presente, mas também no passado.

Este é um ato de reparação que é pequeno perante as violações de direitos que ocorreram e seguem ocorrendo, mas é ao mesmo tempo imensa, porque significa o reconhecimento do Estado de seus crimes, e um desejo de mudança.

CONSEQUÊNCIAS

Por si só a atribuição do nome social ao túmulo de Andréa de Mayo pode ser considerada um ato relevante do ponto de vista simbólico. Que seja de meu conhecimento, trata-se do primeiro marco de reparação, de direito à memória e à verdade trans no Brasil – e não conheço outro exemplo similar no mundo. Foi um relevante passo do poder público no sentido do reconhecimento desses

grupos como sujeitos de direitos, e não apenas como grupos vulneráveis ou usuários de programas específicos de saúde pública.

O ato teve desdobramentos para além do pioneirismo. Houve uma razoável repercussão na imprensa, recuperando a personagem algo esquecida nos anos anteriores³.

O túmulo de Andréa de Mayo tornou-se uma referência de memória para grupos LGBT em São Paulo. São frequentes as visitas pedindo a localização do túmulo na administração do cemitério, especialmente no período prévio à parada LGBT em São Paulo. Por outro lado, o túmulo não faz parte do material oficial de divulgação do patrimônio do cemitério, onde constam a arte tumular mais sofisticada e as personalidades enterradas no local. A memória de Andréa de Mayo não é mais invisível, mas permanece “de nicho”.

O maior impacto do trabalho foi a inclusão do direito ao nome social pós-morte entre os direitos regulamentados pelo decreto 58.228 de 16 de maio de 2018. O decreto determina que nomes sociais de travestis e transexuais devem ser aceitos em todos os órgãos da administração pública municipal, e em seu artigo 9 dispõe:

3 ANTENORE, Armando. A vez de Andréa: sobre o direito de morrer como travesti. *Revista Piauí*, n. 125, Fev. 2017. p. 74; MASTELINI, Leonardo. Docente apoia nome social em lápide de mulher trans. *Jornal do Campus*, 20 dez. 2016; OLIVEIRA, Francine. Conheça Andrea de Mayo, travesti que se tornou personalidade da vida noturna paulistana. *Blasting News Brasil*, 4 jan. 2017. Disponível em: <https://br.blastingnews.com/cultural/2017/01/conheca-andrea-de-mayo-travesti-que-se-tornou-personalidade-da-vida-noturna-paulistana><https://br.blastingnews.com/cultural/2017/01/conheca-andrea-de-mayo-travesti-que-se-tornou-personalidade-da-vida-noturna-paulistana-001363631.html>. Consulta em 10/11/2020; SOUZA, Felipe. Transexual tem nome social incluído em túmulo 16 anos após sua morte. *Pheeno.com*, 24 nov. 2016. Disponível em: <http://pheeno.com.br/2016/11/transexual-tem-nome-social-incluido-em-tumulo-16-anos-apos-sua-morte/>. Consulta em 10/11/2020; TRANSEXUAL morta em 2000 tem nome social incluído em túmulo em SP. *GI*, 24 nov. 2016. Disponível em: <https://gi.globo.com/sao-paulo/noticia/transexual-morta-em-2000-tem-nome-social-incluido-em-tumulo-em-sp.ghtml>. Consulta em 10/11/2020.

“O Serviço Funerário do Município de São Paulo, no âmbito dos cemitérios públicos municipais a ele vinculados, bem como os cemitérios particulares localizados no território do Município, deverão garantir, em todos os seus registros, o uso do nome social de travestis, mulheres transexuais e homens trans que, quando falecidos, venham a ser sepultados nessas necrópoles, inclusive em suas respectivas lápides, mediante a apresentação de simples requerimento por qualquer membro da família da pessoa falecida.”

Não houve participação, articulação política ou *lobby* de nossa parte para a inclusão desse artigo no decreto, resultando na instituição do direito ao nome social pós-morte, que eu saiba, pela primeira vez no Brasil. Isso mostra o impacto do projeto, contribuindo para o alargamento dos direitos LGBT e também para o alargamento do campo da memória.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO ESTRATÉGICA DO PROJETO RUAS DE HISTÓRIAS NEGRAS

ALESSANDRA RIBEIRO MARTINS¹

Na praça em frente à Igreja de São Benedito, ao lado do Monumento da Mãe Preta, na cidade de Campinas, no dia 20 de novembro de 2013, uma roda de jongo² com um casal dançando ao centro, mulheres com saias coloridas, homens de calças brancas, três tambus³ no centro da roda e uma musicalidade metafórica atiçam a curiosidade dos que passam pela praça. São membros da Comunidade Jongo Dito Ribeiro, que anualmente ocupam a praça para comemorar o dia da Consciência Negra.

A música lembra os tempos antigos, o tempo do cativo. Afinal, é coisa de preto. A Comunidade Jongo Dito Ribeiro tem forte atuação cultural no município e salvaguarda esse patrimônio Cultural Imaterial do jongo desde 2002, trazendo em sua manifestação cultural um caráter de resistência, denúncia e, principalmente, de fortalecimento e conhecimento da cultura

1 Alessandra Ribeiro Martins é doutora em Urbanismo, historiadora, coordenadora da Pós-Graduação *lato sensu* em Matriz Africana – FACIBRA/UNIVIDA, mestre da Comunidade Jongo Dito Ribeiro, gestora cultural da Casa de Cultura Fazenda Roseira, em Campinas (SP), e mãe de santo umbandista.

2 Jongo é considerado o pai do samba, Patrimônio Cultural Imaterial registrado pelo IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) no ano de 2005.

3 Tambu é como são chamados os tambores tocados nas rodas de jongo/ caxambu.

de matriz africana como estratégia para a garantia de direitos de todos, em especial à comunidade negra.

Como estratégia de difusão e salvaguarda, promove a ocupação de espaços públicos na cidade, em diálogo com a gestão pública para esse reconhecimento.

Entendendo que a cultura de matriz africana e todo seu processo cultural consistem em uma produção dinâmica por evidenciar que esse processo assume outro significado, inclusive de “descolonizar as mentes”:

“[...] não é uma questão do que as tradições fazem de nós, mas daquilo que nós fazemos de nossas tradições. Paradoxalmente, nossas identidades culturais, em qualquer forma acabada, estão à nossa frente. Estamos sempre em processo de formação cultural. A cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar.”⁴

Nesta perspectiva de descolonização mental e de se tornar agente de transformação, este breve texto busca fomentar a reflexão sobre as formas pelas quais as comunidades tradicionais e manifestações de matriz africana requalificam e articulam políticas e institucionalizam seus territórios urbanos na cidade de Campinas. Esse estabelecimento de diálogo com a cidade por meio do patrimônio é movido pelos princípios da cosmovisão e ancestralidade.

Naquele ano de 2013, apesar do cenário aparentemente festivo com a roda de jongo, uma pergunta perpassava todos que

4 HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, Representações da UNESCO no Brasil, 2003. p. 44.

ali participavam daquela roda: qual o intuito de, no mês da consciência negra, ser reinserida nessa mesma praça pelos órgãos municipais uma placa biográfica que trazia o seu nome formal, Praça de Anita Garibaldi?

Os questionamentos se avolumavam, pelo fato de ali ser um dos territórios históricos mais simbólicos da comunidade negra campineira. Desde a época da escravidão e com ênfase nas políticas urbanas do período pós-abolição, essa população foi sendo removida dos centros urbanos para as periferias, favelas e ocupações na cidade, sofrendo forte apagamento de memórias nesses territórios que antes ocupavam.

Milton Santos⁵ adverte que, para compreender a natureza do espaço, é necessário entender todo o resultado das ações humanas e da herança da história natural. A ocupação e o crescimento econômico e urbano da cidade de Campinas se deram pela expulsão da população negra dos espaços centrais, criando novos espaços na cidade que foram sendo demarcados. Esses locais eram destinados à população negra e também aos menos favorecidos poderem estar e se manifestar, e o espaço do centro da cidade definitivamente não fez parte desses territórios.

Isso é exemplificado pelo caso da Praça Anita Garibaldi, conhecida popularmente por Praça da Mãe Preta, quando a comunidade se viu surpreendida pela reinstalação da placa biográfica.

As memórias ditas difíceis, em sua maioria, nos trazem a reflexão sobre o que queremos compartilhar e, ao mesmo tempo, quais possíveis novas estratégias institucionais podemos acionar para que essas memórias ganhem relevo nessa cidade do invisível. Foi na perspectiva de ganhar visibilidade por meio desse fato que foi dado andamento a uma série de ações junto à Câmara dos

5 SANTOS, Milton. *A natureza do espaço, tempo razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1999.

Vereadores, no mandato do vereador negro Carlão do PT, e sua assessora Edna de Almeida Lourenço, mulher negra, para que fosse posta em prática uma política de ampliação a essas placas biográficas nos espaços públicos de memória negra.

A Lei nº 11.079/2001, criada pelo vereador Romeu Santini e sancionada pela prefeita em exercício Izalene Tiene, após o assassinato em 10 de setembro de 2001 do ex-prefeito Toninho do PT, inseriu as placas biográficas em ruas, praças e monumentos em Campinas.

Como cabe ao vereador nomear ruas, praças e, neste caso, não havendo a possibilidade de reversão da inserção da placa Anita Garibaldi, foi realizado um levantamento de 42 pontos centrais e periféricos na cidade que se referiam a personalidades e memórias negras. Esse processo possibilitou grande repercussão junto à população, que nem imaginava que os nomes de avenidas centrais e praças de importância eram referências negras.

Foi curioso observar que, na perspectiva do racismo estrutural consolidado, há uma ideia estabelecida de que pessoas comuns e, em especial, personalidades negras, não fazem parte da história visível. Desse modo, vários pontos que ganharam essa visibilidade causam surpresa em quem nunca imaginou que aqueles personagens que deram seus nomes a ruas eram negros.

Entre essas ruas, praças e monumentos de referência negra, podemos destacar a avenida mais conhecida da cidade, Francisco Glicério, que recebeu uma placa biográfica evidenciando que esse personagem era negro, general do exército do governo republicano e grande atuante na libertação dos escravizados no século XIX.

O próprio maestro e compositor Carlos Gomes, a quem é dedicado um monumento-túmulo no Largo do Carmo, onde está localizado o marco zero do município, nas narrativas e imagens perdeu a pele preta.

A mesma coisa ocorreu na Rua Luiz Gama. Também na estátua da Mãe Preta uma placa foi inserida com a narrativa dessa

obra, símbolo das amas de leite, que eram obrigadas a deixar seus filhos na senzala para amamentar os filhos dos senhores.

Essa experiência de institucionalização como ferramenta estratégica para dar visibilidade aos apagamentos nos espaços públicos da cidade evidenciou que a relação entre a gestão pública, por meio do mandato do vereador e da reivindicação da sociedade civil, através da comunidade jongueira, pôde trazer como resultado frutífero a reterritorialização⁶ das memórias dessa população negra que permanece racializada, menos favorecida nas narrativas e excluída do espaço de memória visível na construção da cidade.

Também apresentou a necessidade de essas populações menos favorecidas se incluírem no espaço do acesso à informação sobre seus direitos, bem como das políticas públicas que são utilizadas como estruturas desses apagamentos, para que a reversão se concretize.

Neste caso, é histórico e importante observar que, de 1797 a 1828, o chamado “período das legislaturas anuais”, seus representantes foram diretamente selecionados entre os senhores de engenho como estratégia de controle da Coroa Portuguesa para a condução da Vila de São Carlos, atual cidade de Campinas. Nos demais cinco períodos que se sucederam – do qual este último ainda em vigor após a criação da Lei Orgânica Municipal (LOM) em 1989, resultado da Constituição de 1988 e de seu processo que incluiu importantes conquistas democráticas –, ainda é minoritária a participação das mulheres e negros nesse espaço de representatividade política.

⁶ Reterritorialização, nesta pesquisa, se aplica aos diversos aspectos do uso de um território, quando comunidades, grupos e coletivos se apropriam ou ocupam na busca de fortalecer sentidos, mesmo que no passado esse território não tenha sido seu “formalmente”. A reterritorialização perpassa aspectos econômicos, cartográficos, simbólico-culturais, de fronteiras políticas, etc. Cf. HAESBAERT, R. *Territórios alternativos*. Niterói: EduFF; São Paulo: Contexto, 2002.

Das 33 leis voltadas para a população negra de Campinas até 2002, 30% foram efetivadas durante a gestão do vereador negro Sebastião Arcaño, Tiãozinho do PT (1997-2002), sendo este somente o 6º vereador negro dos mais de 600 que já haviam assumido esse cargo eletivo antes de seu mandato.

Para além do espaço de representação política como estratégia para a garantia de direitos dos “menos favorecidos”, essa ação de inserir placas biográficas de personagens negros, projeto intitulado Ruas de Histórias Negras pelo vereador Carlão, pode ser motivo de outras reflexões que também poderiam ser aprofundadas em momento oportuno.

Como exemplo, pode ser mencionada a localização das ruas com nomes de personagens negros, que em sua maioria se encontram em espaços estritamente periféricos. Isso dá a impressão de que, quanto mais distante das áreas centrais, mais é permitida essa referência negra, e ao mesmo tempo evidencia a distribuição e o perfil da população nos usos e ocupação desses novos territórios.

A EXPERIÊNCIA DE IMPLANTAÇÃO DE UM INVENTÁRIO DE HISTÓRIAS DA CIDADE DE SÃO PAULO

VANESSA FERNANDES CORRÊA¹

LUCA FUSER²

RAQUEL SCHENKMAN³

ESTE TEXTO NARRA A EXPERIÊNCIA DO PILOTO E PRIMEIRA FASE DE IMPLANTAÇÃO DO INVENTÁRIO MEMÓRIA PAULISTANA, UMA FERRAMENTA DE AGAUTELAMENTO CRIADA PELA RESOLUÇÃO CONPESP Nº 13/2019, QUE BUSCA SALVAGUARDAR HISTÓRIAS E NARRATIVAS DA CIDADE DE SÃO PAULO⁴.

1 Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pela FAUUSP e coordenadora de gestão do Instituto Tebas. Foi coordenadora no DPH (Departamento do Patrimônio Histórico da Prefeitura de São Paulo), onde fez a gestão da implantação da Jornada do Patrimônio e do Inventário Memória Paulistana. Escreveu por sete anos sobre arquitetura, urbanismo e patrimônio histórico na Folha de S. Paulo.

2 Mestre em Arquitetura e Urbanismo, com bacharelado em Ciências Sociais, ambos pela Universidade de São Paulo. Tem experiência nas áreas de antropologia na cidade e patrimônio cultural. Atualmente, coordena o Núcleo de Identificação e Tombamento do Departamento do Patrimônio Histórico da Prefeitura de São Paulo.

3 Foi presidente do Conpresp e diretora do Departamento do Patrimônio Histórico Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, onde atua desde 2012 como arquiteta; é arquiteta urbanista e mestre pela FAUUSP e docente do Departamento de Arte da PUC-SP desde 2011.

4 Este texto é uma versão muito resumida e atualizada do artigo "O inventário Memória Paulistana: as placas de patrimônio e a salvaguarda de histórias da cidade de São Paulo", dos mesmos autores, publicado em agosto de 2021 no volume 207 da RAM (Revista do Arquivo Municipal).

Em experiências recentes do Departamento do Patrimônio Histórico (DPH), especialmente da Jornada do Patrimônio⁵, a partir de 2015, e do contato com a população em reuniões abertas e territorializadas nos eventos Patrimônio em Debate durante o ano de 2019, ficou evidente que diversas narrativas, representativas da pluralidade social da cidade, não possuíam forma possível de acautelamento pelo DPH. Isso porque, em grande parte, tais manifestações não são facilmente traduzidas por um tombamento ou não se enquadram no registro de bem cultural imaterial.

A percepção de uma lacuna levou primeiro à criação do Selo de Valor Cultural⁶ para o reconhecimento de atividades culturais relevantes que seguem existindo, como é o caso de alguns restaurantes tradicionais e companhias teatrais longevas. Mas havia ainda outro tipo de referência à memória e identidade de grupos sociais paulistanos sem forma possível de acautelamento, referente a edificações ou lugares que já não existem ou que foram transformados ao longo do tempo, por vezes de difícil leitura devido às mudanças ocorridas no ambiente urbano e na paisagem da cidade. Um exemplo desse último caso é o antigo Chafariz da Misericórdia, no Largo de mesmo nome, construído pelo mestre de cantaria Joaquim Pinto de Oliveira, o Tebas, com significativo valor para a população negra.

Se buscou atender a essas novas demandas de salvaguarda pela elaboração de um sistema de placas como suporte para narrativas, pensado para instalação em toda a cidade, seguindo uma forma já utilizada em outras capitais. A proposta inicial foi uma demanda do secretário municipal de Cultura Alê Youssef, que conhecia a experiência das placas azuis do Rio de Janeiro.

5 Ver texto na página 75 deste dossiê sobre a Jornada do Patrimônio.

6 Resolução CONPRESP nº35/2015

Após pesquisas e uma fase piloto, decidiu-se por consolidar o projeto Memória Paulistana como um inventário de narrativas que constituem referências culturais da cidade e de seus habitantes, em forma de histórias elencadas e elaboradas com a participação da população, resumidas por um verbete disposto em uma placa metálica, redonda e esmaltada, de fundo azul e letras brancas em relevo, em um local da cidade, de forma georreferenciada. Até o momento há 467 narrativas inventariadas e 147 placas instaladas.

PESQUISA E CONCEITUAÇÃO PARA A FASE PILOTO

De maio a julho de 2019, a equipe do Núcleo de Identificação e Tombamento do DPH (NIT/DPH) elaborou um projeto-piloto considerando lugares relevantes para a memória social, a partir da participação e sugestão de pesquisadores da história da cidade. Para formular a base conceitual do projeto-piloto partiu-se do estudo de autores como Pierre Nora⁷ e seu conceito de “lugares de memória”, Maurice Halbwachs⁸, referência nos estudos das chamadas “memórias difíceis” (relativas a violações dos direitos humanos como, no Brasil, são as memórias das ditaduras militares e da escravidão), além de outros autores que são referenciais para o tema da memória, como Paul Ricoeur⁹ e Jacques Le Goff¹⁰.

A partir daí, foi feito um levantamento de programas de sinalização existentes, cuja referência principal é o programa de Londres, em operação desde 1866, com mais de 900 lugares

7 NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Paris: Quarto Gallimard, 1997. v.1-3.

8 HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. [2ª ed.]. São Paulo: Ed. Centauro, 2017.

9 RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

10 LE GOFF, Jacques. *História e memória*. [4ª ed.] São Paulo: Ed. Unicamp, 1996. v.1-3.

sinalizados na capital inglesa. As “*blue plaques*” londrinas têm como foco especialmente a identificação do lugar onde viveram homens e mulheres importantes para as artes, a ciência, a história, os esportes e a tecnologia, além de locais onde ocorreram fatos históricos.

Outra referência estudada foi o programa carioca, que começou em 1990 com o objetivo de sinalizar os bens tombados da cidade do Rio de Janeiro. Foi retomado em 2010 com o novo nome de Circuitos do Patrimônio Cultural Carioca, incluindo em seu rol as referências culturais cariocas de forma mais ampla em temas como o Samba e a Bossa Nova. O maior gargalo, segundo Juliana Oakim¹¹, coordenadora do programa desde a implantação em 2010, é a obtenção das autorizações. Sua estimativa é de uma resposta positiva a cada 15 tentativas. No caso de estabelecimentos comerciais que conseguem perceber a placa como atrativo, a aceitação é mais comum. Entende-se, no Rio, que não é necessário que o edifício a que a memória se refere precise ainda existir, o que também foi levado em consideração no projeto-piloto paulistano, com casos como a placa instalada no local em que ficava a antiga Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, hoje ocupado pelo edifício da Bolsa de Valores. Esse entendimento se deve ao reconhecimento da necessidade de confrontar os apagamentos que ocorreram em ambas as cidades, de especial importância quando se trata da memória de grupos com menor representatividade política, como é a população afro-brasileira e indígena. Dessa forma, inicialmente, o NIT/DPH considerou como conceito orientador provisório o de lugares de memória de forma abrangente, semelhante ao do programa londrino, no qual são contemplados fatos e personalidades relevantes, mas com uma adaptação para colocar em foco a questão do investimento simbólico, então já mais próximo do entendimento de Pierre Nora¹².

11 OAKIM, Juliana. *Depoimento a Vanessa Fernandes Corrêa*. 2019.

12 NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Paris: Quarto Gallimard, 1997. v.1-3.

O conceito operacional formulado internamente para orientar o programa paulistano foi o seguinte:

“Um lugar de memória é um local onde habitou personalidade importante ou ocorreu fato relevante. Têm historicidade, mas especialmente investimento simbólico por parte de grupos sociais.”

Complementando as sugestões iniciais, durante o levantamento preliminar, foram identificadas iniciativas de inventário e mapeamentos de lugares de memória realizados por grupos da sociedade civil e que poderiam ser usados no programa: o mapeamento Memórias Resistentes, Memórias Residentes, de lugares de memória da Ditadura, elaborado pelo Memorial da Resistência em parceria com a antiga Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania; o Mapeamento de Lugares de Memória LGBTQ+, do Laboratório Outros Urbanismos da FAUUSP; O “Guia dos Itinerários da Experiência Negra – Um Passeio Histórico por São Paulo”, do coletivo Crônicas Urbanas. Em sua maioria, os lugares identificados por esses estudos dialogam com o conceito de lugares de memória de Pierre Nora, especialmente quando produzidos por ou em colaboração com os grupos que buscam na identificação desses lugares o reconhecimento social de sua memória e identidade.

Um pequeno grupo foi montado para a identificação de memórias afro-brasileiras, tendo o jornalista e escritor Abílio Ferreira como articulador. Uma ficha-modelo para o estudo foi então desenvolvida e distribuída. Seis dos lugares relativos à memória negra (a exceção foi o Berço do Hip Hop em São Paulo), e que receberam placas no piloto, partiram desse processo.



Figura 1. Cerimônia de instalação, em 22 de janeiro de 2020, da placa sobre o antigo Largo da Banana, com presença dos sambistas da velha guarda da escola Camisa Verde e Branco, Mestre Dadinho e Dona Neide. A sugestão dessa placa foi do sociólogo, pesquisador, escritor e sambista Tadeu Haçula.

Foto: Felipe Figueiredo

Percebeu-se, no entanto, durante o piloto, que além das memórias difíceis e das memórias relativas às identidades e sua representação, há lugares que possuem significado social por sua relevância para a história da cultura artística e de entretenimento da cidade, remetendo a fatos e pessoas ligados ao rádio, à TV, à imprensa, às casas noturnas.

Com essa pesquisa inicial encaminhada, iniciou-se o processo de produção e instalação das placas, sujeito à aprovação dos proprietários ou responsáveis pelos imóveis onde seriam afixadas. Para acelerar esse processo, notado no Rio de Janeiro como um ponto de dificuldade, foi realizado um encontro com proprietários dos 36 imóveis onde deveriam ser instaladas as placas. Em quatro casos, houve pedidos de alteração do conteúdo. Um deles foi o da placa que identifica a “Esquina Musical de São Paulo”, no Palacete Tereza de Toledo Lara, pensada, primeiramente, para sinalizar somente a memória da antiga presença ali da Rádio Record, que seria o título da placa. A pessoa contatada pelo DPH no edifício, Rubens Amatto, da Casa de Francisca, de shows musicais, e que intermediou o processo com os outros ocupantes, solicitou que a história de outros dois estabelecimentos ligados à música, que também ocuparam o prédio, fosse incorporada ao texto da placa. O pedido foi acolhido pelo DPH.

Outro caso foi o do Chafariz da Misericórdia, que ficava onde hoje está o edifício Ouro para o Bem de São Paulo. A proprietária do imóvel, a Santa Casa de Misericórdia, solicitou a inclusão do sentido do nome do edifício na placa, ligado à campanha de arrecadação de fundos para a Revolução Constitucionalista de 1932, que também foi atendida pelo DPH.

A experiência reforça a leitura do patrimônio cultural como processo presente nas elaborações de autores como Antônio

Augustos Arantes¹³ e Laurajane Smith¹⁴, evidente na gestão das dissonâncias entre o inicialmente proposto pelo Departamento e as sugestões dos proprietários de imóveis. Decidiu-se pela incorporação das sugestões que complementassem os sentidos das narrativas levantadas na pesquisa do DPH, percebendo a existência de diversas camadas de memória em cada local e a necessidade de garantir essa diversidade de sentidos. Foram instaladas, em agosto de 2019, 27 placas no âmbito do projeto-piloto.

CONCEITOS E CRITÉRIOS DO INVENTÁRIO

A partir do piloto, foi realizado um balanço crítico e a regulamentação de um instrumento novo de preservação, que procurou reunir a questão do inventário de referências culturais com a forma do emplacamento para a visibilização dessas narrativas indicadas de forma participativa. O conceito adotado para referência cultural é aquele tratado por Maria Cecília Londres Fonseca como as “representações que configuram uma ‘identidade’ da região para seus habitantes”. Existem a partir de suportes materiais – como sítios, monumentos, artefatos, relatos, ritos – e se tornam efetivamente referências culturais a partir de sua mobilização pelos sujeitos que as produzem¹⁵. Sua relevância está associada não a uma materialidade em si, nem somente a fato histórico, mas por

13 ARANTES, Antônio. O patrimônio cultural e seus usos nas cidades contemporâneas. In: Victor Hugo Mori; Marize Campos de Souza; Rossano Lopes Bastos; Haroldo Gallo. (Org.). *Patrimônio: atualizando o debate*. 1ª ed. São Paulo: IPHAN, 2006, p. 54-58.

14 SMITH, Laurajane. *Uses of Heritage*. Londres: Routledge. 2006.

15 FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: *Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação*. Brasília: Ministério da Cultural/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000. p.13-14.

sua mobilização social contemporânea na produção de identidades e pelo desejo de inseri-los na história. Nas palavras de Nora¹⁶, autor que cunhou o conceito de lugar de memória:

“[...] mais do que um lugar 'digno de lembrança' por acontecimentos ocorridos no passado, um Lugar de Memória é aquele em torno do qual são produzidas 'vontades de memória', movimentações sociais que tendem a cristalizar as lembranças dos acontecimentos ou processos sociais vividos no lugar.”

No caso do projeto-piloto, a centralidade do passado está marcada, por exemplo, na placa “Exposição de Anita Malfatti”. A placa foi instalada no imóvel da rua Líbero Badaró onde ocorreu, em 1917, a exposição da pintora, tida como um dos fatos desencadeadores da Semana de Arte Moderna de 1922. Outra placa com esse sentido é a do “Pelourinho”, antigo local de castigo de pessoas escravizadas, que ficava onde é hoje o Largo Sete de Setembro. Ambas rememoram, no presente, práticas que ocorreram naqueles lugares, hoje reconfiguradas e inseridas em contextos diferentes. Identificou-se, no entanto, que o conceito de lugar de memória não abrangia outras referências culturais trazidas continuamente ao DPH. Um caso marcante desse tipo foi o do “Bloco Esfarrapado”, no lugar em que o bloco carnavalesco faz sua concentração desde 1947 até hoje. Sem possibilidade de reconhecimento pelos instrumentos então existentes, essas referências também se construía a partir de narrativas articuladas no presente. Sua relevância, para os grupos que as representam e lhe atribuem sentido em sua

16 NORA, Pierre. Tradução: Yara Aun Khoury. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*, São Paulo, v.10, jul-dez 1993.

relação com a cidade, não está ancorada somente na rememoração de um passado, mas também em sua prática atual.

Essas características complementam uma compreensão da cidade como portadora e produtora de significados, como uma construção social realizada ao longo do tempo, campo de valores e disputas, em que estão colocados, de forma interdependente, espaços e ações¹⁷. Considerando as competências dispostas na legislação, entendeu-se que o instrumento teria maior efetividade para a salvaguarda do patrimônio cultural do conjunto da sociedade se priorizasse a democratização e a diversificação das narrativas reconhecidas, propondo um entendimento mais abrangente dos territórios observados e, também, dos grupos sociais que partilhariam desses significados presentes na paisagem.

As placas dão visibilidade textual e simbólica a essas histórias sobre lugares. Com o texto claro, direto e sucinto, se permitiu um processo de comunicação amplo e acessível. As narrativas, ao serem reforçadas por meio da presença desses suportes físicos, ganham uma materialidade que se pode entender como uma forma de salvaguarda, atuando diretamente nos processos de mobilização conduzidos no tecido urbano.

Ao tratar de discursos a identificar e salvaguardar é essencial discutir o encaminhamento do processo de patrimonialização, que se dá em conjunto com aqueles que se relacionam cotidianamente com essas memórias e narrativas, entendendo-os como informantes e intérpretes de suas próprias representações¹⁸ a partir de levantamentos participativos, por meio de formulários abertos na Internet, reuniões temáticas ou regionais, entre outros.

17 ARANTES, Antônio. *Paisagens paulistanas: transformações do espaço público*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo – SP: Imprensa Oficial, 2000. p.87.

18 FONSECA, Maria Cecília Londres. *Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio*. In: *Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação*. Brasília: Ministério da Cultura/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000. p.13-14.

DEPOIS DO PILOTO

No final de 2019, foi realizado um primeiro esforço de troca das placas do projeto-piloto para seu formato definitivo, em chapa metálica esmaltada, fazendo referência às antigas placas de rua, além da execução de diversos levantamentos e estudos visando à instalação de um primeiro conjunto mais expressivo de placas na ocasião do 466º aniversário da cidade, em janeiro de 2020. Com esse fim, o DPH inventariou mais de 200 histórias, cuja pesquisa se deu por meio de levantamentos participativos, incluindo um formulário online, além de pesquisa bibliográfica.

Tanto em 2020 como em 2021 foram abertos concursos para que a população inscrevesse propostas, com remuneração por narrativa aceita. Todas as 467 entradas do inventário estão incorporadas aos mapas do portal online GeoSampa, na camada Patrimônio Cultural.

Já se verifica a potência do instrumento por seu uso em roteiros e passeios turísticos pela cidade, como os passeios do Guia Negro, que mobilizam em seu discurso placas como as da Força e do Pelourinho, na Liberdade, para tratar dos temas relativos à memória negra. A história das placas ainda está em seu início, mas a expectativa é de que ela seja instrumento para uma maior diversidade no campo do patrimônio cultural da cidade de São Paulo.

PERUS: DEFENDENDO SEU PATRIMÔNIO, CONSTRUINDO UM TERRITÓRIO DE INTERESSE DA CULTURA E DA PAISAGEM

REGINA CÉLIA SOARES BORTOTO¹
CLEITON FERREIRA (FOFÃO)²

Perus, bairro da periferia da cidade de São Paulo, localizado na região noroeste, é composto por dois distritos, Perus e Anhanguera. Busca há décadas transformações sociais e políticas, por meio da problematização do seu patrimônio local, visando, entre outros, ter o direito de contar uma história, para que não seja apagada a memória dos dominados e invisíveis, construída ao longo do tempo, no distante bairro do centro da cidade.

O desafio de preservar o patrimônio local, material e imaterial, fez surgir no bairro um dos seus movimentos mais importantes: o Movimento em Defesa da Preservação e Transformação da Antiga Fábrica de Cimento Portland Perus.

1 Ativista do Movimento da Fábrica de Cimento Perus, do Movimento Território de Interesse da Cultura e da Paisagem Jaraguá - Perus - Anhanguera e membro da Associação dos Aposentados de Perus.

2 Cleiton Ferreira é Especialista em Gestão Cultural pelo Centro de Pesquisa e Formação do SESC, cofundador da Comunidade Cultural Quilombaque, onde atua como Gestor de Relações Interinstitucionais. É coordenador da Queixada Agência de Desenvolvimento Eco Cultural Turístico e do Museu Territorial de Interesse da Cultura e da Paisagem Tekoa Jopo'í.

A trama dessa história começa nas décadas de 1950 e 1960, com greves organizadas por trabalhadores de uma fábrica de cimento, a Companhia de Cimento Portland Perus, palco de várias paralisações e, principalmente, de uma das mais longas do Brasil, conhecida como a Greve dos Sete Anos ou a Greve dos Queixadas, iniciada em maio de 1962. Essa greve, de certa forma, projetou para além do bairro uma história singular da luta desigual entre operários e patrões.

Os Queixadas (como eram chamados os trabalhadores grevistas, por sua forma de organização sindical semelhante ao comportamento do queixada, espécie de porco do mato que, para se defender, ataca em bando) alicerçaram sua luta na união, na prática coletiva da não violência ativa e na formação permanente. À época, a atuação dos Queixadas mobilizou vários setores sociais, repercutindo na sociedade e na imprensa.

A fábrica (um complexo cimenteiro pioneiro no Brasil) foi instalada em Perus, por um grupo canadense e alguns sócios brasileiros, em 1924, começando sua produção em 1926. Destacava-se como uma indústria moderna e equipada e, além de um produto de qualidade, quantidade e vários postos de trabalho, oferecia também moradia, água, luz, pequeno comércio, atendimento médico, esporte e lazer nas vilas operárias, dentro de suas dependências. Mesmo reconhecendo a complexidade da relação trabalho e capital, a fábrica de fato acabava atraindo muitos brasileiros e estrangeiros.

Entretanto, quando adquirida pelo empresário brasileiro J. J. Abdalla, em 1951, a fábrica passou por grandes modificações administrativas que, segundo registros, tinham em vista apenas o lucro exorbitante, em detrimento dos investimentos. Por isso, as condições de trabalho pioraram, afetando a segurança das pessoas, a manutenção dos equipamentos e edificações, entre outros, alimentando a tensão entre patrão e empregados, motivando os trabalhadores a aprimorarem sua forma de organização sindical.

Para tanto, João Breno, liderança na fábrica, em um ato de ousadia e de leitura do mundo que precede a leitura da palavra, como afirmou Paulo Freire em *A importância do ato de ler*, de 1988, junto com outros trabalhadores, foram à procura de ajuda, encontrando o advogado Mário Carvalho de Jesus³. Não bastasse sua experiência profissional, ele era extremamente comprometido com a classe trabalhadora (doutor Mário realizou estágio na França com o padre L. J. Lebret, autor de *Princípios para a ação*, de 1945). Após diálogo, doutor Mário aceitou o desafio, com a condição de não somente lidar com as questões sindicais e trabalhistas: gostaria de avançar na formação geral dos operários, principalmente.

Aos poucos, essa organização dos trabalhadores da Fábrica de Perus foi se diferenciando e se destacando das demais, pois havia a preocupação com o processo de formação permanente, não apenas atingindo os operários, mas também suas famílias e demais moradores do bairro, portanto, uma formação que foi capaz de ultrapassar os portões e vilas da fábrica, alcançando a comunidade.⁴

Certamente, entre vários Queixadas, João Breno e Mário Carvalho de Jesus são dignos e merecedores de serem lembrados como exemplos de um modo de vida, pela prática pessoal da não violência ativa, onde o bem comum, o respeito, a solidariedade, a justiça e os direitos humanos seriam a base para construção das relações de uma sociedade.

3 JESUS, Mário Carvalho de (org.). *Cimento Perus: 40 anos de ação sindical transformam velha Fábrica em centro de cultura municipal*. São Paulo: JMJ, 1992. (Cadernos para Mudar-2); JESUS, Mário Carvalho de. *Um testemunho digno de ser lembrado*. Frente Nacional dos Trabalhadores, CEPE, São Paulo, 1997; JESUS, Mário Carvalho de. *Os "Queixadas" resistem às artimanhas do Grupo Chohfi-Aballa em Cajamar*. 1987.

4 SINDICATO DO CIMENTO. *Resumo da luta e avaliação de 150 meses dos Queixadas: um pedido e duas perguntas*. São Paulo: Sindicato do Cimento, 1974.

A Fábrica de Cimento Portland Perus, portanto, pelo seu complexo fabril, com sua importância industrial e arquitetônica, bem como a história da luta de seus operários Queixadas, incluindo o prédio do Sindicato da Fábrica de Cimento, onde realizavam assembleias e demais reuniões, foram motivos suficientes para a comunidade reivindicar o conjunto desse bem como patrimônio público, propondo a transformação da Fábrica para uso comum.

Da mesma forma, a comunidade decidiu que a história de luta e resistência vivida e narrada pelos operários Queixadas passaria a representar um modo de organização e saber, os quais deveriam servir como modelos de atuação cidadã a serem preservados e seguidos.

Afinal, aqueles operários humildes e embrutecidos se transformaram em importantes personagens durante um dos maiores processos de organização social, política e ambiental, contribuindo com a transformação de um período da história do Brasil.

O trabalho pesado e árduo, transformando dia e noite pedras em pó de cimento, ajudando a construir não só uma cidade e um Estado, mas um país, por meio da edificação de indústrias, estradas, viadutos, prédios, moradias, também ajudou no encontro de pessoas e na troca de conhecimentos e experiências, transformando-as em sujeitos de sua própria história.

Firmes na luta, esses homens que “enfrentaram tubarões”, como diziam, também foram flexíveis e abertos, capazes de aceitar o debate e buscar compreender conceitos sofisticados, até então por eles ignorados, tais como: igualdade, trabalho, luta de classes, democracia, participação.

Essa história, acredita a comunidade de Perus, não está nos livros oficiais o suficiente para ter seu reconhecimento assegurado na e pela sociedade. Afinal, o risco é constante de seus lugares de memória serem destruídos de uma hora para outra, apagando completamente as referências de seus antepassados, sem vez nem voz.

Para a comunidade, ver e admirar, mesmo que a distância, o enorme complexo que é a Fábrica de Cimento Perus, significa para ela a chance de revisitar a história para tentar compreendê-la e, assim, intervir no tempo presente.

Da mesma maneira, obter dos proprietários a autorização para visitá-la, ou seja, conseguir entrar em seus espaços, atualmente arruinados, significa, para muitos, um mergulho de sensações e sentimentos, permitindo às pessoas observarem, imaginarem, sentirem o ritmo das máquinas, das esteiras rolantes, dos fornos. Das chaminés que soltavam espessa fumaça cinza-escuro, descarregando o cimento nos céus de Perus, pois não existiam os filtros para evitar ou aliviar a poluição, fazendo com que o ar respirado, muitas vezes, fosse o causador de doenças respiratórias e de pele.

Algumas coisas ainda lá estão lá, como as chaminés, os silos, a esteira, em pé, como importantes lembranças materiais, clamando pela preservação de um enredo de coisas e histórias, ao mesmo tempo boas e ruins para a população local.

Todo patrimônio local, sem exceção, como a Fábrica de Cimento, em Perus, onde chegavam as pedras transportadas das pedreiras de Cajamar por locomotivas da Ferrovia Perus-Pirapora (exemplar único com acervo rico, tombado pelo CONDEPHAAT, em 1987, porém, abandonado, em área lindeira ao Parque Municipal Anhanguera, no entorno da fábrica), mexe com o imaginário da comunidade, que não consegue aceitar o fato de que um verdadeiro complexo turístico, com valor histórico e cultural, seja tão desrespeitado e tão mal cuidado, restando-lhe a pergunta: a quem interessa essa destruição?

Diante disso, a comunidade, há décadas, ao mesmo tempo, denuncia os problemas e anuncia possibilidades relacionadas aos atributos de sua cultura local, tamanho o potencial gerador de economia criativa, sustentável, com profundos significados nas áreas da educação, cultura e ambiente.

Dessa forma, em 1987, com o fechamento definitivo da Fábrica de Cimento Perus, os antigos operários Queixadas, juntamente com moradores, se organizaram para tentar seu tombamento oficial. Durante esse processo de militância em defesa da fábrica, o Movimento foi conquistando mentes e corações, contribuindo para que o olhar em defesa do patrimônio local fosse ampliando o perímetro de interesse, enxergando outros lugares, edificações, espaços, formas de expressão na região, exigindo, então, pensar estratégias de preservação, por parte da comunidade, dessas referências culturais.

Importante ressaltar que, nesse processo de problematizar o patrimônio local, em 1992, atendendo à solicitação da comunidade, foi resolvido o tombamento da Fábrica de Cimento Perus, pelo CONPRES, órgão de preservação municipal. Com o apoio da administração pública da época, da prefeita Luíza Erundina, foi realizado não só o tombamento, mas também publicado o decreto de utilidade pública (perdendo validade, passado o tempo).

Com isso, o grupo interessado ganhou força e, de forma mais organizada e articulada, foi alimentando o sonho da construção de um Centro Cultural do Trabalhador, na Fábrica de Cimento Perus, pois tinha (e tem) o entendimento que (re)significar os espaços da antiga fábrica com a criação não só de museu, a fim de conservar e divulgar o acervo do trabalhador, mas também de espaços permitindo lazer, cultura, produção de conhecimento criativo e criador, poderia garantir a salvaguarda do patrimônio, bem como criar novas possibilidades de desenvolvimento humanizado para o território.⁵

Evidentemente, patrimônio, nesse caso, uma fábrica de cimento, ganha um caráter de disputa, pois o cenário existente

5 SÃO PAULO (município). Lei nº 13.549, de 1º de abril de 2003. Fica autorizada ao Poder Executivo Municipal a implantação do Centro Cultural da Fábrica de Cimento Portland Perus e do Centro Temático da Estrada de Ferro Perus/Pirapora, integrados ao Parque Anhanguera e dá outras providências. *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*, São Paulo, 2 abr. 2003.

apresenta, de um lado, o movimento social reivindicando sua preservação e transformação para uso social e público, atribuindo-lhe fundamentalmente valor humano e afetivo. E, de outro, os Abdalla, que provavelmente têm projetos para a fábrica e sua área envoltória. Contudo, dado o distanciamento entre as partes e à total ausência de diálogo e transparência, provavelmente, tais projetos do proprietário sejam definidos, principalmente pelo valor de mercado, indo na contramão da proposta do movimento.

Cumprir-se falar que, do final dos anos de 1980 até hoje, passaram pelo Movimento da Fábrica muitas pessoas. Evidentemente, algumas permaneceram na militância e outras não, estabelecendo conexões de ideias e propostas. Contudo, por volta de 2012, o movimento passou a ampliar a escala de debate, alavancando as ações com a colaboração da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, na figura principal do professor Euler Sandeville, bem como com a articulação da Rede Paulista de Educação Patrimonial, REPEP, destacando-se a professora de Geografia, Simone Scifone, da mesma universidade, e com a Universidade Livre e Colaborativa (ULC), experiência de educação vivida no território.

Atualmente, o Movimento pela Reapropriação da Fábrica, como passou a ser chamado, atua também como catalisador de outras reflexões e ações no campo patrimonial local, contando com apoio de importantes grupos organizados da região, como: a Comunidade Cultural Quilombaque, que desenvolve inúmeras atividades, principalmente por meio de sua agência de turismo sustentável, a Agência Queixada, promovendo trilhas de aprendizagem no museu territorial constituído a partir de um instrumento urbanístico; o Território de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICP) Jaraguá/Perus (mais bem explicado mais adiante) – se utilizando dos conceitos de Mário Chagas, museólogo, especialista em museus sociais e comunitários. Aliás, em 2015, a Quilombaque criou o Museu Territorial de Interesse da Cultura e da Paisagem TekoaJopo’í, nome no idioma guarani que

significa território (tekoa) e “quanto mais você doa, mais prestígio você tem” (jopo’i), lógica econômica dos povos guaranis. Tal museu propõe diálogos, conecta movimentos sociais, recupera a memória da região, divulga as lutas que acontecem no território através de mecanismos vivos de ações coletivas. E, por fim, incentiva a sustentabilidade local.

Faz-se importante constar que, com o projeto do museu territorial, a Comunidade Quilombaque conseguiu mapear lugares de interesse da história, do afeto, do ambiente, das lutas sociais abarcados no território, criando então os caminhos e narrativas em forma de trilhas do Museu Territorial TekoaJopo’i, possibilitando diferentes percursos e olhares educativos e culturais decorrentes de seus atrativos e dinâmicas.

Outra importante cooperação é com a Universidade Livre e Colaborativa, cuja própria existência e insistência em pensar e fazer educação dialógica, libertadora, não segmentada, sem hierarquias, se mistura, de certa forma, com a organização do Movimento em Defesa da Fábrica. A ULC vem pesquisando, debatendo, trocando saberes, aprofundando ou revendo conhecimentos das diferentes áreas, tentando envolver cada vez mais a comunidade, as escolas e universidades públicas, numa rica troca de saberes e experiências.

Outro exemplo de colaboração é o que ocorre com o Grupo de Teatro Pandora, que mantém, entre outras atividades educativas e culturais, um trabalho de criação e criativo, desenvolvendo obras referentes aos pontos de interesses locais, como a Fábrica de Cimento de Perus e a Vala Comum (vala clandestina, localizada no Cemitério Dom Bosco, onde foram encontradas mais de mil ossadas, entre elas, de desaparecidos políticos).

Há também o Grupo Perusferia, com trabalhos e oficinas de grafite, revelados em suas galerias a céu aberto por todo o bairro e região.

Ainda é preciso ressaltar a imprescindível participação da Biblioteca Municipal Padre José de Anchieta, que há anos vem desenvolvendo projetos temáticos e atualmente abriga em seu prédio o Centro de Memória Queixadas. O CMQ, enquanto não há nenhum lugar na fábrica para ocupar essa função, é um espaço adaptado com rigor e carinho, onde são guardadas fotos, artigos, entrevistas. Enfim, um arquivo documental, digital e físico, para preservação da história e memória da fábrica, com a criação de banco de dados, incentivando leituras e pesquisas. O CMQ também realiza outras ações, como rodas de conversas, palestras, exposições, exibições de documentários.

Certamente, não seria exagero afirmar que a herança deixada pelos Queixadas foi sendo transmitida, e os mais jovens vão se apropriando e desenvolvendo projetos e atividades inspirados num patrimônio vivo. A fábrica, mesmo maltratada, se revela, simbolicamente, com uma alma bela e boa, que em sua essência ampla e generosa abraça outros desejos e lugares de significados para a comunidade local.

Hoje, se observam na comunidade avanços no campo das discussões do patrimônio no território, que ajudam a (re)construir o próprio conceito de patrimônio.

Essa desconstrução de ideias fez aumentar a vontade de participar das discussões e decisões a respeito da cidade em que vivemos, bem como pensar na cidade que desejamos para viver. Dessa forma, em 2014, num verdadeiro exercício de cidadania, o Movimento pela Reapropriação da Fábrica, junto com coletivos locais e da cidade, além da parceria com estudantes e pesquisadores do Núcleo de Estudos da Paisagem, do LabCidade, da FAU-USP, e principalmente com o Movimento em Defesa do Cine Belas Arte, não mediram esforços para, durante a discussão do Plano Diretor Estratégico apresentarem, após muito diálogo, uma proposta de texto que contribuísse com o planejamento da cidade de São Paulo.

Tal proposta de texto, estruturado a partir do debate sobre as áreas da educação, cultura, patrimônio e ambiente, foi denominado Território de Interesse da Cultura e Paisagem (TICP), que fundamentalmente se pauta pela discussão sobre o respeito à história e memória da comunidade, pela democracia e participação, pela transparência de informação, pelo processo de decisões coletivas e pela filosofia da não violência ativa, visando o desenvolvimento sustentável com geração de emprego e renda. Foram, à época, infelizmente, aprovados no plano diretor apenas dois TICPs: o Jaraguá-Perus e o Luz-Paulista que, até o momento, não foram regulamentados.

O TICP tratado e construído pelos movimentos sociais ganhou contornos de lei e representa a força do coletivo em busca do bem comum, como no tempo dos Queixadas, que diziam que unidos poderiam conquistar o que está na lei e até um pouco mais, tamanho é o poder da união e *firmeza permanente*, lema atualmente difundido pelos grupos comprometidos com o território.

Assim, a forma inovadora de pensar a cidade, apresentada à Câmara Municipal, à Prefeitura e à sociedade civil organizada, com princípios solidários e humanos, e não somente econômicos e imobiliários, geralmente gananciosos e destruidores, foi bem recebida, mas não saiu do papel. Difícil mudar a mentalidade da maioria que está nos gabinetes da administração pública, mais difícil ainda é alterar a mentalidade dos grandes empresários que estão nos escritórios, longe da periferia, abusando “da força da grana que ergue e destrói coisas belas”, como disse em sua canção Sampa, Caetano Veloso.

A ausência do poder público ou privado, com incentivos, apoio técnico, recursos financeiros e humanos que poderiam ou deveriam ser destinados a desenvolver ações de interesses da população, principalmente a mais vulnerável, e com participação efetiva, evidentemente, dificulta tudo, mas nunca paralisou, nem paralisa as ações da comunidade.

Como se diz no território: “se a gente tem, a gente faz. Se não tem, faz assim mesmo”. Cada vez mais, os projetos visando preservar o patrimônio, melhorar a educação, a cultura e o ambiente são planejados e executados graças ao esforço dos próprios coletivos, numa prática que, como dizem, também faz “ferver o território”.

Assumindo o risco da repetição e do delírio, não seria incorreto afirmar, reconhecendo obviamente diversos fatores e atores que, a partir da luta dos operários da Fábrica de Cimento e, posteriormente, da luta do Movimento em sua defesa, o sonho coletivo de uma cidade mais justa, solidária, humana e inclusiva tomou conta do imaginário da comunidade ou de parte dela.

A periferia que sangra com a violência, que convive com a precariedade ou ausência de direitos básicos, com gravíssimos problemas de infraestrutura, de forma surpreendente também vem demonstrando capacidade de reinventar espaços e transformar a paisagem. Essa periferia organizada aprendeu a gritar para tornar visível desejos, sonhos e necessidades de uma população que, em sua grande maioria, contribui para a construção da cidade, mas normalmente é abandonada à própria sorte, como fazem com a antiga fábrica e todo patrimônio da comunidade.

Habitar as grandes cidades motivadas pela lógica do capital, onde tudo é negócio, exige um ser e estar no mundo disposto a lutar. Habitar as áreas periféricas dessas cidades exige maior disposição ainda, pois sobrevivência é a tarefa prioritária de seus moradores e suas moradoras. Entretanto, isso pode se tornar um pouco menos angustiante quando existe a chance de fazer parte de algum grupo que tenta descobrir jeitos de viver com dignidade em qualquer lugar, pois estar junto seja talvez uma das melhores maneiras de tornar suportável o insuportável.

A antiga fábrica projetou-se como suporte de memória dos trabalhadores, inspirando a comunidade na construção do Território de Interesse da Cultura e da Paisagem. Isso posto, o Movimento pela Reapropriação da Fábrica de Perus e o movimento

do TICP, imbuídos da missão de defender o patrimônio local e sua estreita relação com as questões urbanísticas, buscará manter, por meio de olhar sensível e técnico, historiador e afetivo, educador e incentivador de projetos sustentáveis, a discussão de uma sociedade cuja memória seja usada como instrumento de resistência, e não de dominação.

Dos antigos aos novos Queixadas, é preciso entender a necessidade de ser corresponsável em promover ações e discussões para que as reminiscências da história local possam provocar o encantamento de suas narrativas, mas principalmente provocar e convencer a lutar, captando os temas da época vivida, criando história e culturas atuais, inspiradas no passado que lutou para construir um mundo melhor, ajudando o presente a lutar para continuar essa construção.

DESLOCAMENTOS E ACOMODAÇÕES DO PATRIMÔNIO MUNICIPAL PAULISTANO: UMA INTERPRETAÇÃO

VANESSA FERNANDES CORRÊA¹

Fenômenos recentes no campo do patrimônio cultural na cidade de São Paulo, como os protestos em torno de monumentos coloniais e a criação, pelo sistema municipal de patrimônio, de novas ferramentas de salvaguarda e valorização, apontam para um cenário de deslocamentos e acomodações que são objeto deste artigo.

Dentre uma série de eventos ocorridos na cidade de São Paulo a partir da década de 2010 que sugerem um estado de crise na gestão do patrimônio cultural, os mais evidentes são os protestos que usam como base os diversos monumentos aos bandeirantes existentes na cidade. Entre eles, podemos lembrar a intervenção com tinta vermelha e a pichação “bandeirantes assassinos” em primeiro de outubro de 2013, durante um protesto de indígenas contra uma emenda à Constituição, alteração que retiraria do governo federal a autonomia na demarcação de terras indígenas, quilombolas e de preservação ambiental.

Outra intervenção ao Monumento às Bandeiras ocorreu em 30 de setembro 2016, e esta foi tratada na mídia majoritariamente

¹ Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pela FAUUSP e coordenadora de gestão do Instituto Tebas. Foi coordenadora no DPH (Departamento do Patrimônio Histórico da Prefeitura de São Paulo), onde fez a gestão da implantação da Jornada do Patrimônio e do Inventário Memória Paulistana. Escreveu por sete anos sobre arquitetura, urbanismo e patrimônio cultural na Folha de São Paulo.

como mera pichação, tornando-se tema de debate nas eleições municipais entre João Dória e Marta Suplicy. As cores usadas, amarelo, vermelho e verde, em tons pastéis, também apareceram recobrando o monumento a Borba Gato na mesma manhã.

Menos de dois anos depois, em 10 de abril de 2018, o *Pateo do Collegio*, símbolo da ocupação portuguesa e jesuítica do território paulistano, apareceu pichado em vermelho com a frase “Olhai por nós” em letras maiúsculas, recobrando toda a fachada frontal.

Por fim, e agora já no contexto da derrubada dos monumentos aos confederados nos EUA e do fortalecimento, no Brasil, das reivindicações por reparação da memória dos povos subalternizados no processo da colonização, o monumento a Borba Gato foi incendiado em 24 de junho de 2021, no auge da pandemia de Covid, pelo líder dos entregadores de aplicativos, Paulo Galo.

Iniciativas semelhantes em São Paulo, que buscam inverter os sinais da memória, mas já no âmbito da administração pública, são as que buscam discutir sobre o período da Ditadura Militar no Brasil, em um processo que pode ser lido como resultado de trocas transnacionais, especialmente com a Argentina². Entre elas, está a criação do programa Ruas da Memória, que trocou o nome de vias que homenageavam violadores dos direitos humanos, como a mudança do nome oficial do Minhocão de Elevado Costa e Silva para Elevado Presidente João Goulart. Em 2002, o poder público, provocado pelo ativismo do Núcleo Memória, decidiu criar no antigo DOI-Codi o Memorial da Resistência³, primeiramente como Memorial da Liberdade, passando ao nome atual em 2006.

2 CORREIA, Vanessa Fernandes; CABRAL, Rebeca Lopes. Entrelaçamento Entre Políticas de Memória e Políticas Urbanas: O Memorial da Resistência e os Projetos Urbanos de 'Revitalização' do Centro de São Paulo. *Revista Memória em Rede*, v.14, n.26, 2022. p. 296–316. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/21930>

3 Idem.

Voltando ao âmbito da sociedade civil, agora considerando as iniciativas afirmativas, o que se tem visto são mapeamentos de lugares significativos, passeios urbanos por esses lugares, reedição de festas tradicionais etc., que procuram introduzir novos temas no corpo do que se considera patrimônio cultural da cidade de São Paulo: os legados e experiências negros, indígenas, LGBTQI+, dos moradores da periferia paulistana. De acordo com a análise que faz a cientista social Renata Eleutério, membro do CPDOC Guaianás, eles são fruto principalmente de movimentos populares periféricos por direitos como saúde e habitação, que se desdobraram em movimentos pela cultura e chegaram, a partir dos anos de 2010, a iniciativas mais especificamente dedicadas à memória e ao patrimônio, como os coletivos Ururay Patrimônio Cultural, na região da Penha, e o próprio CPDOC Guaianás, que trabalha a parte mais periférica da Zona Leste, ambos criados em 2014⁴. Mais recentemente, em 2017, foi criado o coletivo Cartografia Negra, que se pauta pelo tema da memória negra no Centro, e o Instituto Tebas, em 2018, surgido do Movimento pela Preservação do Sítio Arqueológico dos Aflitos e dos esforços por inserir o mestre de cantaria Joaquim Pinto de Oliveira (Tebas), nas narrativas sobre a arquitetura da cidade. Pouco antes da publicação deste artigo, em junho de 2022, surgiu o movimento Saracura-Vai-Vai, que reivindica transparência e participação na condução das escavações arqueológicas durante a construção da estação de metrô na avenida Nove de Julho, no Bixiga, em que havia um aquilombamento urbano.

4 ELEUTÉRIO, Renata. Entrevista concedida a Vanessa Fernandes Corrêa em maio de 2022.

UMA AMPLIAÇÃO LIMITADA DE TEMAS NOS TOMBAMENTOS DO DPH

Um primeiro levantamento de imóveis passíveis de tombamento na cidade de São Paulo foi elaborado por Mário de Andrade, em 1937, a pedido do SPHAN, enquanto assistente técnico do órgão para o Estado de São Paulo. Sua lista, encaminhada em outubro de 1937, se compunha de imóveis que ele considerava dignos de representar o Estado perante o patrimônio nacional, ainda que alertasse para o fato de seu valor se situar mais no âmbito da história do que da arte, nada próximo às obras consideradas como de excepcional valor artístico do barroco brasileiro, tema que estava no centro das preocupações do Sphan⁵.

Em uma lista chamada São Paulo e seus arredores, Mário indicava como merecedores de estudo mais detalhado para tombamento, entre exemplares de arquitetura religiosa, as igrejas da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, Nossa Senhora da Boa Morte, Convento de Nossa Senhora da Luz, São Benedito e São Francisco, Nossa Senhora dos Remédios, São Gonçalo e São Miguel. Especial ênfase foi dada à Capela de São Miguel, erguida em uma missão jesuítica, chamada no relatório de “reliquia” – templo que viria, em 1938, a ser o primeiro bem tombado da cidade.⁶ Com exceção da Igreja Nossa Senhora dos Remédios, que Mário já indicava no relatório ter sido sede do movimento abolicionista na cidade, todas as igrejas listadas viriam a ser tombadas por órgãos de patrimônio, ainda que, em sua maioria, muitos anos depois.

5 Mário de Andrade. *Cartas de trabalho. Correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade (1936-1945)*. Brasília: SPHAN/Fundação Nacional Pró-Memória, 1981.

6 Uma leitura contemporânea, decolonial, dos elementos decorativos da capela, aponta para mediações entre a cultura europeia e ameríndia. Ver: MONTANARI, Thais Cristina. A decoração da Capela de São Miguel Arcanjo em São Miguel Paulista (SP). *Espaços religiosos. Estudos Avançados*, v. 35, n. 102, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2021.35102.015> Acesso em: 5.jun.2022.

No mesmo relatório, depois de elencar exemplares de arquitetura religiosa do interior e litoral, Mário traz a lista da arquitetura civil, que para ele necessitaria de um serviço Estadual para o tombamento, pois na cidade não existiria residência “digna de atenção federal”. Ao todo, são listados 13 imóveis⁷; entre eles, as casas rurais do período colonial, colaborando na construção da narrativa da São Paulo bandeirista.

Por fim, Mário lista o que chama de “outras capelas e igrejas”, aquelas que ainda não haviam sido estudadas por ele. Entre elas, a igreja Santa Cruz dos Enforcados (ao citá-la, ele conta a história do soldado enforcado Chaguinhas⁸); a Capela de Santa Cruz, no Lajeado Velho; a Capela dos Aflitos (em relação à qual ele lembra que a forca ficava um pouco mais acima, no Largo da Liberdade).

Nesse primeiro momento de investigações, prevalece o tema da arquitetura colonial religiosa e civil. Nesta última, já com a lista completa das casas que depois seriam incorporadas como símbolos materiais da identidade paulista bandeirante – ainda que com uma sensibilidade diferente da usada para os imóveis que iriam compor a coleção do SPHAN para o patrimônio arquitetônico nacional.

7 Casa Velha do Tatuapé, Casa Velha da Vila Leopoldina, Casa Velha de Caxingui, Casa da Marquesa de Santos, Casa colonial em Vila Maria (hoje Cidade Jardim), Sobrado Colonial do Padre Feijó, Casa-Grande do Anastácio, Casa Velha do Bairro do Limão, Casa Couto de Magalhães, Residência do Brigadeiro Luís Antônio de Souza, Sobrado da Rua de Santo Amaro, Residência do Padre Ildefonso, Casa do Doutor João Mendes.

8 Chaguinhas, como ficou conhecido o cabo negro Francisco José das Chagas, é um santo popular cultuado na Capela de Nossa Senhora dos Aflitos, que compunha o cemitério de mesmo nome, na Liberdade, em São Paulo. Conta-se que Chaguinhas, um dos protagonistas de uma revolta pelo pagamento de soldos atrasados, foi conduzido à forca, mas a corda se rompeu por três vezes, e a multidão clamou pela “liberdade” do soldado, que no entanto foi, por fim, executado. Essa é também uma das possíveis origens para o nome Liberdade para o bairro e para a praça onde ficava a forca, que teve seu nome recentemente modificado para Liberdade-Japão.

Uma primeira ampliação dos temas passíveis de acautelamento na cidade de São Paulo só viria a ocorrer com a criação do Condephaat, em 1968, com a inclusão da arquitetura que representava o desenvolvimento econômico do Estado e o surgimento da metrópole paulista, ou seja, justamente a arquitetura eclética rejeitada até aquele momento pelo Iphan⁹, por não ser considerada uma expressão nacional.

Um segundo momento de mudança pode ser situado na lista de manchas e imóveis a preservar elaborada a pedido da COGEP (Coordenadoria Geral de Planejamento), pelos arquitetos Benedito Lima de Toledo e Carlos Lemos, ambos professores do Departamento de História da FAUUSP. A encomenda foi feita no contexto do “Projeto Centro: investigações preliminares”, uma série de estudos que visavam à “revitalização” da região central. Benedito Lima de Toledo já era uma voz pública a favor de um levantamento sistemático na cidade, de bens que “mercessem ser conservados, devidamente ambientados, como documentos de uma etapa de nossa evolução urbana”.

Essa visão urbana, alinhada aos princípios da Carta de Veneza, que desde 1964 estendia a noção de patrimônio aos conjuntos urbanos, esteve presente no DPH desde o início de sua atuação, em 1975. Um dos primeiros trabalhos do órgão foi feito em colaboração com a própria Cogep a pedido da Companhia do Metropolitano, já em 1977: o levantamento de bens significativos da área de influência da implantação da linha Leste do Metrô. Para além do desenvolvimento urbano futuro e a ideia de varredura de uma área, a dimensão urbana está representada também nos critérios de seleção desse inventário:

9 RODRIGUES, Marly. *Imagens do passado. A instituição do patrimônio em São Paulo 1969 - 1987*. São Paulo, Editora Unesp, 2000.

“Os critérios de preservação dos bens culturalmente significativos para uma área que deverá sofrer, a curto ou a médio prazo, profundas modificações em sua paisagem urbana, deverão ser, pois, bastante amplos para permitirem uma seleção representativa de toda a história do seu desenvolvimento urbano até os nossos dias, e suficientemente contemporâneos para manter os exemplares selecionados adaptados à dinâmica das áreas onde eles se encontram.”¹⁰

Inventários realizados logo depois, a partir de 1979, como o levantamento da área do outeiro da Penha e do entorno do Mercado de Santo Amaro buscavam abordagem semelhante, enquanto também se desenvolviam discussões em torno da elaboração de uma metodologia para que desse base para um esforço permanente de inventariação dos bens da cidade, que culmina na criação dos IGEPACS (Inventário Geral do Patrimônio Cultural, Ambiental e Urbano). Bela Vista, Centro Velho, Centro Novo, Barra Funda, Campos Elísios, Consolação, Vila Buarque, Ipiranga, tiveram seus IGEPACS concluídos. Algumas outras regiões concentradas também no vetor Sudoeste do centro expandido tiveram estudos preliminares dentro do programa.

10 BAFFI, Mirthes. O IGEPAC-SP e outros inventários da Divisão de Preservação do DPH: um balanço. *Revista do Arquivo Municipal* 204 – 30 anos de DPH, São Paulo, p. 169–191, 2006.

Edifícios de arquitetura moderna começaram a ser acautelados nos anos de 1980, pelo Condephaat, com o tombamento do edifício da FAU-USP e diversos outros da chamada escola paulista (por vezes chamado de brutalismo paulista), do parque Ibirapuera e de edifícios pioneiros como o Esther, na avenida Ipiranga. No DPH, iniciou-se o esforço de levantamento do inventário da arquitetura moderna, com foco maior em arquitetos como Gregory Warchavchik e Rino Levi, que desenvolveram seu trabalho na cidade, mas sem os respectivos tombamentos naquele momento. Por fim, nesse mesmo tema, tem-se o chamado Quadro 6, dos anos de 1990, uma listagem feita pela Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPPLA), sob a direção de Jorge Wilhelm, que protegeu 82 imóveis.

Com a criação do CONPRESP (Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo), o município ganhou uma instância autônoma para realizar seus tombamentos, para o qual o DPH passou a submeter seus estudos. Ao analisar os temas que têm sido objeto de resoluções de tombamento do sistema DPH/CONPRESP, vemos que os mais recorrentes são o desenvolvimento urbano da cidade, a arquitetura colonial e a taipa, a infraestrutura urbana, parques, bairros planejados, colégios e outros equipamentos públicos da Primeira República, imóveis em estilo neocolonial e da arquitetura moderna, além do patrimônio representativo da industrialização, em um conjunto composto por mais de 3.500 imóveis. O patrimônio da população negra e indígena não aparece, exceto pelos chamados tombamentos *ex-officio*, ou seja, a inclusão no cadastro municipal dos imóveis que foram tombados pelo órgão estadual do patrimônio, o Condephaat¹¹.

II Como o terreiro de Candomblé Ilu Obá di Mim.

Dentre os tombamentos realizados pelo CONPRESP¹², é possível separar seis que tratam de acautelar bens representativos dos trabalhadores: a Fábrica de Cimento de Perus, o Estádio do Nacional Atlético Clube, a Vila Maria Zélia, a Capela do Cristo Operário, a Vila Itororó e a Vila Raucci. A memória do trabalho/trabalhador aparece como valor central nos três primeiros. Na Fábrica de Cimento de Perus, “enquanto símbolo de determinada forma de organização, luta e resistência dos trabalhadores”. Na Vila Maria Zélia¹³ se destacou seu valor para a “memória dos moradores e trabalhadores e da antiga Fábrica Maria Zélia”. Nos considerandos desses tombamentos, vemos outros valores: para a história da técnica, urbanístico; pelas soluções arquitetônicas e histórico-arquitetônico, ambiental e afetivo.

Na resolução do Estádio do Nacional Atlético Clube, a memória do trabalhador está contemplada de forma mais direta, pois, como consta do texto, se trata de estrutura erguida para a “equipe de futebol amador dos trabalhadores da São Paulo Railway Company” e por “integrar a memória de uma tradição operária de clubes de futebol ligados a fábricas e empresas”. Esses valores são elencados junto à excepcionalidade de seu local de implantação e por possuir uma tipologia exemplar dos primeiros estádios.

Para o tombamento da Vila Itororó¹⁴, a “permanência da conformação geomorfológica original” e “remanescentes da ocupação original do bairro” foram os valores considerados, ao lado de uma preocupação com a permanência da população para a “identidade do bairro”.

12 As resoluções do CONPRESP estão listada em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultural/conpresp/legislacao/resolucoes/index.php?p=1137>

13 Resolução nº 39/92

14 Resolução nº 22/202

Nos casos da Capela do Cristo Operário¹⁵, na Lapa, e da Vila André Raucci¹⁶, na Mooca, a memória do trabalhador não aparece nos considerandos. Na capela, os valores ressaltados são o de “testemunho de um projeto de ação”, que foi o da criação da indústria Unilabor¹⁷, além de seu valor artístico, com “pinturas murais decorativas” e “obras de artistas da importância de Volpi”. Na Vila Raucci, consideraram-se os valores ambiental e paisagístico para a história da industrialização do bairro da Mooca e como documento de um certo programa de uso.

Bens imóveis podem servir de suporte para a construção de memórias sociais diversas. Mas o que se observa é que, mesmo em caso de bens que são relevantes para a memória de “outros” grupos sociais, enfoques como o desenvolvimento urbano, a história da arquitetura e valores de excepcionalidade ou exemplaridade artísticos e de programa arquitetônico são os temas mais trabalhados.

NARRATIVAS MAIS DIVERSAS – O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

As recentes transformações nas práticas do sistema DPH-Compresp, como a abertura das reuniões de deliberação sobre bens tombados à participação da sociedade, a criação da Jornada do Patrimônio¹⁸, ambas políticas adotadas na gestão de Nabil Bonduki como secretário de cultura, e de Nádia Somekh na diretoria do dph

15 Resolução Compresp nº III/2004

16 Resolução nº 30/2016

17 A Unilabor Foi uma Fábrica de móveis modernos que Funcionou no bairro do Ipiranga entre 1954 a 1967. Foi criada como projeto de cunho social e religioso pelo fotógrafo, artista plástico e designer Geraldo de Barros e pelo Frei dominicano João Pereira dos Santos. A Capela do Cristo Operário ficava junto à fábrica.

18 Ver artigo deste dossiê na página 75.

e presidência do CONPRESP, e mais recentemente o Inventário Memória Paulistana¹⁹, das placas azuis, na gestão Alexandre Youssef/Raquel Schenkman vão na direção de um olhar mais democrático e diverso para o patrimônio, compatíveis com o pensamento e a prática de Mário de Andrade e, em 1988, foram consolidados na Constituição.

“Há que forçar um maior entendimento mútuo, um maior nivelamento geral de cultura que, sem destruir a elite, a torne mais acessível a todos e em consequência lhe dê uma validade verdadeiramente funcional. Está claro, pois, que o nivelamento não poderá consistir em cortar o tope ensolarado das elites, mas em provocar com atividade o erguimento das partes que estão na sombra, pondo-as em condição de receber mais luz. Tarefa que compete aos governos.²⁰”

São transformações ligadas a demandas que vêm surgindo no campo da sociedade civil por meio de diversos coletivos e movimentos que buscam dar conta das narrativas que seguiram à margem do olhar institucional, afirmando a presença e importância de grupos sociais excluídos das ações de patrimonialização.

19 Ver artigo deste dossiê na página 105.

20 ANDRADE, Mário de. Carta a Paulo Duarte, 1937 in: *Revista do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional*, n. 30, 2002, p. 141.

Elas demonstram capacidade de adaptação do órgão para captar e dar concretude institucional a demandas como as que serão relatadas a seguir.

Em 14 de setembro de 2018, ocorreu uma edição do projeto Territórios da Memória²¹, do Instituto Vladimir Herzog, no distrito de Ermelino Matarazzo. Falaram para um público de cerca de 10 pessoas (no qual eu me incluo²²) Uilian Chapéu, da Ocupação Mateus Santos, Renata Eleutério e Ireldo Alves, do CPDOC Guaianás e Lucas Paolo Vilalta, do Instituto Vladimir Herzog.

No evento em Ermelino Matarazzo, que não tem bens tombados pelo CONPRESP, ficou claro, por exemplo, que a 44^a Delegacia de Polícia da região é um lugar muito importante para a memória da população negra paulistana, pois lá foi torturado e morto, em 1978, o feirante Robson da Luz, preso por roubar frutas no trabalho. O evento deflagrou protestos, culminando na criação do Movimento Negro Unificado que, por sua vez, exerceu grande influência nas conquistas de direitos dessa população na Constituição Federal de 1988, que tornou o racismo crime.

Também descobri que na COHAB 2, em Itaquera, distrito próximo a Ermelino Matarazzo, havia a casa de Dona Vera, local de encontros clandestinos durante a Ditadura, e que as COHABS em geral eram locais usados como refúgios, justamente pelas características que hoje os arquitetos rejeitam nesses conjuntos: a monotonia dos blocos e ruas (que desorienta quem não conhece bem o local) e sua proximidade das franjas da cidade, ou seja, de matas por onde se embrenhar e esconder em uma fuga.

21 O projeto do Instituto Vladimir Herzog busca contribuir com redes de atuação comunitária existentes para o mapeamento de memórias territoriais na periferia.

22 Estive no evento para prospectar contribuições para o Inventário Memória Paulistana, que naquele momento estava ainda em fase de projeto. O artigo deste dossiê na página 105 fala sobre o programa.

O mapeamento desses lugares cria ruídos importantes na narrativa dominante de que os mortos e refugiados da Ditadura eram intelectuais de classe média com atuação política revolucionária. A valorização desse aspecto da história faz esquecer que operários sindicalizados eram “refugiados” da Ditadura dentro da cidade. Também fica problematizada a restrição de sentido das COHABS a mera ilustração dos equívocos produzidos pelo movimento moderno, fazendo com que os órgãos de patrimônio, formados por maiorias de arquitetos, deixem de buscar significados sociais nesses lugares²³, um pouco à maneira da negação da arquitetura eclética pelos modernistas.

Essas narrativas que se consolidaram como dominantes no campo do patrimônio e da memória operam certo congelamento²⁴ dos critérios de seleção de bens culturais, por sua persistência, e têm especificidades locais, que é o que se procurou ensaiar neste texto quanto ao contexto paulistano. Critérios de preservação, tais como exemplaridade, excepcionalidade, originalidade material e antiguidade, se consolidaram em contradição com a nossa realidade histórica e cultural como país latino-americano, construído por um processo de colonização, escravidão, assentamentos precários e por intensas migrações internas e fortes dinâmicas intraurbanas de deslocamento. Só agora, com novos instrumentos de proteção, se tem logrado expandir a relação dos

23 Em um levantamento de assassinatos policiais na periferia durante a Ditadura, Márcia Hattori e outros pesquisadores contabilizaram 334 mortos nos distritos de Cidade Ademar, São Miguel Paulista, Penha, Itaquera, Guaianases e Parque São Lucas. HATTORI, Márcia Liha et al. O caminho burocrático da morte e a máquina de fazer desaparecer: propostas de análise da documentação do Instituto Médico Legal-SP para antropologia forense. *Revista do Arquivo*, São Paulo, n. 2, p. 1-21, 2016.

24 MICELI, Sérgio. SPHAN: refrigério da cultura oficial. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 22, p. 44-47, 1987.

órgãos de patrimônio paulistanos com a sociedade, relação que é fundamentalmente política, fundamentada na necessidade e no direito que todos têm de se verem representados socialmente.

“Não se trata, pois, de uma atividade meramente especulativa, cognitiva, mas concreta, prática-política. Por isso o núcleo de qualquer preocupação relativa ao patrimônio cultural (identificação, proteção, valorização) é político por natureza.”²⁵

25 MENEZES, Ulpiano Bezerra de. Repovoar o patrimônio ambiental urbano. In: Patrimônio: desafios e perspectivas. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 36, 2017. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revpat_36.pdf.

**PATRIMÔNIO
CULTURAL MATERIAL
E POVOS INDÍGENAS**

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL E POVOS INDÍGENAS: CONTEXTOS, DILEMAS, CONCEITOS

DOMINIQUE TILKIN GALLOIS¹

DEMANDAS INDÍGENAS E POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO

No final de 2003, a grande mídia noticiava uma homenagem inédita a um povo indígena pouco conhecido da Amazônia brasileira. Reconhecia-se nacional e internacionalmente o primeiro bem cultural de natureza imaterial no país, atendendo ao pedido expresso dessa comunidade. Tratava-se do Plano de Salvaguarda das Expressões Orais e Gráficas dos Wajãpi do Amapá, acolhido pela UNESCO no âmbito da 2ª Proclamação das Obras do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade, subsequente ao registro da Arte Kusiwa pelo IPHAN. Esse duplo reconhecimento encheu os Wajãpi de orgulho e de esperança. Na carta entregue às autoridades² no momento da proclamação, explicitavam os objetivos de seu plano de salvaguarda:

-
- ¹ Professora colaboradora sênior do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo e pesquisadora do Centro de Estudos Ameríndios. Desenvolve atividades de assessoria direta a comunidades indígenas no Amapá e norte do Pará, colaborando com órgãos públicos e organizações não governamentais em programas de formação indígena.
- ² GALLOIS, Dominique Tilkín. 2006. Expressão gráfica e oralidade entre os Wajãpi do Amapá. Dossiê IPHAN 2 (Wajãpi). Rio de Janeiro: IPHAN/MinC. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_wajapi.pdf

“Nós queremos que os não índios conheçam nossa cultura para respeitar nossos conhecimentos e nosso modo de vida. Se os não índios não respeitam nossa cultura, até os nossos próprios jovens podem começar a desvalorizar nossos conhecimentos e modos de vida. Por isso, nós queremos apoio para continuar este trabalho com os nossos parceiros, de Formação dos Wajãpi e também de Formação dos não índios para entender e respeitar os povos indígenas.”

Desde então, o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (instituído pelo Decreto nº 3.551/2000) acumulou notável experiência no desenvolvimento dessa nova política pública, valorizando manifestações populares e abrindo espaço às culturas indígenas. De um total de 48 bens registrados pelo IPHAN até o momento, 7 atenderam propostas de comunidades indígenas, em várias regiões do país.

No caso dos Wajãpi, o Plano de Salvaguarda consistiu em mobilizar todas as aldeias em ações concretas de valorização dos saberes e práticas tradicionais, especialmente os relacionados à gestão cuidadosa dos recursos de seu território. Isso porque os grafismos *kusiwa* pintados no corpo manifestam a efetiva presença de “outras gentes” que os Wajãpi designam como os “donos” (-*jarã*), controladores de diferentes espaços do cosmos – águas, serras, florestas etc. – com os quais é preciso manter relações adequadas. O uso desses grafismos diferencia corpos, seja escondendo a pessoa

dos poderosos (-*jarã*), seja tornando o corpo atraente, identificando uma pessoa saudável “como Wajãpi”. Uma das estratégias foi a de formar uma turma de jovens pesquisadores que realizaram inventários e auxiliaram os chefes a debater as transformações em curso no modo de vida das aldeias, ajudando também os professores a inserir, de forma adequada, a “cultura wajãpi” na escola³. O plano foi implementado graças a diversos apoios, tanto do Ministério da Cultura, do Museu do Índio da Funai e do Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé), que atua em parceria com o Conselho das Aldeias Wajãpi-Apina. Finda a primeira etapa de Salvaguarda, entre 2013 e 2015, ocorreu um amplo debate entre todas as aldeias, para desenhar um novo plano, submetido ao IPHAN, que revalidou o registro da Arte Kusiwa em 2017.

Àquela altura, no entanto, apoios efetivos por parte de instituições públicas já estavam minguando e o novo plano elaborado pelos Wajãpi, que envolve necessariamente ações além da esfera local, só foi colocado em prática precariamente. E assim chegamos ao presente momento, em que não só não há mais apoio concreto às demandas dessas comunidades, como as políticas de reconhecimento e de valorização dos modos de vida indígenas estão sendo drasticamente ameaçadas.

DIREITO À DIFERENÇA

Para compreender a gravidade desses retrocessos, é importante rememorar aspectos da luta das comunidades indígenas no momento da redemocratização do país, resultando na Constituição Federal de 1988. Naquele período, essas comunidades se apropriaram de políticas públicas e assim conquistaram um lugar significativo no Brasil. Entendia-se, finalmente, que eles

3 GALLOIS, Dominique T. Donos, detentores e usuários da arte gráfica Kusiwa. *Revista de Antropologia*, v. 55II, 2012.

não estavam fadados ao desaparecimento. Como lembra Ailton Krenak, o Brasil estava redescobrendo os índios, constatando que “eles estão aí para ficar”⁴ (2019). Pouco a pouco, a legislação brasileira atendia os anseios desses povos, assegurando o devido respeito aos seus modos de vida, suas formas de organização política, além do seu direito a uma educação específica, em suas próprias línguas. Um conjunto de dispositivos legais embasaram programas governamentais que, gradativamente, possibilitaram uma transformação do modelo colonialista, abandonando o preceito da integração e reconhecendo seu direito à “diferença”⁵.

O Brasil, como se sabe, é campeão da diversidade indígena. Contrastando com vários países da América do Sul onde a população indígena é muito maior, aqui os índios representam apenas 0,47 % da população do país. Em 2010, totalizavam 897.000 pessoas, entre as quais mais de 320.000 viviam em cidades. Esses dados do IBGE revelam, sobretudo, uma imensa diversidade: são 305 povos, falantes de 294 línguas. Suas condições de vida variam significativamente, quando se contrastam as minúsculas terras que lhes foram alocadas no sul do país com as grandes florestas protegidas em terras indígenas na Amazônia. Em cada contexto, com experiências de contato muito distintas, esses povos vêm atualizando, incessantemente, seus modos de viver específicos. A capacidade de transformação e de adaptação a novas condições de existência atesta, sem dúvida, a força de suas culturas. Por este motivo, a valorização da diversidade cultural indígena não consiste em “preservar” nem em “resgatar”, mas em respeitar a

4 HRENAK, Ailton. Enquanto tiver gente no Brasil, vai ter gente indígena. Entrevista. *Nexo Jornal*, 25 abr. 2019.

5 GALLOIS, Dominique T.; HLEIN, Tatiane; DAL'BO, Talitha Lazzarin. Povos indígenas, políticas multiculturais e políticas da diferença. *Revista Cultura e Extensão USP*, v. 15, 2016.

pluralidade de seus anseios de futuro, enquanto povos diferenciados. As políticas públicas demandadas pelos povos originários não pretendem, no Brasil nem em outros países, “congelar” manifestações culturais ou pautá-las por equivocadas atestações de autenticidade, há muito tempo descartadas pela Antropologia.

EXPERIÊNCIAS DE VALORIZAÇÃO DAS TRADIÇÕES INDÍGENAS

Seria muito interessante estabelecer um inventário do vocabulário associado à descrição das culturas indígenas, revelador das alternativas de futuro que lhes são oferecidas. Assim, a formulação plural “usos, costumes e tradições” utilizada na Constituição Federal de 1988 contrapõe-se ao termo singular “cultura indígena”, arraigado na linguagem popular. Remete à imagem de um “índio de verdade”, cujo modo de vida “silvícola” é supostamente simples e frágil, e que teria apenas duas alternativas ao futuro: manter-se “puro” e intocado ou ser assimilado. Uma concepção colonialista, em que a suposta “perda da cultura” justifica a imposição de modos ocidentais de “desenvolvimento”. A ideia segundo a qual os povos indígenas devem “evoluir” é um contrassenso antropológico, na medida em que a capacidade de transformação é inerente a toda cultura, mas com rumos distintos.

Em manifestações recorrentes, os movimentos indígenas vêm a público expor seus próprios modelos de desenvolvimento. Sua crescente visibilidade na defesa dessas alternativas é, também, um efeito das políticas públicas que, nos últimos vinte anos, se interessaram em divulgar a diversidade indígena, consolidando sua inserção em um Brasil multicultural.

Os povos indígenas souberam se apropriar desses espaços para defender seus territórios, a partir de ações concretas de fortalecimento de suas formas de bem viver. Acessaram projetos de valorização cultural, inicialmente dirigidos às escolas indígenas, e que abrangeram mais recentemente linhas temáticas muito diversificadas, com a promoção de formas tradicionais de manejo

ambiental, a gestão de sistemas agrícolas, a valorização das práticas fitoterápicas e do saber-fazer artesanal, o incentivo à performance de rituais, a sistematização de registros e difusão dos acervos musicais, das artes gráficas, das práticas culinárias etc.

Essas comunidades tomaram as rédeas das ações de salvaguarda, assumindo a direção das práticas de proteção. Os muitos livros, vídeos, CDs, blogs, shows e festivais resultantes desses projetos comprovaram que as tradições em jogo não são resquícios do passado, mas sistemas complexos de saberes e de práticas, que possuem sua própria história e estão diretamente relacionados às experiências de interação social e cultural vivenciadas por cada comunidade.

A "SABEDORIA DA TERRA"

A difusão das experiências de salvaguarda de patrimônios culturais indígenas permitiu, sobretudo, que se compreendesse melhor o que tanto a Constituição Federal de 1988 como os líderes indígenas repetem incansavelmente: “terra é de onde brota a cultura indígena”⁶. Essa conexão fundamental, bem como a contemporaneidade das tradições indígenas, são o foco prioritário das políticas de patrimônio em todo o mundo. Como estabelece um documento da UNESCO: “o que é preciso preservar não é apenas da ordem da memória, mas da ordem do projeto; é preciso garantir a diversidade e torná-la renovável, e não fixar a resultante atual de evoluções seculares, que são produtos de um diálogo constante; é preciso garantir esse patrimônio adquirido, para permitir que ele se torne renovável”⁷.

⁶ PIMENTEL, Spensy. *Cultura, broto da terra*. In: FONSECA, Maurício; HERRERO, Marina. (Org.). *Brasil Indígena: Histórias, saberes e ações*. São Paulo: Sesc, 2015.

⁷ ARIZPE, Lourdes. *IIIrd Round Table of Ministers of Culture. Intangible Cultural Heritage: a Mirror of Cultural Diversity*. Istanbul: UNESCO, 2002.

Assim, seguimos compreendendo melhor o que é cultura com os índios. “A forma como os não indígenas falam de cultura é muito superficial. Os brancos não conseguem entender esse mundo da forma como os indígenas compreendem”, afirma o antropólogo kaiowá Tônico Benites⁸. Ressalta que, para os não indígenas, cultura é apenas diversão, lazer. Já para os povos indígenas, “para ser feliz, para se alegrar, para praticar a cultura”, é preciso viver em um “espaço-terra” que não é uma área concebida apenas como receptáculo de “recursos naturais”, mas um espaço adensado pela existência de outras gentes, seres invisíveis, espíritos guardiões das águas, serras e florestas, com os quais esses povos, em acordo com tradições específicas, aprendem o que Davi Kopenawa chama de “sabedoria da terra”. Algo que “os brancos estão começando a escutar, começando a olhar na nossa direção”⁹, dizia ele em 2015. Somos assim convocados a reconhecer a sustentabilidade de modos de vida diferenciados e a respeitar seus protocolos de relacionamento com todos os seres que compartilham este “planeta-Terra”, onde vivemos juntos.

8 BENITES, Tônico. A terra, como seus parentes, você ama. In: FONSECA, Maurício; HERRERO, Marina (Org.). *Brasil Indígena: Histórias, saberes e ações*. São Paulo: Sesc, 2015.

9 HOPENAWA, Davi. Como Formiguinha na boca da cobra-grande. In: FONSECA, Maurício; HERRERO, Marina. (Org.). *Brasil Indígena: Histórias, saberes e ações*. São Paulo: Sesc, 2015.

NÃO TEMOS RANCOR, MAS POSSUÍMOS MEMÓRIA: MEMÓRIA, IDENTIDADES, TERRITÓRIOS, PROTAGONISMO E PATRIMÔNIOS DOS POVOS ORIGINÁRIOS NA CIDADE DE SÃO PAULO

CASÉ ANGATÚ¹

Tabatatyba
Pyratynynga

Gûyrá Ybaka
Pyra Paranã
Mÿra Yby

Taba suí Mÿratyba
Posaûsub Porasséya²

Apesar dos mais de quinhentos anos de tentativas de apagamento e silenciamento absoluto, a terra do Peixe Seco (*Pyratynynga*),

1 Professor na UDESC (Ilhéus/BA), indígena e morador do Território Indígena Tupinambá de Olivença, doutor pela FAU-USP.

2 Muitas Aldeias / Peixe seco / Pássaro do Céu / Peixe do Mar / Povo da Terra / Taba de Vários Povos / Sonhar Dançar (tradução livre)

rebatizada de São Paulo, nunca deixou de ser indígena. Uma *Tabasuí Myratyba* (Aldeia de Vários Povos), sim, mas que sempre foi e será uma das maiores cidades indígenas do Brasil, conforme o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, que a colocava como o quarto maior município com população originária do país.

Porém, para além dos dados, estas palavras e as que seguem partem acima de tudo de nossos saberes ancestrais e das forças encantadas da natureza presentes na luta pelos direitos dos Povos Originários, especialmente o direito ao território, à alteridade, à autonomia, à memória, à identidade e à história.

SÃO PAULO SEMPRE FOI UMA CIDADE INDÍGENA, APESAR DAS TENTATIVAS DE APAGAMENTO

Ainda causa estranhamento a ideia de que a cidade de São Paulo também é habitada por Povos Originários. Do mesmo modo, alguns se surpreendem ou até negam a possibilidade de a capital paulista ser também uma cidade indígena, composta de memórias, identidades, territorialidades e patrimônios originários. Certas pessoas desconhecem até mesmo a existência de aldeias no município paulistano.

Andando pela cidade, forte é a presença de guerreiras e guerreiros indígenas das aldeias Guarani. Entretanto, percebemos que muitos dos que moram na cidade, incluindo os que vivem nas ruas, praças e viadutos, têm suas ancestralidades ligadas aos Povos Originários de etnias forçadas a sair de suas terras natais. Essa presença também é observada nos nomes de rios, ruas, lugares, bairros e arredores.

Somamos a essas ponderações os dados do Censo do IBGE para 2010, de acordo com os quais o município é um dos que mais possuem população indígena no Brasil, com 12.977 índios naquela data. Acreditamos que esse número seja bem maior e precisa de atualizações censitárias.

Refletimos que o desconhecimento sobre essa presença étnica originária na cidade é em alguns casos inconsciente. Mas, por vezes, a falta de informação é proposital e historicamente constituída. Entendemos que existiu ao longo da história local uma tentativa de apagar e silenciar certos grupos sociais e étnicos, entre eles a população indígena, na constituição das memórias, identidades, histórias e patrimônios da cidade.

São exemplares neste sentido as tentativas de etnocídio dos Povos Originários através da catequização, evangelização, integração, assimilação à sociedade e desenvolvimento nacional. Essas práticas estiveram presentes na história da cidade desde sua chamada “fundação”, em 1554. Os aldeamentos jesuíticos locais, considerados como um de seus marcos fundantes, na nossa compreensão eram, antes de tudo, aldeamentos indígenas que constituíram seus territórios e os do entorno. Eram ao todo doze: Pinheiros, São Miguel de Ururá, Barueri, Carapicuíba, Nossa Senhora da Conceição dos Guarulhos, Embu, São José, Escada, Itaquaquecetuba, Itapeverica, Peruíbe e Queluz. Contudo, pouco se fala dessa presença indígena nos aldeamentos paulistas, apesar dos avanços que representam os estudos de John Monteiro e Benedito Preziosi, entre outros. Eis aqui uma das dimensões do etnocídio e do racismo histórico e estrutural contra os Povos Originários.

Ao mesmo tempo, contra as populações indígenas que se recusaram (e ainda se recusam) à catequização, à evangelização, à integração e à assimilação, ocorreram as chamadas “guerras justas” (versão antiga dos atuais excludentes de ilicitude), marcadas por um processo secular e ainda existente de criminalizações, violências e genocídios. Essas ações aconteceram e acontecem de forma velada e mesmo autorizadas pelo Estado e sua Justiça, desde a época do domínio da Coroa portuguesa até a atualidade.

Em nome das “guerras justas”, cometeu-se um sistemático processo de genocídio, prisões, escravizações, estupros e torturas, realizado em grande parte pela ação dos bandeirantes

(comparáveis aos atuais milicianos e às violências estatais). Um exemplo dessas fortes repressões genocidas que possui profundas relações com a cidade de São Paulo foi a que se abateu sobre as populações indígenas que participaram da chamada Confederação Tamuya, entre 1554 e 1567, e do Cerco de Pyratynynga ou Guerra de Pyratynynga, que ocorreu entre os dias 9 e 10 de julho de 1562. A Confederação Tamuya e o Cerco de Piratininga foram dois momentos da história brasileira e paulistana que assinalaram a resistência indígena às imposições coloniais e jesuíticas, mas são, no geral, pouco estudadas e comentadas como partes da memória local e nacional.

Essa tentativa de apagamento da presença originária durante a “colonização” (invasões europeias), revelando o etnocídio e racismo histórico e estrutural, continuou durante o Império e a República. Talvez isso tenha ocorrido porque tentaram omitir que a aclamada figura “heroica” do bandeirante paulista era também de caçador e mercenário do trabalho escravo indígena, com estupro, mortes e vários tipos de violências. Em São Paulo, o trabalho escravo dos Povos Originários foi usado por um longo período.

Na virada do século XIX para o XX, durante a chamada “segunda fundação da cidade de São Paulo” (iniciada em 1872), o poder público, buscando branquear a população paulistana, perseguiu vivências socioculturais, tradições e territórios populares que remetiam à presença indígena, negra, caipira e cabocla na futura metrópole. Como analisamos em nosso livro *Nem Tudo Era Italiano – São Paulo e Pobreza (1890-1915)*, existia um “projeto de europeização arquitetônica, urbanística e populacional”³, buscando superar a cidade colonial, imperial, indígena, negra, caipira, cabocla. Uma tentativa de refundar a cidade como

3 ANGATU, Casé. [SANTOS, Carlos José F.]. *Nem tudo era Italiano - São Paulo e Pobreza na virada do século XIX-XX (1890-1915)*. São Paulo: Annablume/FAPESP, (4ª. Edição) 2017. p. 200.

moderna, industrializada e europeizada. O IV Centenário da cidade, em 1954, foi outro momento de criação do passado bandeirante e jesuítico, que ocorreu junto com a tentativa de apagar memórias e identidades indígenas, negras, caboclas e caipiras.

No entanto, especialmente a partir das décadas de 1930 e 1940, iniciou-se no Brasil um grande fluxo de migração. Eram legiões de migrantes chamados de “nordestinos” e de vários interiores deste país, saindo de suas terras de origem. Em grande parte, eram pessoas expulsas da terra pela violência dos que se dizem seus donos. A capital paulista vivenciou plenamente esse processo: de 887.810 habitantes em 1930, em trinta anos atingiu uma população de 3.781.446 moradores, em 1960.

A elite local talvez não visse com bons olhos esses migrantes, que em 1980 tornaram-se 51% da população. Segundo o Censo do IBGE de 1980, dos 8.493.226 habitantes do município, 4.323.444 não eram naturais da cidade.

Esses migrantes, em muitos casos, eram indígenas banidos de suas terras. Um processo que denominamos de uma verdadeira diáspora indígena. Pessoas originárias que trouxeram e fortaleceram as características de vivências, tradições e ancestralidades indígenas na cidade. Em decorrência da desigualdade econômica e social, fruto de um sistema que acumula riquezas nas mãos de poucos, esses migrantes, por vezes indígenas, povoaram socioculturalmente a cidade em suas periferias, favelas, cortiços, ruas e praças.

Na nossa compreensão, a migração contínua, particularmente a chamada “nordestina”, somada aos indígenas que na cidade já moravam, fez São Paulo tornar-se o 4º município com maior população indígena (população absoluta) no Brasil. Atualmente, estima-se que a população indígena da cidade chegue a 21 mil pessoas. Penso que esse número seja bem maior.

Na atualidade, ainda persiste uma forma de atuar sobre a cidade por parte de certa elite local e de alguns agentes do poder público paulistano que é continuidade do processo de limpeza sociocultural e expulsão que descrevemos até aqui. Contudo, sempre há diferentes maneiras de resistências e (re)existências daqueles que alguns desejam silenciar ou invisibilizar. Pensamos que, como antes, “os projetos de parte dos detentores do poder econômico não se consolidaram como um todo”. A cidade indígena, afrodescendente, cabocla, caipira e migrante continua e continuará a (re)existir.⁴

Esta rápida trajetória nos permite ponderar e entender porque afirmamos, há mais de vinte quatro anos, quando saiu a primeira edição (1998) de nosso livro *Nem Tudo Era Italiano – São Paulo e Pobreza (1890-1915)*, que São Paulo é uma cidade indígena. Essa presença se faz sentir nos nomes de seus rios: Tamanduateí,

4 ANGATU, Casé. (SANTOS, Carlos José F.). *Nem Tudo Era Italiano - São Paulo e pobreza na virada do século XIX-XX (1890-1915)*. São Paulo: Annablume/ FAPESP, 2017. p. 200-201. Para esta análise de que os Povos Originários não permanecem somente passivos, assinalamos para a leitura: ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os Índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010; ARRUTI, José Mauricio Andioni. Morte e vida do nordeste indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional. In: *Estudos Históricos*, vol. 8, n. 15. Rio de Janeiro: 1995; AYRA, Tupinambá [Vanessa Rodrigues]; ANGATU, Casé (Carlos José F. Santos). Protagonismos Indígenas: (Re)Existências Indígenas e Indianidades. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci e ROSSI, Mirian Silva (Org.) *Índios no Brasil: Vida, Cultura e Morte*. São Paulo: IHF; LEER/USP; Intermeios 2018a. p. 23-40; CASTRO, Eduardo Viveiros de. No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é. In: RICARDO, Beto; RICARDO, Fany. *Povos Indígenas no Brasil 2001/2005*. S.l.: Instituto Socioambiental, 2006; CUNHA, Manuela Carneiro da. [org.] *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992; MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra. Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995; OLIVEIRA, João Pacheco de. [org.] *A Viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena*. 2ª ed. LACED, 2004; PREZIA, Benedito Antônio Genofre. *Os Tupi de Piratininga: Acolhida, resistência e colaboração*. [Tese de Doutorado.] São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUCSP, 2008.

Tietê, Saracura. Nos nomes de muitas de suas ruas, lugares e bairros: Anhanguera, Anhangabaú, Aricanduva, Biritiba, Butantã, Cambuci, Carapicuíba, Cotia, Embu, Embu-Guaçu, Grajaú, Guaianases, Guararema, Guarulhos, Curuçá, Grajaú, Ipiranga, Itaquera, Itapevi, Itaquaquecetuba, Itapeçerica, Jabaquara, Jaguará, Jacuí, Jaguaré, Jaraguá, Juquitiba, Mairiporã, M'Boi Mirim, Moema, Morumbi, Paissandu, Pacaembu, Piqueri, Pirapora, Piratininga, Pirituba, Mooca, Tatuapé e Tucuruvi, entre outros.

A EXPOSIÇÃO SER ESSA TERRA: SÃO PAULO CIDADE INDÍGENA

A presença originária acima de tudo transparece nas vivências cotidianas de muitos que habitam São Paulo. Várias dimensões dessa percepção surgiram também das pesquisas que realizamos para a organização e montagem coletiva da exposição *Ser Essa Terra: São Paulo Cidade Indígena*, no Memorial da Resistência de São Paulo, de 24 de novembro de 2018 a 22 de julho de 2019.

A ideia basilar da exposição era justamente questionar os silêncios e apagamentos acerca da histórica presença indígena nas memórias, identidades e patrimônios da cidade de São Paulo, evidenciando resistências e (re)existências. Por isso ela foi protagonizada por indígenas moradores da capital paulista e seus arredores. Participaram representantes das etnias: Fulni-ô, Guarani Mbya, Kaimbé, Kariboka, Kariri-Xocó, Pankararé, Pankararu, Tupi-Guarani, Tupinambá e Wassu-Cocal.

Partíamos do princípio de que os próprios Povos Originários são os sujeitos do processo de decolonização e superação das visões tradicionais que negam suas presenças, identidades e memórias. Assinalamos isso porque compreendemos que ainda os conhecimentos produzidos pelas academias, mesmo quando críticos ao processo de colonização, são em muitos casos dominados por uma postura de colonialidade, sendo também uma forma de poder.

Por isso, procuramos fortalecer os caminhos da descolonização por meio da decolonialidade dos saberes, conhecimentos, linguagens e vivências como forma de também fortalecer a resistência e (re)existência indígena, quilombola, negra, de gênero e de todos que lutam “por um mundo onde caibam vários mundos”.

É possível até que essa tenha sido a primeira exposição sobre a presença dos diversos Povos Originários na capital paulista. Ao mesmo tempo, de forma inédita, uma exposição protagonizada por cerca de vinte indígenas, com a consultoria curatorial de também um indígena (Casé Angatu).⁵

A resistência e (re)existência indígena na cidade de São Paulo constituem um de seus maiores patrimônios, apesar das tentativas de silenciamento e apagamento. Nosso maior patrimônio e acervos são as relações que possuímos com a natureza da qual somos parte. Em nossas vivências, constituímos patrimônios e acervos sem sabermos necessariamente os sentidos dessas palavras. Produzimos arte sem percebermos as definições de arte. São patrimoniais e artes nossas moradas, objetos que usamos, colares, arcos, flechas, brincos, cachimbos, maracás, cocares e pinturas corporais.

Somos naturalmente patrimônios, acervos, artes e culturas de nós mesmos. Não são ações, pensamentos e sentimentos separados de nossas vidas cotidianas e do que chamam de cosmovisões. Assim, espontaneamente, somos o oposto das colonialidades e, por isso, nossa resistência e (re)existência são naturais e rituais. Claro também que muitos de nós indígenas fazemos arte, acervos, patrimônios e cultura em espaços intitulados “formais” (museus, galerias, bibliotecas, salões de artes, teatros, centros de produção

5 Participaram: Alaide Pankararé, Maria Pankararé, Pedro Pankararé, Clarisse Pankararu, Maria Lídia Pankararu, Ivone Pankararu, Avani Fulni-Ô, Txairon Fulni-Ô, Alex Kaimbé, Dhevan Gwyrá Dju, Índio Badaróss, Jaguaretê, Jera Guarani, Pajé Guaira, Pajé Laguna, Paulo Wassu Cocal, Sonia Barbosa Tamikuã Txih, Wiryçà Hariri Xocó, entre outros que contribuíram direta ou indiretamente com a exposição. A mediação curatorial ficou ao encargo de Daniel Hairoz e Marília Bonas.

de conhecimentos). Entretanto, não deixamos necessariamente de sermos indígenas ao produzirmos nesses lugares e atuarmos criando literatura, cinema, pinturas, desenhos, teatro, atuações e intervenções.

Guardadas as necessárias ressalvas, a ideia de monumento não faz parte de nossa formação naturalmente originária, apesar de encontrarmos objetos indígenas em espaços de monumentalização, a exemplo dos mantos Tupinambá que há séculos estão em museus de países europeus. Acredito que esses sentidos são de difícil percepção aos que perguntam: cadê os patrimônios, monumentos, artes, memórias e identidades da presença indígena na constituição da memória nacional ou local?

Reitero: nossas vivências originárias cotidianas naturalmente criam e recriam patrimônios, acervos, artes e culturas de nós mesmos. Resistindo e (re)existindo somos instintivamente o oposto das colonialidades. Talvez por isso muitos não consigam nos enxergar, sentir e/ou ouvir.

Ouçam os sons e silêncios indígenas do profundo das *angas* (almas) nativas que povoam a ensurdecidora cidade de São Paulo. Olhem as imagens visíveis e invisibilizadas dos Povos Originários que circulam pela multifacetada Pauliceia Desvairada. Uma polifonia de sons/silêncios e imagens visíveis/invisíveis germinadas ancestralmente, florindo dos urucuns e jenipapos da cidade.

“O manto daqui da aldeia
É de pena de guará
Meu colar é de semente
Meu cocar macucuí

Oh devolvam nossos mantos
Esses mantos nos pertencem”⁶

6 Canção ritual Tupinambá de Olivença de Ilhéus/BA, solicitando a devolução de seus mantos sagrados.

**REINVINDICAÇÕES
POR LUGARES
DE MEMÓRIAS
E ARQUEOLOGIAS
URBANAS:**

**VESTÍGIOS DA
DIÁSPORA AFRICANA
NO BRASIL**

O CAIS DO VALONGO: LUGAR DE MEMÓRIA E PATRIMÔNIO MUNDIAL

MONICA LIMA¹

O Cais do Valongo, considerado o principal vestígio material do desembarque de africanos escravizados nas Américas, foi reconhecido como Patrimônio Mundial pela Assembleia Geral da UNESCO em julho de 2017. Atualmente, no nosso país, temos ao todo vinte e dois sítios ou conjuntos na lista de patrimônios mundiais da UNESCO. No entanto, por sua história e pela maneira pela qual foi construída sua candidatura a esse posto, o Cais do Valongo apresenta características únicas. Pela primeira vez, um bem dessa natureza foi apresentado pelo Brasil tendo como centro de sua justificativa a história da escravidão e das relações com o continente africano. E, na elaboração do dossiê que foi levado à UNESCO, ocorreu um processo inédito de intenso debate com lideranças do movimento negro, entidades associativas locais e intelectuais, que influenciaram diretamente os rumos da escrita do documento técnico que defendeu a candidatura.

E qual é a história do Cais do Valongo? Trata-se de um sítio arqueológico situado numa antiga enseada, mais tarde aterrada, na zona portuária da cidade do Rio de Janeiro, que foi centro do local de desembarque do maior número de africanos escravizados que chegaram vivos às Américas. Sabemos que em nenhum outro lugar do mundo como no Brasil tantos africanos e africanas

¹ Professora de História da África do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), coordenadora do Laboratório de Estudos Africanos da UFRJ e historiadora do grupo que preparou a candidatura do Cais do Valongo a Patrimônio Mundial.

aportaram, trazidos pelo tráfico escravagista transoceânico, conforme nos informam estudos diversos e resultados de pesquisas em história demográfica, sobre os quais há dados acessíveis no site www.slavevoyages.org. Essa atividade de longa duração, que chegou a ficar conhecida como o “infame comércio”, criou conexões que nos ligaram à África de forma incontornável. E o Rio de Janeiro foi a principal região de chegada de cativos trazidos do continente africano, em especial entre a segunda metade do século XVIII e a primeira metade do século XIX. É na enseada do Valongo onde se realizou mais intensamente desde as décadas finais do século XVIII até 1831, chegando a um total de pelo menos setecentos mil africanos escravizados desembarcados. Eram viagens constantes, cada uma com centenas de cativos, que pisavam muito provavelmente fragilizados e com medo as pedras do cais e a areia rochosa das ruas daquela região. Somente a partir de 1831, com a ilegalidade do tráfico escravagista transoceânico para o país, que esses desembarques deixaram de ocorrer na cidade e passaram a acontecer em portos clandestinos da Baía de Guanabara e da região costeira próxima – como nas baías de Sepetiba e da Ilha Grande, em Búzios, entre outros locais.

No Valongo, se formou o mercado de escravos com suas casas de comércio, nas quais pessoas eram colocadas à venda como mercadorias. Na mesma região, havia um lazareto, que era o hospital de tratamento dos que chegavam da terrível viagem transoceânica, onde se buscava curar os enfermos para que pudessem ser postos no mercado ou entregues a seus compradores. E, também próximo, o Cemitério dos Pretos Novos, destino daqueles que não resistiam às enfermidades contraídas na viagem nos tumbeiros ou adquiridas logo após seu desembarque. Um complexo escravagista foi se constituindo naquela região, alimentado pela chegada constante de novos desembarques e pela demanda por cada vez mais cativos no Brasil. No entanto, a expressiva presença de africanos se dava para além da exposição

no mercado e se percebia no mundo do trabalho, circulando nas ruas para realizar diversas atividades, prestando serviços, descarregando mercadorias das embarcações, transportando objetos, vendendo produtos. Essas pessoas e seus descendentes diretos foram transformando aquele espaço, afirmando e recriando suas heranças culturais em contato uns com os outros e com os demais habitantes da cidade. Tudo isso veio a constituir matéria-prima da musicalidade, religiosidade, da ciência e tecnologia trazidas e criadas pela população negra no Brasil. O cais simboliza, portanto, essa intensa relação histórica, marcada pela morte, dor e o sofrimento e, ao mesmo tempo, a presença contemporânea de uma rica herança cultural africana, viva e pulsante, que está no centro da nossa identidade como povo.

No entanto, mesmo com toda essa importância, durante muito tempo pouco se lia ou ouvia a respeito do Cais do Valongo, mesmo entre os estudiosos do tema da escravidão, que o mencionavam quase sempre de passagem, com raras exceções. Vale ressaltar também que, até a data de seu achamento, não se sabia o lugar exato onde se localizava o cais, depois de tantas remodelações que sofrera a região portuária da cidade do Rio de Janeiro, com sucessivos aterros e derrubadas de casarios. Algumas dessas intervenções urbanas tiveram a explícita intenção de apagar a história da escravidão e da presença africana. Em 1843, para receber a esposa do então Imperador Pedro II, foi construído na enseada o cais da Imperatriz. Essa obra e o evento em si não apenas soterraram os vestígios materiais do cais e impuseram estátuas de divindades greco-romanas no local, como alteraram o nome de ruas e logradouros do entorno: a Rua do Valongo passou a se chamar Rua da Imperatriz. Algumas décadas mais adiante, sobre o cais da Imperatriz ergueu-se a Praça Municipal, com chafariz e a colunata que ainda na monarquia guardava a esfera armorial, mais tarde denominada Praça Jornal do Comércio. Não só o silêncio na documentação oficial ocultou o Cais do Valongo, também fizeram transformações concretas no sentido de sua invisibilização.

A memória viva, no entanto, não se apagou. Nas quebra-das da zona portuária, próximo de onde jazia enterrado o cais, casas religiosas faziam soar os tambores e perpetuavam pela oralidade a história daquele entorno. Encontros dos “bambas” – como João da Baiana, Donga e Pixinguinha – nas encostas da Pedra do Sal fizeram nascer o samba carioca, referenciado numa musicalidade africana ressignificada por migrantes negros do interior do Sudeste e da Bahia. Mulheres africanas e filhas de africanas ali abriram casas de angu que viraram zungus, locais de encontro e sociabilidades negras, depois multiplicados pela cidade. Sindicatos majoritariamente formados por trabalhadores negros, como o dos estivadores, ergueram sua sede na área e ali promoviam suas reuniões. E houve um momento singular em que o Cais do Valongo apareceu em lugar de destaque pela escola de samba carioca Acadêmicos do Salgueiro, agremiação que ficou conhecida por trazer, com uma abordagem especial, a história de personagens e protagonismos negros nos desfiles carnavalescos durante os anos sessenta e setenta do século xx. No samba enredo de 1976, intitulado Valongo, o compositor Djalma Sabiá registrou: *“Veio cativo povoar nosso país, seguiu do cais do Valongo, no Rio de Janeiro”*.

A elaboração da proposta de candidatura do Cais do Valongo a Patrimônio Mundial da UNESCO, com suas etapas e exigências técnicas, teve necessariamente que levar em conta todas essas histórias e muitas outras mais. O levantamento documental exigido pela pesquisa incorporou entrevistas com moradores e lideranças comunitárias da região, bem como com militantes da esfera cultural e política que haviam preservado o cais vivo em suas memórias: Joel Rufino dos Santos, historiador e escritor responsável pela indicação da Pedra do Sal como monumento a ser incluído no patrimônio do Estado do Rio de Janeiro em 1984 – o primeiro referenciado na história e cultura afro-brasileira; Mãe Edelzuita e Ekedí Maria Moura, responsáveis pelo

reconhecimento espiritual do bem com a primeira cerimônia de lavagem simbólica do Cais do Valongo; Damião Braga, liderança do Quilombo da Pedra do Sal; Merced Guimarães, guardiã do Cemitério de Pretos Novos; e tantos outros que aportaram com suas falas não apenas informações como sentido à proposta. A prática de escuta periódica do conselho consultivo da candidatura – diverso e plural, com importante presença de militantes do movimento negro além de representantes de entidades locais, intelectuais e de diferentes instâncias de governo –, em reuniões cheias e animadas, permitiu aperfeiçoar o dossiê a cada passo, e fazer dele um documento em que a contribuição coletiva não era somente um referendo ao que se escrevia. Notícias de jornais com as fugas de cativos e conflitos na região do Valongo, relatos de viajantes, a iconografia de época e os achados arqueológicos traziam, entre muitos dados, as narrativas, atitudes, crenças e gosto estético das pessoas do tempo da escravidão. Discursos dos membros do conselho e as falas da comunidade revelavam como essas histórias constituem passados vivos, pulsantes na atualidade. O trabalho técnico do grupo que produzia o dossiê se impregnava dessas discussões, e as fazia dialogar com o conhecimento oriundo dos estudos de área e, assim, os diferentes saberes se completavam.

Entendendo patrimônio cultural como tudo aquilo que faz com que sejamos o que somos e como pretendemos nos fazer representar, apresentar o Cais do Valongo com essa importância significa assumir para o mundo que a história da escravidão e do tráfico de cativos africanos é um elemento fundamental da nossa formação e identidade. Propor e ter aprovada essa candidatura a Patrimônio Mundial significa que o valor universal excepcional que lhe atribuímos é reconhecido por representantes de outros países, que percebem essa história não como apenas nossa, mas da humanidade. Partindo de um país marcado pelo racismo e profundamente desigual, frente a um mundo que, tristemente,

tantas vezes evidencia o preconceito e os negacionismos, uma candidatura vitoriosa como essa não somente assinala a dor e o horror vividos por nossos antepassados como também o poder da resistência e da criação que deles emanava. O Cais do Valongo foi reconhecido como sítio histórico de caráter sensível, e seu valor simbólico se sustenta também na força da cultura e memórias negras que lhe dão significado.

Aos vestígios e construções do passado se agregou a tradição viva que dá sentido e mantém acesa a chama que arde nas rodas de samba e de capoeira, nos tambores e afoxés até os dias de hoje. Há, nesse espaço da cidade, no entorno do cais, as marcas da sobrevivência, da resistência e da afirmação desses africanos e africanas e seus descendentes, que criaram elementos fundadores da cultura negra urbana na diáspora. E essa cultura faz parte da base da identidade nacional brasileira. O patrimônio vai além das pedras pisadas no local de desembarque. É o Cais do Valongo e seu entorno. Inclui o Cemitério dos Pretos Novos, o Quilombo da Pedra do Sal, as esquinas e ruas por onde circularam personagens da história da cidade e do país, e onde ocorreram movimentos e fatos históricos que fizeram parte fundamental da região que ficou conhecida como *Pequena África* no Rio de Janeiro.

Na região do Cais do Valongo, africanos e africanas e seus descendentes, em relação com populações de outras origens, escreveram uma história que é local, marcada nas pedras pisadas, nos cantos, escadarias e ladeiras. E, numa perspectiva mais ampla, ela alcança e incorpora outras partes do Brasil, onde, pelas rotas internas, circulavam e faziam circular essas pessoas. E essa história atravessa o oceano e se relaciona com as áfricas da diáspora nas Américas – com suas ideias, conhecimentos, tecnologias e espiritualidade. Iluminá-la num processo de patrimonialização significa também investir na resistência ao apagamento do passado que se constrói por meio da pesquisa, da ciência e do reconhecimento de saberes e memórias constituídos coletivamente. É reconhecer

nosso pertencimento à história africana e à história afro-atlântica, condenar e assumir nossa história escravocrata e racista. Fazer com que lugares como o Cais do Valongo sejam conhecidos, visitados e respeitados é criar caminhos para nos apropriarmos de uma herança que pode nos tornar mais completos, mais inteiros e melhores como seres humanos.

POR UMA ARQUEOLOGIA DA DIÁSPORA AFRICANA EM SÃO PAULO

PAULA NISHIDA¹

Este artigo aborda a arqueologia no terreno do antigo Cemitério dos Aflitos (1775-1858), no bairro da Liberdade, município de São Paulo e apresenta conceitos básicos de arqueologia da Diáspora Africana.

Um dos campos da Arqueologia pós-colonial ou histórica é o estudo do desenvolvimento urbano da cidade, inferindo sobre seus processos de desenvolvimento, desde seus primeiros habitantes a ações que definiram a cidade na sua atualidade. Dentro desse contexto, o trabalho de Souza² é uma pesquisa a ser mencionada, pois sua análise do material arqueológico do Sítio Arqueológico Peyton (antiga Fábrica de Louças Santa Catarina), localizado na Lapa, na Zona Oeste de São Paulo, permite captar a busca da sociedade paulistana por uma cidade moderna no início do século XX que, sob as rédeas da elite, “elabora” políticas para apagar o “não moderno”. Ao mesmo tempo em que normas higienistas, normas de etiqueta, educação e modificações urbanas iam sendo impostas, territórios que antes eram compostos por chácaras ou populações mais humildes iam desaparecendo, empurrando para longe da vista das classes mais ricas tudo que era considerado “caipira”.

1 Historiadora, mestre e doutora em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. Supervisora do Centro de Arqueologia do Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo (DPH-SMC).

2 SOUZA, R.A. *Louça Branca para a Paulicéia: Arqueologia Histórica da Fábrica de Louças Santa Catharina/IRFM – São Paulo e a Produção da Faiança Fina Nacional (1913-1937)*. Dissertação de (Mestrado em Antropologia), MAE-USP, São Paulo, 2010.

“Neste sentido, a arqueologia vem se inscrevendo no conjunto de práticas sociais, dos regimes democráticos de revisão do passado, propondo memórias, reivindicando direitos políticos e desvelando passagens de terror relacionados a episódios opressivos.”³

Dentro dessas revisões do passado, o campo dos estudos sobre a Arqueologia da Diáspora Africana vem ganhando mais espaço no meio acadêmico. Cabe, a esta altura, definir secamente, pelas vias de dicionário, o que significa diáspora. Em diferentes dicionários pode-se encontrar definições como “semear”, “dispersar” ou “espalhar”. Segundo o Houaiss: “Separação de um povo ou de muitas pessoas, por diversos lugares, geralmente causada por perseguição política, religiosa, étnica ou por preconceito”.

A Diáspora Africana⁴ se caracteriza pela imigração forçada dos povos africanos para diferentes continentes, principalmente durante o tráfico de pessoas escravizadas⁵. Hall argumenta que é preciso observar que as pessoas em situação diaspórica carregam consigo “a promessa do retorno redentor”⁶, sendo a tradição sua forma de conexão, mas uma tradição que ao mesmo tempo torna-se

3 SOUZA, R.A. Arqueologia e a Guerrilha do Araguaia ou a materialidade contra a não-narrativa. *Revista de Arqueologia Pública*, n.10. UNICAMP, 2014.

4 O termo diáspora Foi usado pela primeira vez para relatar a diáspora judaica

5 SANTOS, J.A. Diáspora africana: paraíso perdido ou terra prometida. In: MACEDO, JR., org. *Desvendando a história da África* [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. Diversidades; CANCIAN, J. R. . O contexto da Diáspora na construção da identidade cultural: a experiência do personagem José Viana, do romance. *vocc. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação*, v. 1, p. 112, 2007.

6 HALL, S. *Da Diáspora*. Belo Horizonte: Humanitas/UFMG, 2003.

múltipla, pois está em constante transformação. A manutenção das tradições configura formas de resistência ao escravismo e aí está um dos papéis da arqueologia da Diáspora Africana: “identificar arqueologicamente estratégias de resistência, levantando a importância do estudo de símbolos criados e dinamizados pelo contingente escravizado”.⁷

Desde a década de 1990, como SYMANSKI aponta, a arqueologia estadunidense ampliou o escopo de potenciais analíticos para além dos estudos arquitetônicos das senzalas, das casas dos senhores e de artefatos e passaram a focar também nas negociações de poder com os proprietários, rituais e formas de resistência das pessoas escravizadas, como estocagem, compartilhamento e transferência de material⁸.

Esses estudos têm um forte impacto no contexto arqueológico brasileiro. Um estudo sobre o Engenho Bom Jardim, localizado no Mato Grosso, apresenta informações sobre a dinâmica interna das pessoas escravizadas através da cultura material, observando padrões decorativos da cerâmica, como ziguezague, incisões, motivos ondulados em arcos que são similares aos padrões das populações da República Democrática do Congo⁹. O estudo também revela padrões decorativos ligados a escarificações corporais típicas de grupos da África Subsaariana.

⁷ AGOSTINI, C. Resistência Cultural e Reconstrução de Identidades: um olhar sobre a cultura material de escravos do século XIX. *Revista de História Regional*, [S. l.], v. 3, n. 2, 2007. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2063>. Acesso em: 19 jun. 2022.

⁸ Symanski, L.C. A Arqueologia da Diáspora Africana nos Estados Unidos e no Brasil: Problemáticas e Modelos. *Revista Afro-Ásia*, 49 (2014), 159-198. UFBA.

⁹ SYMANSKI, L.C.; HIROOHA, S. Engenho Bom Jardim: cultura material e dinâmica identitária de uma comunidade escravizada do Mato Grosso. *Revista Vestígios*, vol 7, nº1, janeiro-junho de 2013.

Ao analisar cachimbos e potes cerâmicos, foram identificados elementos simbólicos que representam formas de resistência através dos tipos decorativos encontrados nesses objetos, associados, por exemplo, às escarificações de grupos pan-yorubá, como indicativos de embelezamento, status social, estágio de vida, distinção étnica etc¹⁰.

Estudos deste tipo ainda não são comuns para os sítios arqueológicos da cidade de São Paulo, mesmo porque ainda não tivemos um contexto arqueológico semelhante aos casos apontados acima. É fato, no entanto, que ainda não sabemos reconhecer a representatividade das populações escravizadas, seja por falta de escopo, seja por estarmos presos, ainda que inconscientemente, dentro do discurso oficial da história da cidade que vem apagando as narrativas das minorias. Por isso a importância simbólica do Sítio Arqueológico Cemitério dos Aflitos para a própria arqueologia paulistana.

SÍTIO ARQUEOLÓGICO CEMITÉRIO DOS AFLITOS

A partir de uma denúncia realizada em 2018 pela UNAMCA¹¹ sobre uma obra no terreno ao lado da Capela dos Aflitos que estava impactando a edificação, o Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) da cidade de São Paulo mobilizou seus técnicos para realizar uma vistoria, o que possibilitou a seus arqueólogos realizarem um estudo técnico¹². Essa ação foi possível porque o terreno está loca-

10 SOUZA, M.A.T; Agostini, C. Body Marks, Pots, and Pipes: Some Correlations between African Scarifications and Pottery Decoration in Eighteenth- and Nineteenth-Century Brazil. *International Journal of Historical Archaeology*, 2012, 46(3):102–123.

11 União dos Amigos da Capela dos Aflitos

12 O estudo foi realizado pelo arqueólogo do CASP-DPH, Renato Silva Mangueira, que já estava pesquisando a área para o seu mestrado: MANGUEIRA, R.S. *Cartas Arqueológicas para a Cidade de São Paulo: estabelecimento de modelo de potencial para a preservação de bens arqueológicos*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). MAE-USP. São Paulo. 2018.

lizado na área envoltória do tombamento da Capela dos Aflitos, regulamentada tanto pelo CONDEPHAAT quanto pelo CONPRESP¹³ que, naquele momento, ainda aguardava sua homologação. A partir de uma análise técnica, o Centro de Arqueologia do DPH (CASP) indicou a obrigatoriedade de pesquisa arqueológica.

ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS – RELATÓRIO: A LASCA

O terreno localiza-se nos lotes da Rua Galvão Bueno nº 61, 63 e 65 e a Rua dos Aflitos nº 64 no bairro da Liberdade. Os trabalhos foram realizados nos meses de outubro e dezembro de 2018, em duas etapas. A primeira fase visou avaliar os perfis expostos e amontoados de terra e diagnosticar, por meio de sondagens, a presença ou não de vestígios arqueológicos. Com a confirmação da presença de vestígios ósseos, iniciou-se a segunda etapa, que consistiu no resgate arqueológico e ampliação das áreas com identificação positiva para presença de material arqueológico.

Foram abertas 38 unidades de escavação (quadras) e, em oito delas, foram encontrados ossos humanos, totalizando o sepultamento de nove corpos. Junto ao sepultamento nº 1 foram encontradas quatro contas de vidro (Figura 1), cujo uso pode estar relacionado a pessoas escravizadas¹⁴.

13 O imóvel é listado pela Resolução CONPRESP 25/2018 como área envoltória da Capela dos Aflitos, bem tombado *ex-officio* pela Resolução CONPRESP 5/91 e Área de Interesse Arqueológico.

14 A LASCA. *Relatório Final de Resgate Arqueológico Cemitério dos Aflitos*. 2018

Figura 1. Contas de vidro encontradas na escavação do Sítio dos Aflitos.



Foto: Camila Pedron/DPH/CASP

O posicionamento do sepultamento nº 7, localizado nos limites com o terreno vizinho, indica que há a possibilidade da presença de remanescentes ósseos ou outros vestígios arqueológicos se estenderem para os terrenos adjacentes.

Todos os remanescentes ósseos e artefatos foram coletados e levados para o laboratório da empresa de arqueologia A Lasca, para passar pelo processo de higienização, catalogação e acondicionamento. Ao fim dos trabalhos, todo o material e os remanescentes ósseos foram enviados para o CASP (de acordo com as normas do CASP e IPHAN¹⁵).

DISCUSSÃO

A presença de negros e negras na cidade de São Paulo sempre foi documentada nos relatos dos viajantes, proporcionando aos estudiosos do período oitocentista e novecentista uma análise do cotidiano que muitas vezes foi permeada pelo único viés da escravidão. Atualmente, as pesquisas têm buscado entender a presença de suas culturas e religiosidades, muitas vezes proibidas, remetendo à investigação das diferentes formas de resistência, observando, assim, elementos da diáspora africana na cidade.

Lopes de Lima aponta que, entre os anos de 1830 e 1850, as mulheres negras escravizadas eram a maioria e se encarregavam do comércio informal, o que ampliava a circulação da venda de quitutes em tabuleiros, gêneros de primeira necessidade e, por vezes, mercadorias roubadas, enfurecendo os comerciantes da elite paulistana. Um dos lugares que representava essa dinâmica era o Beco das Minas (como eram chamadas as negras originárias da nação Mina, na região afro-ocidental) que, segundo o autor, é a atual

15 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Rua 11 de Agosto, onde se praticavam também cultos mulçumanos¹⁶.

Apesar dessa grande influência africana, ao longo dos séculos temos visto o incessante apagamento dos territórios dos negros e negras da cidade de São Paulo, não só pelo crescimento urbano, mas também pela omissão da historiografia paulistana:

“Autores e intelectuais paulistas conhecidos, como Paulo Cursino de Moura (memorialista), Alcântara Machado, Monteiro Lobato e Paulo Prado, viam nos não brancos paulistanos uma realidade que deveria ser apagada ou tratada com desprezo. Aconteceu uma determinada cruzada cívica contra os negros, que apenas ajudou a “emparedar social e culturalmente” a comunidade negra. Essa campanha racista foi alimentada não apenas por discursos de intelectuais, mas também pela imprensa e o poder público municipal paulistano.”¹⁷

Frente a essas tentativas de apagamento, a arqueologia tem se mostrado um importante meio para compreender tais mecanismos, promovendo memórias através da materialidade, emergindo e fomentando narrativas¹⁸.

16 LIMA, A.L.L. *Uma arqueologia dos territórios negros: contas e miçangas no triângulo histórico de São Paulo (sécs. XIX – XX)*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). MAE-USP. São Paulo. 2019.

17 LIMA, A.L.L. *Uma arqueologia dos territórios negros: contas e miçangas no triângulo histórico de São Paulo (sécs. XIX – XX)*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). MAE-USP. São Paulo. 2019.

18 SOUZA, R.A. Arqueologia e a Guerrilha do Araguaia ou a materialidade contra a não-narrativa. *Revista de Arqueologia Pública*, n.10, 2014.

Os resultados obtidos nessa escavação mostram que, ao contrário do que foi apresentado pela Cúria, ainda há sepultamentos na área do antigo cemitério. Também indica que, apesar da densidade construtiva no bairro, ainda há potencial arqueológico significativo¹⁹.

O Sítio Arqueológico Cemitério dos Aflitos é um símbolo contra a urbanização voraz de nossa cidade, que apaga narrativas e pessoas. Também é importante para a própria história da arqueologia da cidade, por permitir que ela cumpra o seu papel, que é dar visibilidade a aqueles que foram invisibilizados. Na última audiência pública sobre o sítio, realizada no dia 24 de junho de 2019, os participantes disseram: “esse lugar é o nosso Cais do Valongo”.

No momento, iniciamos as tratativas com o professor André Strauss, do Museu de Arqueologia da USP (MAE-USP) para iniciar as análises de DNA e isótopos, que permitirão sabermos mais sobre a origem e características dessas pessoas, pois, provavelmente, nem todas eram africanas ou descendentes.

19 MANGUEIRA, R.S. *Cartas Arqueológicas para a Cidade de São Paulo: estabelecimento de modelo de potencial para a preservação de bens arqueológicos*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). MAE-USP. São Paulo. 2018.

ANEXO

PROGRAMA DO CURSO GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: CAMINHOS E FRONTEIRAS - 2019

16/9

PROBLEMAS HISTÓRICOS E AS NOVAS FRONTEIRAS DO PATRIMÔNIO: SITUANDO O DEBATE

Marianna Boghosian Al Assal e Vanessa Corrêa

23/9

TERRITÓRIO: A PROTEÇÃO DE UMA TOTALIDADE SOCIAL

Chancela da Paisagem Cultural: a comunidade como guardiã do patrimônio

Maria Regina Weissheimer

Tombamento de conjuntos urbanos: superando a dominância do monumento e da obra excepcional

Deborah Neves

O tombamento do centro histórico da Penha: múltiplas ferra- mentas em um só território

Raquel Schenkman

30/9

TERRITÓRIO: O PATRIMÔNIO EM DIÁLOGO COM O DESENVOLVIMENTO URBANO

Zoneamento cultural como instrumento de preservação e desenvolvimento: os casos de Paranapiacaba e Campinas

Vanessa Bello Figueiredo

Zoneamento arqueológico da cidade de São Paulo

Renato Silva Mangueira

7/10

HABITAÇÃO: O COTIDIANO DO PATRIMÔNIO URBANO

A iniciativa do FICA: Fundo Imobiliário Comunitário para Aluguel

Mariana Chiesa Gouveia Nascimento

Fábrica de Restauro no Bixiga

Nadia Somekh

14/10

IDENTIFICAÇÃO, VALORIZAÇÃO E EDUCAÇÃO: DISSOLVENDO LIMITES

Jornada do Patrimônio: o grande evento oficial da memória

Vanessa Fernandes Corrêa

Inventário participativo de referências culturais: a construção participativa da complexa imagem do território

Simone Scifoni

21/10

MOVIMENTOS: AS MEMÓRIAS DIFÍCEIS NA BUSCA DE NOVOS CAMINHOS INSTITUCIONAIS

Ruas da Memória

Clara Castellano

Nome social no túmulo da ativista travesti Andréa de Maio

Renato Cymbalista

Ruas de Histórias Negras

Alessandra Ribeiro

Lugares de Memória no Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo

Vanessa Corrêa

28/10

MOVIMENTOS: O PATRIMÔNIO COMO LUTA POR RECONHECIMENTO

Território de Interesse da Cultura e da Paisagem

Euler Sandeville, Regina Bortoto e Cleiton Ferreira

4/11

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL E POVOS INDÍGENAS

Conceitos, contextos, dilemas e experiências de salvaguarda

Dominique Tilkin Gallois

Nheengatu: memória, presenças e marcas na cidade,

Casé Angatu

11/11

**REINUIDICAÇÕES POR LUGARES DE MEMÓRIAS E AS ARQUEOLOGIAS
URBANAS NO VALONGO (RJ) E NA LIBERDADE (SP): VESTÍGIOS DA
DIÁSPORA AFRICANA NO BRASIL**

O Sítio Arqueológico Cais do Valongo

Monica Lima e Souza.

O Cemitério da Liberdade (1775 - 1858)

Paula Nishida

Figuras 1, 2 e 3. Registro da mesa de abertura "Problemas históricos e as novas Fronteiras do patrimônio: situando o debate", com Vanessa Corrêa e Mariana Boghosian, no Centro de Pesquisa e Formação do Sesc SP







**GESTÃO DO
PATRIMÔNIO
CULTURAL:
CAMINHOS
E FRONTEIRAS**

**VANESSA CORRÊA
E SABRINA PAIXÃO
(ORG.)**

ISBN: 978-65-87592-12-1



9 786587 592121

